



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

JOSÉ AILTON DOMINGOS SOARES

**A GUERRA DOS CABANOS (1832-1835): INTERESSES E PROTAGONISMOS DE
MULHERES, NEGROS E INDÍGENAS**

RECIFE
2025

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

JOSÉ AILTON DOMINGOS SOARES

**A GUERRA DOS CABANOS (1832-1835): INTERESSES E PROTAGONISMOS
DE MULHERES, NEGROS E INDÍGENAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História - (PROFHISTÓRIA) – UFPE do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Giordanna Araujo da Silva

RECIFE
2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Soares, José Ailton Domingos.

A Guerra dos Cabanos (1832-1835): interesses e protagonismos de mulheres, negros e indígenas / José Ailton Domingos Soares. - Recife, 2025.

180f.: il.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa do Mestrado Profissional em Ensino de História, 2025.

Orientação: Andréa Giordanna Araujo da Silva.

1. Ensino de História; 2. Caderno temático; 3. Guerra dos Cabanos. I. Silva, Andréa Giordanna Araujo da. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

JOSÉ AILTON DOMINGOS SOARES

**A GUERRA DOS CABANOS (1832-1835): INTERESSES E PROTAGONISMOS
DE MULHERES, NEGROS E INDÍGENAS**

APROVADA EM: 21/08/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andréa Giordanna Araujo da Silva
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Profa. Dra. Lídia Rafaela Nascimento dos Santos
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Prof. Dr. Edson Hely Silva
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Dedicatória
À memória de meu pai,
Francisco Domingos Soares,
cuja simplicidade,
integridade e força silenciosa,
continuam a me inspirar todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos e todas que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho. Sem o apoio, o incentivo e a colaboração de tantas pessoas, esta dissertação não teria sido possível.

À minha orientadora, Profa. Dra. Andréa Giordanna Araújo da Silva, pela paciência, dedicação e por acreditar em meu potencial ao longo de todo o processo de pesquisa. Seu conhecimento, experiência e comprometimento foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha família, que mesmo distante, compreende a importância dessa etapa para o meu crescimento pessoal e profissional.

À minha amiga Ilcéia Alves Soares, por acreditar em minhas capacidades até mais que eu, não deixando de me incentivar, desde o processo seletivo até o momento presente, sem dúvidas, foi um apoio essencial.

Aos meus professores e professoras do ProfHistória que contribuíram para meu desenvolvimento intelectual no decorrer do curso, especialmente o professor Edson Silva pela leveza e descontração nas aulas, sem deixar de abordar os temas com profundidade, além da inestimável contribuição no Exame de Qualificação.

Finalmente, agradeço aos meus colegas de mestrado, particularmente Luciana e Camilla por tantos bons momentos vividos e pelas necessárias conversas em momentos de dúvidas e angústias durante o árduo processo de elaboração dessa dissertação.

RESUMO

A pesquisa teve por objetivo contribuir para o ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental, através da elaboração de um material didático/caderno temático sobre a Guerra dos Cabanos (1832-1835), com destaque para a participação de indígenas, negros e mulheres. A discussão buscou evidenciar os protagonismos exercidos pelos sujeitos subalternizados durante o conflito e como a historiografia hegemônica não acentuou o reconhecimento desses sujeitos enquanto agentes e sujeitos sociopolíticos no processo no qual estavam inseridos, pensados na condição atribuída pelas elites, como “ignorantes, bárbaros e selvagens”. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, utilizando como fontes as obras de Manuel Correia de Andrade (1965), Décio Freitas (1978), Dirceu Lindoso (1982), Luiz Sávio de Almeida (2008), Janaína Cardoso de Mello (2015), Marcus Carvalho (2011), Mariana Albuquerque Dantas (2015), Danilo Luiz Marques (2018), consideradas referências sobre a temática estudada. A pesquisa apoiou-se nos pressupostos teóricos da chamada “história vista de baixo”, com ênfase nas reflexões de Edward Palmer Thompson (1987). O estudo abordou: a) a contextualização histórica do Período Regencial, evidenciando os principais grupos disputando o poder após a Abdicação do Imperador D. Pedro I; b) a Guerra dos Cabanos, como um conflito social protagonizado por atores sociais subalternizados, indígenas, negros e mulheres, também acentuando a presença de Vicente Ferreira de Paula, um dos personagens símbolo do movimento cabano e c) o produto didático/caderno temático como uma contribuição para o processo de ensino-aprendizagem de alunos/as, em específico o 8º ano do Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Palavras-chave: Ensino de História, Paradidático, Caderno Temático, Guerra dos Cabanos.

ABSTRACT

The research aimed to contribute to history teaching in the final years of elementary school by developing a teaching material/thematic notebook on the Cabanos War (1832-1835), highlighting the participation of Indigenous people, Black people, and women. The discussion sought to highlight the leading roles played by subalternized individuals during the conflict and how mainstream historiography failed to recognize these individuals as agents and sociopolitical subjects in the process in which they were inserted, considered in the condition attributed by the elites as "ignorant, barbaric, and savage." This was a bibliographical research, using as sources the works of Manuel Correia de Andrade (1965), Décio Freitas (1978), Dirceu Lindoso (1982), Luiz Sávio de Almeida (2008), Janaína Cardoso de Mello (2015), Marcus Carvalho (2011), Mariana Albuquerque Dantas (2015), Danilo Luiz Marques (2018), considered references on the studied theme. The research was based on the theoretical assumptions of the so-called "history seen from below", with emphasis on the reflections of Edward Palmer Thompson (1987). The study addressed: a) the historical contextualization of the Regency Period, highlighting the main groups disputing power after the abdication of Emperor D. Pedro I; b) the Cabanos War, as a social conflict led by subordinated social actors, indigenous people, black people and women, also highlighting the presence of Vicente Ferreira de Paula, one of the symbolic characters of the Cabano movement and c) the didactic product/thematic notebook as a contribution to the teaching-learning process of students, specifically the 8th year of Elementary School and for Youth and Adult Education (EJA).

Keywords: Teaching History, Paradidactic, Thematic Notebook, Guerra dos Cabanos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeira edição do periódico Caramuru	31
Figura 2 – A Aurora Fluminense, importante jornal dos liberais moderados	34
Figura 3 – Periódico dos Liberais Exaltados em sua edição nº 3	36
Figura 4 – Ato Adicional de 1834	39
Figura 5 – Padre Diogo Antônio Feijó	40
Figura 6 – Espaço Insurrecional da Guerra dos Cabanos	52
Figura 7 – Monumento aos cabanos	55
Figura 8 – Vicente Ferreira de Paula e sua mulher Lauriana Maria, lideranças negras dos cabanos	68
Figuras 09 e 10 – Capa e sumário do livro didático Jornadas Novos Caminhos: 8º ano	76
Figuras 11 e 12 – Capa e sumário do livro didático Jovem Sapiens: 8º ano	77
Figuras 13 e 14 – Capa e sumário do livro didático A Conquista: 8º ano	78
Figuras 15 e 16 – Capa e sumário do livro didático Araribá História: 8º ano	79
Figuras 17 e 18 – Capa e sumário do livro didático Se Liga na História: 8º ano	80
Figuras 19 e 20 – Capa e sumário do livro didático Superação: 8º ano	81
Figuras 21 e 22 – Capa e sumário do livro didático Geração Alpha: 8º ano	82
Figuras 23 e 24 – Capa e sumário do livro didático História: Sociedade e Cidadania: 8º ano	83
Figuras 25 e 26 – Capa e sumário do livro didático Teláris: 8º ano	84
Figuras 27 e 28 – Capa e sumário do livro didático História.doc: 8º ano	85

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – O Período Regencial (1831–1840)	25
1.1 A contextualização histórica	25
1.2 Os grupos e projetos políticos em disputa	27
1.2.1 Conservadores/restauradores ou caramurus	30
1.2.2 Os Liberais moderados	32
1.2.3 Os Liberais exaltados	35
1.3 O Ato Adicional de 1834	38
1.4 O Golpe da Maioridade e o fim do Período Regencial	42
Capítulo 2 – A Guerra dos Cabanos (1832–1835)	44
2.1 A Guerra dos Cabanos ou Cabanada e a importância do ensino de História regional/local	55
2.2 Os subalternos	56
2.2.1 Os povos indígenas	58
2.2.2 As mulheres	61
2.2.3 Os negros	63
2.2.4 Vicente Ferreira de Paula.....	67
2.2.5 O Pós-Guerra dos Cabanos.....	72
Capítulo 3 – Caderno Temático: A Guerra dos Cabanos e os protagonismos de indígenas, negros e mulheres	74
3.1 Os livros didáticos de História para o Ensino Fundamental II PNLD 2024	76
3.2 Descrição do caderno temático “A Guerra dos Cabanos e os protagonismos de indígenas, negros e mulheres”	89
Considerações finais	92
Referências	94
Anexos	101

INTRODUÇÃO

A pesquisa “A Guerra dos Cabanos (1832-1835): interesses e protagonismos dos sujeitos subalternizados”, teve por finalidade central ressaltar a participação popular nesse importante movimento de contestação da ordem política e mobilizações por liberdade, acesso à terra, moradia e condições dignas de existência. Este estudo foi realizado com base em pesquisa bibliográfica, identificando as consideradas obras clássicas sobre a temática, mas também buscando novas abordagens acadêmicas, teses, dissertações e artigos científicos.

A pesquisa científica é iniciada por meio da pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizada. Ela nos auxilia desde o início, pois é feita com o intuito de identificar se já existe um trabalho científico sobre o assunto da pesquisa a ser realizada, colaborando na escolha do problema e de um método adequado, tudo isso é possível baseando-se nos trabalhos já publicados. A pesquisa bibliográfica é primordial na construção da pesquisa científica, uma vez que nos permite conhecer melhor o fenômeno em estudo. Os instrumentos que são utilizados na realização da pesquisa bibliográfica são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados. (Souza, Oliveira, Alves, 2021, p. 65-66).

Tendo em vista a especificidade do tema, consideramos que a abordagem qualitativa somada à pesquisa bibliográfica atende aos objetivos propostos. A pesquisa bibliográfica contribuiu para a seleção da metodologia mais pertinente ao tema de estudo. A leitura atenta da produção de historiadores abordando os temas de nosso interesse e semelhantes, possibilitou identificar os meios e técnicas mais eficazes para responder às nossas perguntas de pesquisa.

Iniciada em 1832 e considerada encerrada em 1835, a Guerra dos Cabanos ou Cabanada, ultimamente, não figura entre os movimentos populares com destaque nos livros didáticos, abordando geralmente, os mesmos acontecimentos e como o mesmo enfoque, a exemplo da Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824, isto para citarmos movimentos ocorridos em Pernambuco. Considerando que nosso tema de pesquisa também ocorreu em Pernambuco e parte de Alagoas, retomar esta temática, a Guerra dos Cabanos, significando trazer para o cerne de nossas reflexões historiográficas os sujeitos postos à margem da História e da historiografia dita oficial.

Nesse sentido, este estudo está vinculado com a História Social e com uma “história vista de baixo”, buscando compreender os eventos históricos a partir da perspectiva de pessoas comuns, dos grupos marginalizados e as comunidades menos privilegiadas, ressaltando as experiências, mobilizações e contribuições das classes trabalhadoras, das minorias étnicas, das mulheres, dos

povos indígenas e de outros grupos historicamente excluídos. Como explicitou E. P. Thompson em “A formação da classe operária inglesa”:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas acidentais. (Thompson, 1987, p. 13).

Edward P. Thompson foi um historiador contribuindo decisivamente para a chamada História Social. Na obra de maior influência, “A formação da classe operária inglesa” (1963), dedicou-se a estudar a vida e as experiências de trabalhadores/as na Inglaterra no século XIX, apresentando uma visão detalhada das condições de vida, trabalho e organização social da classe operária. Thompson era um crítico das abordagens tradicionais da História, enfocando eventos políticos e supostas figuras de destaques. Para o historiador, era essencial considerar as experiências das pessoas comuns para entender profundamente a História. Portanto, na concepção de Thompson, “história social” era uma forma de explorar as vidas e experiências dos grupos marginalizados e excluídos da narrativa histórica, até então, dominante.

Isso incluindo examinar a vida cotidiana, as práticas socioculturais, a economia doméstica e as relações sociais para compreender melhor como as mudanças políticas afetavam a vida das pessoas comuns.

Para a proposta dessa Dissertação, interessou sobremaneira o conceito de experiência histórica, pois são as experiências dos subalternizados participantes na Guerra dos Cabanos, a partir das escolhas políticas. Lembrando que Thompson, no livro “Senhores e caçadores” (1997), afirmou que a formação das classes sociais ocorrendo através das experiências concretas de pessoas comuns, sendo as mesmas agentes históricos.

Acreditamos que em sala de aula é importante buscar certa identificação entre os conteúdos, a abordagem historiográfica e o público a quem se destina o conhecimento, promovendo assim uma compreensão mais ampla e inclusiva do passado. Buscando a participação efetiva dos/as estudantes durante as aulas, é uma das tarefas mais exaustivas para professores/as na lida diária, em parte porque o modelo adotado de aula (expositiva) não estimula nem contribui para interação e considerando os conteúdos que, na maioria das vezes, estão muito distantes da situação vivenciada pelos/as estudantes.

Portanto, seja buscando inovação através de metodologias supostamente mais atraentes ou seguindo o modelo tradicional, cabendo ao/a professor/a pesquisar conteúdos diferentes, pois os livros didáticos quase sempre repetem os mesmos temas e nem sempre com atualizações conforme pesquisas acadêmicas mais recentes. Nessa perspectiva, o presente estudo intencionou disponibilizar material didático destinado aos/as estudantes, reinserindo a Guerra dos Cabanos no cotidiano das aulas de História no 8º ano do Ensino Fundamental, para o despertar de uma compreensão histórica, na perspectiva de uma educação emancipadora, conforme defendia Theodor Adorno¹ (1995), “A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica”.

As ideias de Adorno em relação ao que designou como elaboração do passado são muito úteis para pensarmos como eventos de relevância, são intencionalmente e racionalmente reinterpretados, quando não, postos de lado numa tentativa de destruir as memórias sobre os mesmos. No entanto, Adorno defendia a importância de “elaborar o passado”, acreditando que a sociedade precisa reconhecer e compreender criticamente os traumas e erros do passado para evitar que se repitam.

No contexto, especificamente após o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial, Adorno argumentava que o esquecimento ou a negação dos erros históricos impediria o verdadeiro progresso social e uma sociedade ética. Pensando a partir dos horrores do Nazismo, Adorno defendia que “elaborar o passado” significava não apenas entender os eventos históricos em si, mas também examinar criticamente os fatores sociais, políticos e psicológicos possibilitando determinadas atrocidades acontecessem. Essa compreensão profunda era essencial para dismantelar as estruturas que sustentam o autoritarismo e a intolerância.

Para Adorno (1995, p. 48), “A elaboração do passado como esclarecimento é essencialmente uma tal inflexão em direção ao sujeito, reforçando sua autoconsciência e, por esta via, também o seu eu”. O autor dialogava com a Psicanálise, logo utilizava um conceitual apontando para o sujeito e questões subjetivas, mas sem descuidar do coletivo. Nesse sentido, não apenas o sujeito precisa elaborar o passado pós-eventos traumáticos, mas também as nações, os povos envolvidos em acontecimentos trágicos como o Nazismo precisam e devem elaborar o passado, para que este não se repita e possam seguir em frente. Portanto, nesse caso, torna-se primordial repensar a educação para socializar às futuras gerações valores, não autorizando a repetição de um passado terrível.

¹Theodor Adorno nasceu em setembro de 1903, em Frankfurt, na Alemanha. Obteve o doutorado em Filosofia na Universidade na mesma cidade onde nasceu. No início da década de 1920, fez parte da primeira geração da Escola de Frankfurt, que esteve à frente do Instituto para Pesquisas Sociais.

A ideia de “elaborar o passado” para Adorno também envolvia uma responsabilidade ética: a necessidade de lembrar as vítimas, reconhecer as falhas e omissões das sociedades e educar as futuras gerações para que não cometam os mesmos erros. O pensamento de Adorno ecoa aos dias atuais, em discussões sobre memória histórica, educação, Direitos Humanos e mobilizações contra racismo, preconceitos, discriminação, novas e velhas formas de opressão.

Elaborar o passado implica não concordar com a chamada história oficial, sendo necessário buscar nos acontecimentos a presença de pessoas reais, mobilizadas e enfrentando as consequências dos atos, muitos com a própria vida. Então, não faz sentido enaltecer heróis consagrados por uma historiografia ultrapassada, não reconhecendo o papel de algozes, nem aceitando os protagonismos de pessoas do povo mobilizado, muitas vezes, pelo básico, mas não desistindo da existência. A elaboração do passado também incluindo reconhecer contradições, violências cometidas ao longo de séculos, mas que até a atualidade reverberam nas desigualdades sociais evidentes, saltando aos olhos e para a elaboração constantemente desse passado.

Como escreveu Adorno: “O passado só estará plenamente elaborado no instante em estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pôde manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo as suas causas”. (1995, p. 49). Em resumo, o autor acreditava que apenas uma sociedade enfrentando o passado para avançar a um futuro justo e humano. Todavia, a elaboração do passado pelas novas gerações passa pela educação. Nesse sentido, a escola assumindo a responsabilidade primordial para um tipo de Educação questionadora, propondo o debate sobre temas na atualidade incontornáveis porque ainda não foram sanadas as causas geradoras. Para enfrentar esses dilemas, Adorno propôs a educação emancipadora não repetindo os horrores do Holocausto.

No livro “Educação após Auschwitz”, Adorno salientou que a partir daquele trágico evento, seria uma exigência posta para Educação evitar que algo tão bárbaro voltasse a acontecer, para tanto, fez diversos apontamentos e, enfatizando que Auschwitz significou uma regressão à barbárie. Em vista disso, Adorno via a Educação como uma forma de aprimorar a capacidade de pensamento crítico, ensinando os/as estudantes a analisarem e questionar, em vez de apenas aceitar passivamente o ensinado. Para Adorno, a Educação precisava capacitar os indivíduos a enxergarem a realidade de forma crítica, contribuindo para a prevenção do autoritarismo.

Para Adorno,

Culpados são unicamente os que, desprovidos de consciência, voltaram contra aqueles seus ódios e sua fúria agressiva. É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é

preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias. A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma auto-reflexão crítica. (Adorno, 1995, p. 121).

A Educação, para Adorno, tinha o papel de cultivar valores éticos e morais, como respeito, empatia e justiça. O filósofo acreditava que a Educação deveria formar cidadãos conscientes, valorizando a dignidade humana e fossem capazes de entender e respeitar as diferenças e diversidades. Como percebemos, mesmo escrevendo em meados do século XX, o pensamento de Adorno sobre o papel da Educação ainda significa muito sobre os dilemas atuais, estando conectando com valores universais muito caros para a nossa sociedade. Para o autor, sendo fundamental que através da Educação, os/as estudantes adquiram visão crítica da realidade, entendendo que os erros cometidos no passado devem e são passíveis de serem evitados.

Para tanto, Adorno preconizou:

Quando falo de educação após Auschwitz, refiro-me a duas questões: primeiro, à educação infantil, sobretudo na primeira infância; e, além disto, ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo conscientes. (Adorno, 1995, p. 122).

A temática dessa pesquisa, bem como a proposta de material didático para estudantes no 8º ano do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos está vinculada às ideias pensadas por Adorno para a educação. Ao trazer para o centro do debate os personagens colocados à margem pela historiografia tradicional, ou seja, que foram propositalmente marginalizados, buscamos contribuir para criar no público a que se destina esse conhecimento uma visão crítica da realidade na qual estão inseridos. Segundo Adorno, deve estar a serviço da emancipação e a crítica, capaz de evitar barbaridades como o processo colonizador, através do que chamou de elaboração do passado. Essa pesquisa compartilha das ideias de Adorno quando propôs revisitar um acontecimento histórico cujas narrativas oficiais silenciaram ou marginalizaram diferentes protagonistas.

A colonização do Brasil foi, desde o início, fundamentada no patriarcado e no racismo, produzindo desigualdades no tempo presente, como o feminicídio e a precarização das vidas negras e indígenas. O patriarcado moldou as relações de gênero e consolidou a subordinação das mulheres. A partir disso, a mulher foi sendo reduzida a papéis secundários, não apenas no espaço doméstico, o mesmo ocorria no espaço público. Nesse sentido, ocorrendo o controle de corpos femininos, com agravantes em relação às mulheres indígenas e negras, que além da subordinação a que estavam

submetidas, eram vítimas em potencial de violências sexuais e tinham o trabalho tão explorado quanto o trabalho masculino, mas invisibilizado ou tinham o valor diminuído, mesmo sendo fundamentais para a manutenção do sistema colonial.

Se por um lado, o patriarcado submetia às mulheres aos ditames masculinos, o racismo assumiu um papel central no projeto colonizador português na América, a começar pelas concepções de civilização e barbárie justificando para os europeus a sujeição pela escravização de povos indígenas e africanos, forçados a cruzar o atlântico para viver numa terra estranha como mercadorias para escravocratas. O sistema colonial apoiado no patriarcado e no racismo, criou uma hierarquia com o colonizador europeu no topo, enquanto indígenas, africanos e mulheres foram considerados inferiores. Esse sistema hierarquizado não visava apenas a exploração econômica imediata, mas autorizava a lógica de dominação, invisibilização e violências durando séculos e ainda atualmente no nosso cotidiano. Para constatar essa permanência basta atentarmos para os casos de feminicídio e os casos explícitos de racismo, até mesmo com sujeitos ricos e famosos como os jogadores de futebol.

Mesmo ciente dos desafios imensos que os/as docentes enfrentam diariamente para apresentar o conhecimento produzido academicamente e refletido nos livros didáticos, onde não faltam lacunas a serem preenchidas e novas abordagens podem contribuir na melhoria do processo de ensino e aprendizagem de um componente curricular fundamental ao direito à memória. A nossa prática docente é uma fundamentação para escolha da temática, uma vez que, enquanto professor nos anos finais do Ensino Fundamental, o tema dos movimentos populares durante o Brasil Império e do Período Regencial, em específico, é obrigatório para o 8º ano no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e adultos (EJA).

Em se tratando de obrigatoriedade legal, a Lei nº 14.986/2024 e mais recente as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, determinaram que a história dos sujeitos em destaque nessa pesquisa, ou seja, negros, indígenas e mulheres tenham a participação evidenciada no âmbito escolar para provocar mudanças concretas no modo como a sociedade conhece e reconhece ou não os direitos dessas “minorias”, educando as novas gerações para uma sociedade (re)conhecendo a diversidade. A respeito do ensino de história indígena na Educação Básica, além da Lei nº 11.645/2008, chamamos a atenção para o Parecer CNE/CP 14/2014, tratando da implementação da história e culturas indígenas no ensino básico, apresentando um conjunto de recomendações importantes para garantir uma educação intercultural e inclusiva.

O citado Parecer reconheceu os obstáculos a serem enfrentados, como por exemplo: a ausência de formação adequada de professores/as, a escassez de materiais didáticos adequados e a resistência de alguns setores da sociedade à inclusão da história indígena no currículo escolar. Para superação das dificuldades mencionadas e alcançar os objetivos propostos pela Lei nº 11.645/2008, o Parecer CNE 14/2014, recomendou que a educação não reproduza práticas reducionistas e preconceituosas, como: visão do indígena como “figura do passado”, distante e romantizado, ignorando a diversidade sociocultural, a história contemporânea e as mobilizações dos povos indígenas por direitos; as representações estereotipadas, o indígena representado como um “guerreiro selvagem” ou um habitante na floresta, desconsiderando a complexidade sociocultural e a diversidade dos povos indígenas.

Em vista disso, apresentaremos a seguir resumidamente, como o ensino de História retratou indígenas, negros e mulheres ao longo do tempo. Segundo Circe Bittencourt, em relação ao ensino da história indígena:

Os povos indígenas se inserem em tópicos da fase denominada Colonização, sendo que, nos períodos posteriores à Constituição do Estado Nacional, desaparecem de cena. No entanto, apesar dos esquecimentos dos indígenas em vários outros momentos da história, pode-se constatar, por intermédio da documentação escolar, tratar-se de um tema integrado a uma certa *tradição* no ensino de História. (Bittencourt, 2013, p. 101).

De acordo com a afirmação acima, a temática sempre esteve atendendo a interesses específicos, não dos povos indígenas, reforçando estereótipos, conforme os interesses do momento. Assim, a autora concluiu que o objetivo da Lei nº 11.645/2008 para romper com a “*tradição*” do ensino referente ao indígena perdurou e ainda presente no ensino escolar atual. Durante o século XIX, a figura do indígena era frequentemente romantizada, sendo apresentada como um símbolo de pureza e autenticidade nacional. Um exemplo desse romantismo, na obra de José de Alencar, no livro “O Guarani”. No entanto, essa idealização não se traduzia em reconhecimento real dos direitos e das culturas indígenas.

No início do século XX, com o advento da República, os indígenas foram considerados por lei, como pessoas “incapazes”, portanto deveriam viver sob a tutela do Estado, persistindo a ideia de que deveriam passar por um “processo civilizatório”, desse modo seriam integrados a “civilização” nacional. O Código Civil da República, Lei nº 3.071, no artigo 6º, se referia aos indígenas como “silvícolas”, estabelecendo-os como “incapazes”, em parágrafo único determinava que: “Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual

cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País” e até a nomenclatura repleta de discriminação, além de restringir a identidade indígena a aquele vivendo na floresta. No Brasil ocorria a expansão das “fronteiras” com a construção de grandes ferrovias e nesse contexto muitos conflitos por territórios com os indígenas considerados como entrave ao “progresso”.

Durante o Estado Novo, foi mantida a tutela prescrita pela legislação de 1916. Houve uma intensificação do projeto integrador, forçando as populações indígenas a se adaptarem ao que a ditadura varguista entendia por nacionalidade brasileira. Objetivamente, em meio a repressão e tutela do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, criado em 1928, muitas expressões socioculturais nativas foram forçosamente alterados, com prejuízos para a diversidade sociocultural indígena.

No decurso da Ditadura Civil-militar (1964-1985), com o discurso sobre o chamado “milagre econômico”, o Estado continuou com a política expansionista, com a ideia de levar o progresso aos locais mais distantes do Brasil, investindo na construção de rodovias e hidrelétricas, além de autorizar o desmatamento com finalidades agrícolas e a exploração de terras por grandes empresas de mineração.

Evidentemente que esse processo ocorreu mediante perseguição, expulsão, tortura e morte de lideranças indígenas. Para o historiador Edson Silva (2013), “as visões sobre os indígenas vêm mudando nos últimos anos, em razão da visibilidade política conquistada por eles”. Essa é uma assertiva das mais importantes, para não pensarmos que as transformações observadas ultimamente são benesses concedidas pelas elites que sempre agiram em razão dos próprios interesses.

Conforme Silva:

As mobilizações dos povos indígenas em torno dos debates para a elaboração da Constituição de 1988 e as conquistas dos direitos indígenas fixados na lei maior do país possibilitaram a garantia dos direitos (demarcação de terras, saúde e educação diferenciadas específicas etc.), para que a sociedade em geral (re) descobrisse os indígenas. (Silva, 2013, p. 215).

Considerando a re(descoberta), constatando o desafio de socializar às futuras gerações as novas perspectivas sobre os povos indígenas habitando o país de Norte a Sul. Para Silva (2013), os desafios são grandes e muitos, porém, a formação de professores/as talvez seja o maior dos desafios. A Educação não existindo enquanto um projeto neutro, antes pelo contrário, apresentada como um campo em disputas constante de interesses entre as classes. Notadamente, a classe mais

poderosa, a elite deseja que o projeto de país se consolidando como o único possível, sendo a Educação o meio mais eficaz para concretizar os objetivos.

O ensino de História não estando à parte dessa realidade, na verdade sendo essencial para que os projetos de nação se tornando reais, desde os tempos coloniais. No entanto, durante séculos foi negado aos negros o direito à Educação, muito contribuindo para permanecerem à margem da sociedade, resultando em desigualdades imensas até a atualidade na sociedade brasileira. Para promover o reconhecimento da participação de negros na História do Brasil.

No que diz respeito as legislações vetando à população negra o acesso à Educação, não podemos esquecer da Constituição de 1824, a primeira e única constituição do Império, que apesar de garantir a instrução primária gratuita a todos os cidadãos, no art. 6 não reconhecia como cidadãos os não nascidos no Brasil, pois naquela época, a população negra escravizada era a maioria africana de nascimento. Ademais, na Carta Magna de 1824, negros e escravizados alforriados não eram reconhecidos como cidadãos. Portanto, a legislação se mantinha como um obstáculo para educação dos negros.

O fim da escravidão foi lento e por etapas, como planejado pela elite escravocrata. Em um longo processo com a participação de diversos setores da sociedade, sobretudo do movimento abolicionista, no qual participavam religiosos, republicanos, setores da elite política, intelectuais brancos, negros alforriados, dentre outros. O dia 13 de maio de 1888, data da assinatura da Lei Áurea foi consequência de mobilizações do povo negro, pressionando pelo fim da escravidão. Além da pressão do movimento abolicionista, concorreu para que a escravidão terminasse a crescente pressão inglesa, tanto para a proibição do tráfico, quanto para o término do regime escravocrata no Brasil.

Para a historiadora Beatriz Gallotti Mamigonian:

A pressão inglesa para que o país se comprometesse a proibir o comércio de escravos em troca do reconhecimento da independência marcou profundamente a formação do Estado nacional brasileiro, pois pautou os embates políticos internos e as relações exteriores por décadas. A campanha abolicionista que se estendeu por todos os territórios do Atlântico e do Índico a partir do início do século XIX, estabeleceu uma nova fase de regulação da escravidão moderna pelo poder estatal, o que, por um lado, abriu uma gama de conflitos entre governos e as classes senhoriais e, por outro, criou — ou ampliou — uma categoria de pessoas emancipadas por força da lei. (Mamigonian, 2017, p. 64).

Após a Abolição, os negros tiveram que carregar o estigma de séculos de cativeiro por, conforme atestou o antropólogo Kabengele Munanga:

A Lei 3.353 de 13 de maio de 1888, que deu por extinta a escravidão, não trouxe para os ex-escravos negros e seus descendentes a plena cidadania. Após a abolição, das senzalas, as populações negras partiram para as margens. Isso ocorre tanto no sentido físico quanto social. O processo de enfavelamento urbano, a partir daí, se agigantou. [...] De um lado a desvalorização profissional representada pelo aviltamento salarial, de outro, um aspecto mais grave porque de ordem psicológico, o estigma secular de ter sido escravo por tanto tempo – cerca de três séculos e meio. (Munanga, 1996, p.115).

A partir das diversas leis criadas no decorrer do processo de Abolição, identificamos como a atuação do Estado contribuiu para a exclusão da população negra dos direitos básicos, entre esses, o direito a Educação. A liberdade foi conquistada aos poucos e sem participação do Estado no sentido de garantir igualdade de oportunidades na nova condição de libertos. Dessa forma, foi criada uma população à margem do processo educacional e por consequência da sociedade. Nesse sentido, encontramos nos artigos da Lei do Ventre Livre, editada em 1871, um exemplo de como a legislação criou obstáculos para a população negra acessar o sistema educacional, além de demonstrar como em alguns casos o arcabouço jurídico destinava aos negros um tipo de Educação que os preparava para ocupar lugares subalternos na sociedade.

Art. 1º. Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império, desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os filhos da mulher escrava ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.

O regime escravagista brasileiro oficialmente somente findou em 1888, quando a Princesa Isabel promulgou a Lei Áurea. Até essa data, algumas leis foram editadas, por exemplo, a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, determinando o fim do tráfico negreiro. Em 1871, foi a citada Lei do Ventre Livre, para liberdade de filhos/as de escravizados/as nascidos/as a partir daquele ano. Em 1885, mais uma lei foi promulgada, a Lei dos Sexagenários, cujo texto garantia liberdade aos/as escravizados/as com mais de 60 anos. Todas essas leis foram ampliando o caminho para liberdade do povo negro, algumas delas resultados da pressão externa (Inglaterra), enquanto outras foram respostas as pressões internas (movimento abolicionista), mas em todas predominando o cunho excludente e limitado.

Uma lei prevendo liberdade para um escravizado com 60 anos não pode ser considerada nem sequer um prejuízo para o escravocrata, pois nessa idade e considerando a vida do/da escravizado/a, era uma mão de obra menos produtiva, portanto de menor valor. Outra consideração a respeito da Lei do Ventre Livre. Com o questionamento para onde iriam essas crianças e se a mãe ainda se encontrava escravizada. Enfim, em nenhuma das legislações mencionadas era vislumbrado a preocupação com o depois que as leis vigoravam, ou seja, pouco se importavam, com os destinos dos/das escravizados/as.

A História, enquanto ciência, tem na escrita as perspectivas masculinas por tradição. Por muitos séculos, o papel feminino desde a Antiguidade nas sociedades e processos históricos foi relegado a segundo plano. A partir do século XX, ocorreram mudanças significativas na historiografia, com a emergência de novas abordagens pretendendo evidenciar o papel das mulheres em outras bases, com visibilidade ou somente reconhecendo as experiências e participações em eventos históricos antes somente observados pelo olhar masculino. Essa escrita da História mais inclusiva surgiu para questionar e reinterpretar as narrativas predominantes, valorizando a diversidades de sujeitos e visões de mundo plurais.

Na historiografia ocidental, as mulheres ocuparam, quando “autorizadas”, espaços periféricos e papéis “menores”, subalternos e, quase sempre atrelados ao ambiente doméstico, a esfera privada da vida, relegadas ao papel de mãe, esposas, chefes de família, mas sempre na sombra dos homens. Assim como argumentou o historiador Georges Duby (1987), em grande parte da História Medieval, as mulheres eram retratadas apenas como mães ou esposas de homens importantes e suas ações eram vistas como complementares aos feitos masculinos.

Na historiografia anterior a Revolução Industrial e de importantes transformações sociais do século XIX, as mulheres tiveram a atuação omitida e a representação deturpada, sendo colocadas ora do lado da moralidade e da pureza, ora associadas ao lado oposto, devassidão e inferioridade. A historiadora Joan Scott (1986), chamou a atenção para a história política e social ter sido sistematicamente marcada por uma visão androcêntrica, na qual, mulheres até são representadas, contanto que pelas lentes da relação com os homens ou o papel reprodutivo. Para superar essa perspectiva, Scott propôs o conceito de “gênero”, enquanto uma categoria analítica na História. Dessa forma, confrontando a ideia de que as questões de gênero não dizem respeito somente a Biologia, revelando que o papel das mulheres sempre esteve relacionado as relações de poder e construtos sociais de acordo com cada época.

A década de 1960 apresentou avanços para o estudo da história das mulheres, consideradas como protagonistas e tendo a participação reconhecida para além da influência masculina, não que se possa separar arbitrariamente, mas ser sempre pontuado que as mulheres como surgem na historiografia tradicional ocupando espaços determinados por homens representando a mulher conforme seus interesses. Nesse sentido, o advento dos movimentos feministas exerceu uma crescente pressão por uma reinterpretação da história incluindo a perspectiva das mulheres, criando assim, a história das mulheres como um campo de estudo buscando resgatar as trajetórias e as vozes femininas, geralmente ocupando entrelinhas e notas de rodapé na historiografia androcêntrica. São representativas desse momento a obra “A criação do patriarcado” (1986) da historiadora Gerda Lerner e “Família, sexo e casamento na Inglaterra: 1500-1800” (1989), da historiadora Lynn Hunt.

Com base em categorias como “gênero” e “patriarcado”, as pesquisadoras mencionadas questionaram a dominação masculina e as consequências na vida das mulheres, compreendendo que a posição das mulheres nas sociedades e o modo como foram representadas pela historiografia sendo o resultado de concepções históricas solidificadas ao longo de séculos, portanto, se fazendo necessário uma mudança de perspectiva e tempo para reposicionar as mulheres nos estudos históricos e na sociedade. Em outras palavras, não existindo papéis determinados para as mulheres na História, até então prevaleceu a dominação patriarcal como uma construção histórica e social.

As novas abordagens relativas ao papel das mulheres na História, é importante ressaltar, não reivindica a posição de vítima, mas pretende reposicionar as mulheres na condição de agentes participantes ativas das situações vivenciadas, muitas vezes limitadas pelas circunstâncias, nem por isso passivas em movimentos sociais, guerras, mobilizações por direitos e transformações socioculturais. O desafio da historiografia contemporânea é reconhecer a vez e voz às mulheres nos diversos campos de atuação, esquivando-se das representações simplistas, desconsiderando as experiências históricas femininas na complexidade que elas ocorrem.

Atualmente, para compreender a história das mulheres, gênero é uma categoria analítica fartamente utilizada, além de outras abordagens como a História Social, a História Cultural e a História das Mentalidades. A partir do gênero é possível repensar as construções, possibilitando melhor conhecer as experiências históricas das mulheres, realçando os protagonismos delas. Assim como afirmou Michele Perrot (1998), as mulheres sempre estiveram nas esferas públicas, mas eram silenciadas ou subestimadas pela historiografia masculina. A autora, como outras historiadoras, procurou reconstituir as histórias das mulheres, em períodos e contextos distintos. Dessa forma, revelando múltiplas trajetórias femininas, incluindo lideranças políticas e simples trabalhadoras

frequentemente invisibilizadas. A historiografia atual tem por obrigação resgatar a participação das mulheres, para que conhecimento histórico seja uma ferramenta para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Esta pesquisa, quando propôs destacar as mulheres e os protagonismos, está em consonância com os pressupostos da história social, a história cultural e a história das mentalidades.

Em se tratando de ensino sobre a história das mulheres, esse estudo está condizente com a Lei nº 14.986/2024, tornando obrigatória a inclusão de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares. A lei é destinada aos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio. Em nossa experiência profissional, observamos ultimamente que essa abordagem tem ocorrido, porém ainda restrita as datas específicas, nesse caso, o 08 de março, Dia Internacional da Mulher, até mesmo a ideia da Semana de Valorização das Mulheres que Fizeram História, como determina a lei, é, em certa medida, vivenciada em escolas.

Da mesma forma que ocorre com as leis nº 10.639/2003 e a nº 11.645/2008, a primeira incluindo no currículo escolar a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e a segunda acrescentando o estudo da história e culturas indígenas, ou seja, temos, do ponto de vista legal, uma tríade assegurando, orientando e determinando que a história dos grupos subalternizados seja devidamente ensinada. Um dos desafios é ultrapassar as datas específicas, até porque seguindo essa lógica, reforçaremos racismo e estereótipos, como a há muito tempo se faz em relação à história indígena e o dia 19 de abril, desde o Ensino Infantil, Fundamental e Médio.

Mesmo considerando a importância de momentos específicos para as memórias e até nos utilizarmos disso para propagação mais intensa de temáticas específicas que estamos tratando, não é o discutido a História. Em todas as épocas consagradas pela historiografia, os grupos aqui destacados realizam mobilizações por direitos e para as futuras gerações. No nosso estudo, como tantos outros, buscamos contribuir para esse movimento em evidenciar as citadas temáticas no dia a dia nas aulas de História e outros componentes curriculares, pois sem a interdisciplinaridade também não alcançaremos objetivos propostos: conhecer a participação dos povos indígenas, negros escravizados, mulheres e toda uma população mobilizada em todos os momentos da História.

Nesse sentido, a atuação feminina na Guerra dos Cabanos não foi devidamente reconhecida. Geralmente, as mulheres foram citadas nos escritos de forma pejorativa e apenas na condição de auxiliares dos companheiros. Lamentavelmente, tratá-las como coadjuvantes ou meramente como figurantes tem sido a regra na historiografia tradicional e nas produções didáticas, findando por influenciar no ensino de História. Felizmente, essa tendência está mudando ao longo dos anos, principalmente em correntes historiográficas como a “história vista de baixo” e os estudos

decoloniais. Ainda sobre a participação das mulheres na Guerra dos Cabanos, a historiadora Ismélia da Penha Balduce Tavares, reviu que modo a historiografia considerada basilar para entender o movimento cabano em todos os aspectos e contradições, afirmando que Manuel Correia de Andrade (1965), Dirceu Lindoso (1982), Décio Freitas (1978), Luís Sávio de Almeida (2008), em todas produções desses autores as mulheres foram retratadas, mas sem necessariamente serem protagonistas na inteireza do termo, embora sendo personagens importantes.

Ainda assim, sendo necessário ressaltar a relevância desses estudos na reinterpretação da Guerra dos Cabanos e consequentemente sobre a participação feminina. O que ocorre na historiografia sobre a Guerra dos Cabanos a respeito da participação feminina não é exclusivo. A situação se repete na historiografia acerca de outros movimentos do Período Regencial e na História do Brasil como um todo. Convém ainda ressaltar que nos referidos livros didáticos alguns temas foram enfatizados, enquanto outros, de igual relevância, são preteridos. Nesse sentido, Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824, para citarmos exemplos na região Nordeste, são assuntos recorrentes nos livros didáticos. O mesmo não ocorrendo com a Cabanada (1832-1835), muito confundida com a Cabanagem paraense (1835-1840), cujo início ocorreu após o término da Guerra dos Cabanos.

Perante o exposto, discutir os protagonismos dos grupos populares e sujeitos históricos diversos na Guerra dos Cabanos, contribuindo para provocar reflexões sobre a importância que movimentos sociais desempenham na busca por direitos. Desse modo, no primeiro capítulo apresentamos a contextualização histórica do Período Regencial, evidenciando os principais grupos disputando o poder após a Abdicação do Imperador D. Pedro I. No segundo capítulo, delineamos o processo de eclosão da Guerra dos Cabanos, como um levante protagonizado por atores sociais subalternizados, com a participação de povos indígenas, mulheres e negros. Também acentuaremos a presença de Vicente Ferreira de Paula, considerado personagem símbolo do movimento cabano.

O terceiro capítulo foi dedicado ao produto didático como uma contribuição para o processo de ensino-aprendizagem de estudantes no Ensino Fundamental, em específico, cursando o 8º ano do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Frente ao exposto na pesquisa, considerando a viabilidade de elaboração e efetiva utilização pelo público a que se destina, o material didático será um caderno temático sobre a Guerra dos Cabanos. Com destaque para os protagonistas negados: os indígenas, os negros e as mulheres, bem como todo um contingente empobrecido mobilizado por direitos primordiais, a vida, a liberdade e condições dignas de existência.

Inicialmente, pensamos em produzir o material apenas para o Ensino Fundamental II, especificamente o 8º ano. No entanto, reconsideramos a ideia inicial e estendemos a produção para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A temática abordada, será a mesma, com o mesmo foco, a diferença será a estética e a linguagem. Para o público adolescente, a linguagem será em um tom menos formal e mais melhor comunicação.

CAPÍTULO 1 – O PERÍODO REGENCIAL (1831-1840): A HISTÓRIA OFICIAL

1.1 A contextualização histórica

A abordagem historiográfica sobre o Período Regencial, em geral, inicia com as palavras, confusão, caos, desordem, entre outras de mesma conotação. Prefiro a expressão utilizada pelo historiador Marcello Basile ao fazer uma síntese dos projetos políticos em disputa nesse momento da História do Brasil. Para o citado autor, é possível entendermos o período em questão como um laboratório social.

Considerando que várias experiências estavam em debate e algumas vivenciadas, a Regência foi um experimento social em pleno Império. Após a Abdicação de Dom Pedro I, as disputas pelo poder impulsionaram os debates entre as mais diversas correntes políticas, até mesmo para entender o que estava ocorrendo, apenas uma renúncia de um imperador já sem apoio para prosseguir no comando da nação ou revolução estava em curso, inclusive, em certa medida, com participação popular? Sem dúvidas, o país estava diante de uma situação nunca vista antes.

Para melhor aproximação e, se possível, compreensão dessa fase histórica, utilizarei os estudos de diversos historiadores, alguns são referência obrigatória, a exemplo de *O laboratório da Nação*, de Marcello Basile, como já mencionado, bem como *O Período das Regências (1831-1840)* de Marco Morel e *O Período Regencial*, de Arnaldo Fazoli Filho. São obras de síntese muito valiosas, pois apresentam uma visão panorâmica e apontando as especificidades do momento. Ao tratar de personagens relevantes dessa época, a exemplo do padre Diogo Antônio Feijó e Evaristo da Veiga, recorreremos a bibliografia específica, da mesma forma, quando o enfoque recair sobre as associações políticas atuantes durante a Regência.

O período da história brasileira abordado neste estudo foi consequência direta das crises econômica e política do Primeiro Reinado, portanto, sendo de suma importância que façamos uma síntese desta época, sobretudo quando uma crise multifatorial abalou o governo de D. Pedro I, não lhe restando outra saída além da renúncia. É igualmente imprescindível evidenciar quais os grupos políticos atuantes durante o governo de D. Pedro I e no período subsequente para conhecermos a quem esses representavam e quais os principais interesses em jogo.

Segundo o historiador Marco Morel,

No Brasil, a monarquia recém-confirmada após a independência enfrenta e cria hostilidade diante das repúblicas vizinhas, da qual Guerra Cisplatina, envolvendo Brasil e Argentina numa disputa pelo atual território do Uruguai, é a parte mais aguda. Ao mesmo tempo, em 1826 a Assembléia Legislativa do Império do Brasil (Câmara dos Deputados) e o Senado começam a funcionar pela primeira vez, propiciando, assim, canais de expressão e participação política, que se estendem pela imprensa. O poder Legislativo torna-se interlocutor de peso para o monarca, que concentra os poderes Executivo e Moderador. Começa, pois, a despontar uma tensão, que se agravaria (Morel, 2003, p. 6).

Como evidenciado no texto acima, o Primeiro Reinado foi um período de constantes sobressaltos para o Imperador, governando em meio a diversas crises de ordem política, econômica e social. Nesse sentido, podemos citar o caso da Guerra Cisplatina, que além de criar uma grave tensão política, também provocou prejuízos econômicos, representando, inclusive, aumento da dívida externa.

Sobre este momento de dificuldades na economia brasileira, Fazoli Filho afirmou que:

Aguçada a crise econômica do final do Primeiro Reinado, aguçava-se também a inflação. O primeiro Banco do Brasil, autorizado a funcionar desde o período de D. João, em vez de apoiar a livre iniciativa, logo se tornou o instrumento mais poderoso da inflação monetária. Emitia notas bancárias para cobrir os gastos do governo. Estima-se que, em 1828, quando foi fechado por D. Pedro I, mais de 90% dessas notas não possuíam qualquer lastro. Era uma inflação assombrosa para a época. (Fazoli Filho, 1994, p. 9).

Após a Abdicação de D. Pedro I e diante da impossibilidade de seu filho assumir o comando do país, visto que ainda era uma criança, a solução, como previa a Constituição de 1824, foi a escolha de regentes. A escolha do regente era uma incumbência de deputados e senadores, ocorrendo que naquele momento a Assembleia estava em recesso, a saída encontrada para resolver a questão foi reunir os parlamentares presentes e com dois ministros recentemente empossados por D. Pedro I, eleger a Regência Trina Provisória, com curta duração, como o próprio nome indicava, mas que tomou importantes decisões.

Os primeiros regentes foram Francisco de Lima e Silva, Carneiro de Campos e Nicolau Pereira. A Regência Trina Provisória decretou a Lei de Regência 14 de Junho de 1831. Como se pode perceber, a nova lei foi elaborada em pouquíssimo tempo, exatamente para confirmar a Regência não como algo provisório, mas um arranjo previsto em Constituição que poderia durar o

tempo, se necessário. Entre outras medidas, a Lei fortaleceu os poderes da Câmara, manteve o Poder Moderador nas mãos do regente, porém era um Poder Moderador reduzido, impedindo os regentes de dissolver as assembleias, nomear conselheiros, decretar estado de sítio, ratificar tratados e declarar guerra.

As decisões mais importantes foram deixadas sob responsabilidade da casa legislativa, como por exemplo, a nomeação dos ministros dos regentes e até o próprio regente. Para o historiador Fasoli Filho, essa situação configurou uma “experiência parlamentar” que até o momento o Brasil não havia experimentado. Esse mesmo historiador informou que, para o povo, as condições de participação na política continuaram as mesmas, prevalecendo o voto censitário, ou seja, apenas votaria quem comprovasse possuir renda suficiente para ter participação política ativa. Essa primeira regência fez jus ao nome de provisória, após a aprovação da Lei de Regência, a Assembleia escolheu uma Regência Trina, dessa vez, permanente.

Como bem demonstra o historiador Marco Morel, a relevância dessa época para o Brasil ainda em formação enquanto Estado independente estava em expor ideias e práticas incontornáveis.

Nele foram colocados em discussão (ou pelo menos trazidos à tona): monarquia constitucional, absolutismo, republicanismo, separatismo, federalismo, liberais em várias vertentes, democracia, militarismo, catolicismo, islamismo, messianismo, xenofobia, afirmação de nacionalidade, diferentes fórmulas de organização de Estado (centralização, descentralização, posições intermediárias), conflitos étnicos multifacetados, expressões de identidades regionais antagônicas, formas de associação até então inexistentes, vigorosas retóricas impressas ou faladas, táticas de lutas as mais ousadas... a lista seria interminável (Morel, 2003, p. 9).

O Período Regencial foi um momento da história brasileira que apesar de curto, durando apenas nove anos, mas bastante representativo das contradições da sociedade daquela época, considerando as disputas pelo poder e articulações políticas e mobilizações sociais envolvendo os mais diversos segmentos, desde as classes populares até as elites econômicas e políticas.

1.2 Grupos e projetos políticos em disputa

Durante o Período Regencial havia diversos grupos políticos disputando o poder. Não existia a ideia de partido político como conhecemos na atualidade. De certo modo, a própria ideia da existência de tais agremiações não era vista com bons olhos. No decorrer da Regência ocorrerão

transformações na dinâmica da disputa pelo poder, resultando na assimilação da concepção de partido político, perdendo a conotação pejorativa anteriormente atribuída.

Como bem enfatizou Morel,

Do ponto de vista das tendências e agrupamentos, é sabido que não havia (inclusive na Europa Ocidental) entre 1830 e 1840 partidos políticos no sentido que se tornou corrente em fins do século XIX: o tipo ideal de partido-máquina, organizado a partir de determinados critérios que tomaram corpo sobretudo no século XX, não existia no período histórico tratado aqui. Ao mesmo tempo, a partidarização possuía carga pejorativa, sobretudo no momento de afirmação da modernidade e da unidade nacional: os partidários eram associados às facções, ou seja, eram inimigos da pátria. A ação de formar um partido era vista como divisionista, ataque à integridade da ordem nacional – ainda mais num momento de consolidação da independência (Morel, 2003, p. 32).

Visto que não é razoável entender os grupos políticos do Período Regencial enquanto “partidos”, conforme explicitado acima, foi possível compreender que durante a década regencial havia correntes ou tradições políticas disputando o poder, sendo que cada uma, tentava atrair para si a adesão popular, mesmo considerando que os princípios defendidos por tais agremiações não necessariamente contemplasse reivindicações do povo. Em geral, a historiografia apontou a existência de três grupos: os conservadores/restauradores ou caramurus, liberais moderados e liberais exaltados.

Mesmo considerando as propostas defendidas e, obviamente, reconhecendo que eram diametralmente opostas na maioria das vezes, o historiador Jurandir Malerba afirmou que:

É muito comum nesse período a migração de elementos de uma facção para outra, pois as definições políticas derivavam muito mais de interesses que de convicções ideológicas. Além do franco declínio dos caramurus, que após 1834 uniram-se a elementos chimangos, formando a base do que viria a ser o partido conservador, o revezamento no poder é a marca registrada da política desse período (Malerba, 1999, p. 48).

Nesse sentido, sendo importante pensarmos o que cada um desses grupos defendia, por quais meios se pronunciava e como agiam para atingir seus objetivos. Também se fazendo necessário, nesse caso, evidenciar os equívocos sobre conservadores e restauradores e seus propósitos.

Além das correntes políticas já mencionadas, a sociedade do Período Regencial também se expressava através de agremiações representando cada um dos atores políticos da época, as

chamadas sociedades políticas, mas que não se restringiam a associações de natureza política. Havia também sociedades literárias, pedagógicas, artísticas, científicas, econômicas, corporativas, filantrópicas e de auxílio mútuo. Os exaltados agrupavam-se em torno de associações como as Sociedades Federais, a Grande Loja Brasileira, entre outras.

Para o historiador Marcello Basile,

(...) o movimento associativo regencial apresentava outra novidade: a publicidade. Se persistiam as sociedades secretas, como a Maçonaria — que, depois de proibida por Pedro I, em 1823, anunciava, a 23 de novembro de 1832, a retomada de suas atividades, com a reabertura da loja Grande Oriente do Brasil —, foram as sociedades públicas que se sobressaíram nesse momento, expressando o novo caráter do movimento associativo e uma outra forma de fazer política, mais imbuída do espírito público, cara à cultura política liberal. (Basile, 2006, p. 349).

A existência e a proliferação dessas sociedades configurando novas formas de sociabilidade e envolvimento popular no momento político de considerável efervescência, delineando uma nova cultura política, principalmente se considerarmos que eram instituições públicas e não sociedades secretas.

As sociedades acabavam por constituírem-se como grupos de mobilização coletiva, representando classes, reivindicando demandas sociais e de arregimentação política. Exerciam pressão sobre o governo e as autoridades públicas. Essas entidades associativas desempenhavam, além de suas atividades específicas, um verdadeiro mecanismo de ação política. O espaço público presenciara a proliferação de participações até então inéditas no cenário, com a politização das ruas e uma construção de cidadania. (Mendes, 2014, p. 12).

A Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência Nacional, foi uma organização política influente durante o Período Regencial brasileiro, representava os moderados e se estendeu de 1831 a 1840. Fundada pelo jornalista Evaristo da Veiga em maio de 1831, em meio às agitações políticas e à instabilidade decorrente da Abdicação de D. Pedro I, a Sociedade surgiu como um grupo de pressão que buscando promover os ideais de liberdade e autonomia para o Brasil.

Segundo Morel (2003, p.36), esta associação chegou a ter mais de 90 unidades, em diversas províncias pelo Brasil. Quanto aos membros da referida agremiação, era composta, principalmente, por indivíduos da elite política e intelectual da época, cujo objetivo principal era a defesa dos interesses nacionais, frente às possíveis ingerências externas, especialmente por parte de Portugal,

ainda buscando manter influência sobre o Brasil, além de se posicionar pela consolidação do regime constitucional e o fortalecimento do poder central.

A atuação desta associação foi muito importante na articulação política e na formação de opinião pública, através de seus jornais e manifestos, como era muito naquela época. Os membros estiveram envolvidos em debates políticos acalorados e em movimentos de resistência contra possíveis retrocessos democráticos. Mesmo enfrentando a oposição de outros grupos políticos, a Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência Nacional influenciou significativamente os rumos do período, contribuindo para a consolidação dos liberais moderados no poder.

A Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira, formada em 1832, representava a facção conservadora/restauradora, defendia os interesses da elite agrária e buscava preservar a ordem social estabelecida, mantendo o status quo. Dela faziam parte os Andradas, liderados por José Bonifácio. Mais tarde foi chamada Sociedade Militar. Assim como as demais, essa associação também se utilizava de jornais e pasquins para difusão de suas ideias.

1.2.1 Conservadores/restauradores ou Caramurus

A corrente política conservadora era composta basicamente por comerciantes portugueses, pessoas vinculadas à burocracia estatal, além de militares e traficantes de escravizados.

Segundo o historiador Arnaldo Fazoli Filho,

Os restauradores representavam o grupo mais conservador do quadro político e pretendiam a “restauração” de D. Pedro I no poder. Daí o nome que receberam. Compunham o grupo mais à “direita” da política regencial, marcados pela postura reacionária da maioria de seus membros (Fazoli Filho, 1994, p. 23).

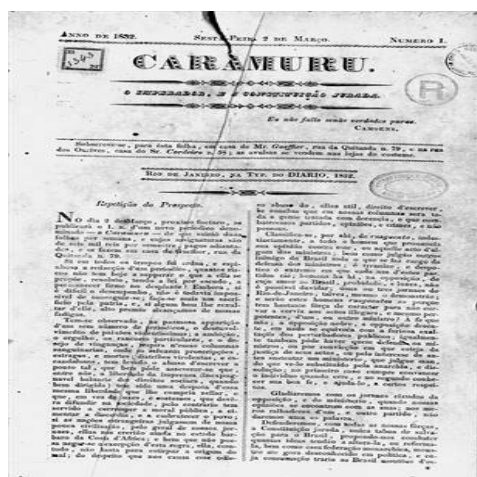
Para o historiador Marcello Basile, não é possível afirmar que todos concordavam com o retorno de Imperador ao trono, portanto não devemos pensar que todo conservador era um restaurador, mesmo defendendo o governo de Dom Pedro I e a monarquia como único regime capaz de manter a estabilidade e a unidade nacional, em contraponto à República.

Nesse sentido, pode-se dizer, diferentemente do que habitualmente aponta a historiografia, que, se todo restaurador era caramuru, nem todo caramuru era restaurador, ambos

compartilhavam dos mesmos princípios políticos básicos – a inviolabilidade da Constituição de 1824 e uma centralização monárquica nos moldes do Primeiro Reinado –, mas podiam discordar, como de fato discordavam, quanto à questão da Restauração: uma minoria a pretendia, uma maioria a recusava e ainda uma outra minoria propunha, como solução intermediária, a volta de d. Pedro como regente. Assim, o que muitas vezes se observa é que, tal como ocorria com os exaltados, chamados indistintamente de anarquistas pelos moderados, a alcunha de restaurador era dada mais como uma pecha genérica, identificada ao fantasma do Absolutismo, que servia de pretexto para justificar as perseguições aos adversários reacionários da Regência e consolidar a hegemonia moderada (Basile, 2004, p. 350).

Convém explicitar as origens do nome pelo qual ficou conhecido o grupo de conservadores e restauradores: Caramuru. Para Marcelo Basile, todos esses grupos se utilizaram da imprensa como arena de debates políticos, sendo que o grupo Caramuru foi quem mais produziu jornais durante o Período Regencial, principalmente entre 1832 e 1833. Um dos jornais do grupo restaurador era exatamente O Caramuru. (Figura 1).

Figura 1 – Primeira edição do periódico Caramuru



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Periódico Caramuru, s/d.

Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702609&pesq=&pagfis=>.

Acesso em: 15 abr. 2024.

O *Caramuru* foi publicado entre 2 de março de 1832 e 10 de abril de 1833, atingindo a marca de 64 números regulares e 3 suplementos. Circulava, com periodicidade irregular, duas vezes por semana, e cada exemplar tinha geralmente quatro páginas. Foi impresso, sucessivamente, nas tipografias do Diário (do Rio de Janeiro), de T. B. Hunt & C. e Paraguassu. A assinatura semestral saía a 6\$000 rs. (seis mil réis); o preço do exemplar não foi revelado. A epígrafe vinha de Camões – “Eu não falo senão verdades puras” –, à qual foi acrescida (a partir do nº 23) frase de Sá de Miranda: “Falai, em tudo, verdades/A quem, em tudo, as deveis (Basile, 2022, p. 650).

Os caramurus eram contrários a qualquer reforma constitucional e defendiam a Constituição de 1824, pois acreditavam que ela era liberal o bastante, representando a única salvaguarda para o Brasil. O periódico O Caramuru, no editorial inaugural, declarou sua determinação em combater qualquer ideia de alteração na Constituição. Outros periódicos, como A Trombeta, O Grito dos Opprimidos e O Carijó, também enfatizavam a importância de manter a Constituição intacta, considerando-a o alicerce do pacto social.

O grupo restaurador não desejava apenas ou simplesmente o retorno do Imperador ao trono, como bem salientou Fazoli (1994), o grupo defendia uma monarquia forte, centralizada e nacionalista, mas utilizava a ideia de retorno de Pedro I ao trono porque o tinham como um aglutinador de apoiadores para sua causa. No entanto, o falecimento do ex Imperador, em 1834, se não enfraqueceu essas ideias, pois existiam desde o Primeiro Reinado, a continuidade do grupo já não fazia sentido e, como já salientamos, não havia partidos políticos, portanto os membros dessa facção foram, a maioria, engrossar as fileiras dos moderados.

1.2.2 Liberais moderados

Os Liberais Moderados era um grupo político tendo por premissa buscar o equilíbrio entre as demandas por mudanças e a manutenção da ordem. Esse grupo não adotava uma postura radical, mas defendia a implementação de reformas políticas e sociais, contanto que ocorressem de modo gradual. Mesmo reconhecendo a necessidade de avanços e modernização, a preocupação dos liberais moderados era que as mudanças não comprometessem a estabilidade e a unidade nacional, evitando rupturas bruscas provocando uma perda do controle político. Faziam parte desse grupo, personagens importantes do Período Regencial, Diogo Antônio Feijó e Evaristo da Veiga.

Para Morel:

Inspirados pelas “idéias do século”, os moderados brasileiros viviam um paradoxo: pretendiam justificar e encerrar a revolução sem jamais terem participado de uma. Em outras palavras: aspiravam ao fim de um processo revolucionário que jamais deveria existir, apesar dos esboços de uma memória de ruptura revolucionária que eles tentaram criar para o Brasil em alguns momentos, como 1831 (Morel, 2003, p. 21).

Um dos principais líderes dos liberais moderados foi o padre Diogo Antônio Feijó, uma figura proeminente na política brasileira da época. Feijó defendia um governo forte, mas com medidas possibilitando a participação da população nas decisões políticas, como a criação de conselhos municipais. Ele buscava conciliar os interesses das diversas facções políticas, promovendo o diálogo e a negociação como meio de alcançar o consenso.

O historiador Octávio Tarquínio de Souza em uma série de biografias já consideradas clássicas intitulada *História dos Fundadores do Império do Brasil*, dedicou um volume a Diogo Antônio Feijó. Não foi objetivo do nosso estudo analisar e criticar a referida obra, porém sendo importante destacá-la por ser uma referência para todos que escreveram sobre o personagem que destacamos, evidenciado pelo autor como fundador do Império, portanto fundamental na construção do Estado brasileiro.

Ao analisar tão complexo período de nossa história é obrigatório dedicar espaço a um dos personagens mais influentes tanto pela atuação em termos de ideias, mas também a atuação política no Ministério da Justiça, um cargo de grande responsabilidade em momento conflituoso a ponto de ameaçar estabilidade da nação. Outro destaque na trajetória política de Feijó foi a Regência Una, que assumiu em 1835. Feijó nasceu em 1784, em 1804, já como 21 anos recebeu a ordenação como presbítero, em 1808, tornou-se padre. Com uma herança tornou-se fazendeiro, melhorando de vida economicamente. A dupla condição, sacerdote religioso e proprietário de terras, o fez optar pelo ingresso na vida pública, algo que não incomum à época.

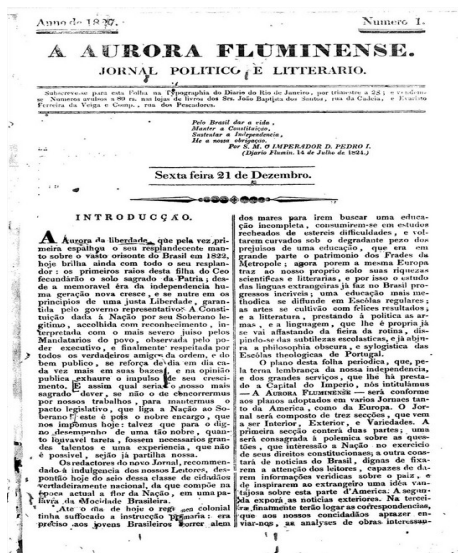
Segundo o historiador Rafael de Oliveira Bragança:

Os padres cumpriram um papel político importante durante as atribuladas décadas de 1820 e 1830. E não apenas os paulistas, é claro. Conforme levantamento de José Murilo de Carvalho, em termos proporcionais, os ministros da religião rivalizaram até mesmo com os magistrados na atividade parlamentar, fenômeno que declinaria justamente quando da ascensão do “regresso conservador” de 1837, portanto logo após a maior derrota política que nosso personagem enfrentaria (Bragança, 2018, p. 34).

Outro nome relevante entre os liberais moderados foi Evaristo da Veiga, conhecido pelo papel na imprensa. Como editor do principal jornal moderado “*Aurora Fluminense*”, (Figura 2), publicado entre os anos 1827-1835, onde Veiga utilizava sua influência para promover ideias de conciliação e moderação. Ele defendia a liberdade de imprensa como um instrumento essencial para

o progresso político e social, mas também reconhecia a importância de limites para evitar abusos e conflitos.

Figura 2 – A Aurora Fluminense, importante jornal dos liberais moderados



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Periódico A Aurora Fluminense, s/d.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=1>.
Acesso em: 18 abr. 2024.

Os liberais moderados enfrentaram inúmeros desafios durante o Período Regencial, incluindo a instabilidade política, as rebeliões provinciais e as tensões entre grupos rivais. No entanto, sua abordagem gradual e conciliatória possibilitou que o país atravessasse essas crises sem rupturas drásticas. Eles buscaram promover reformas institucionais que fortalecessem o Estado e incentivaram o desenvolvimento econômico e social, mas sempre com prudência e respeito às tradições e instituições existentes.

Apesar de suas contribuições significativas para a estabilização do Brasil durante a Regência, os liberais moderados também enfrentaram críticas e oposição, especialmente dos setores mais radicais da sociedade. Alguns os acusavam de serem excessivamente conservadores e de não avançarem o suficiente nas reformas necessárias. No entanto, sendo inegável que as influências políticas dos liberais moderados foram fundamentais para garantir a continuidade do processo de construção do Estado brasileiro.

Esse grupo, como o próprio nome indicava, apesar de não adotar, uma postura radical, ao contrário dos exaltados, defendia a implementação de reformas políticas e sociais, contanto que ocorressem de modo gradual.

Para Morel:

Moderação seria assim uma espécie de visão de mundo que permitiria posicionar-se sobre qualquer assunto, um critério para distinguir o que é sábio e civilizado, em harmonia com os costumes e o bom senso. Como se não estivessem em jogo ganhos políticos bem precisos. A moderação, enfim, era apresentada como sinônimo de razão. E uma vez que o liberalismo pode ser explicado como expressão da “soberania da razão”, ele só poderia ser ... moderado (Morel, 2003, p. 35).

Mesmo reconhecendo a necessidades de avanços e modernização, a preocupação dos liberais moderados era que as mudanças não comprometessem a estabilidade e a unidade nacional, evitando rupturas bruscas provocando uma perda do controle político.

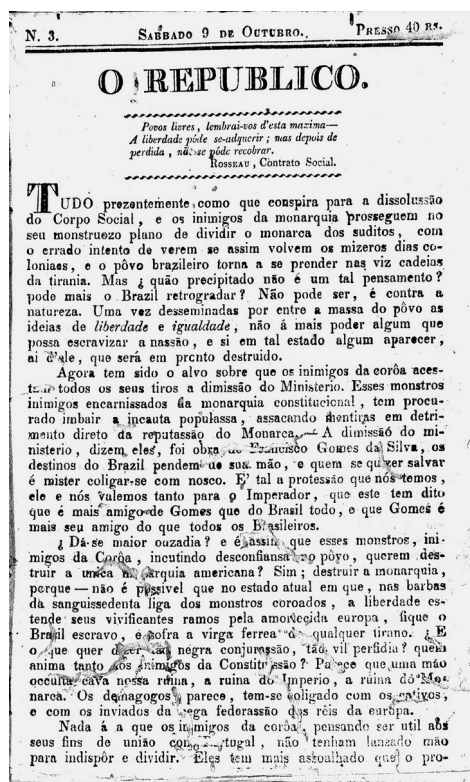
1.2.3 Liberais exaltados

Os liberais exaltados, também conhecidos como Jurujubas e Farroupilhas, era uma composição de vários segmentos sociais, desde proprietários rurais, profissionais liberais, militares, padres, funcionários públicos, médicos, entre outros. Utilizavam-se de diversos jornais para divulgação de suas ideias e ações, tanto na Corte quanto em outras províncias.

Em certa medida, liberais moderados e exaltados defendiam uma pauta política com algumas semelhanças, porém, segundo Basile (2004), os exaltados defendiam direitos sociais deixados em segundo plano pelos moderados, como direitos para as mulheres e negros. Em relação a defesa da república, conforme o autor mencionado, na impossibilidade de defesa do regime republicano abertamente, ao menos naquele momento, os exaltados publicavam em seus jornais a “república”, apelando para os vários sentidos que a palavra poderia contemplar.

Entre os periódicos exaltados, destacam-se a Sentinela da Liberdade, a Nova Luz Brasileira, O Repúblico (Figura 3) e tantos outros.

Figura 3 – Periódico dos Liberais Exaltados em sua edição nº 3



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Periódico O República, s/d.
Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332704&pesq=&pagfis=9>.
Acesso em: 20 abr. 2024.

Na linha de frente do jornal Sentinela da Liberdade, fundado em 1823, no Recife, estava Cipriano Barata, figura de destaque em alguns momentos da história brasileira, tendo participado de grandes rebeliões como a Conjuração Baiana, de 1798, ficando mais de um ano na prisão, a Confederação do Equador, de 1824, tornando-se uma voz de crítica ferrenha em oposição a Pedro I em momentos cruciais do Primeiro Reinado e próximo a Abdicação. Com ideias bastante avançadas até entre os exaltados, incluindo igualdade como direito de voto para as mulheres, cidadania para os negros e República como forma de governo ideal para o Brasil.

Outro expoente do grupo político exaltado foi Borges da Fonseca, considerado por muitos um publicista, responsável pela publicação de vários periódicos durante o Império, nas diversas fases. Através dos jornais ele defendia suas ideias e conclamava o povo a atuar politicamente. Muitos autores se dedicaram a estudar a participação de Borges da Fonseca na política nacional, entre os quais, Tarquínio de Souza na famosa coleção de biografias “A história dos fundadores do Império”.

Para este autor, Borges da Fonseca foi um revolucionário participando intensamente de momentos como A Noite das Garrafadas e A Revolução de 7 de abril, como muitos se referem aos eventos culminando na Abdicação de Pedro I, além dos já citados acontecimentos, ele também participou na Revolução Praieira. Borges da Fonseca nasceu na Paraíba e, desde muito cedo, redigiu jornais na sua terra natal (A Gazeta Paraibana) e no Recife (A Abelha Pernambucana), isso entre os anos 1928 e 1929. No início de 1830, no Rio de Janeiro, fundou seu mais conhecido periódico O Repúblico (Figura 3).

Sobre tão influente e polêmico personagem, a historiadora Carolina Paes Barreto da Silva afirmou:

Era guiado por uma lógica conjuntural: em 1831, exerceu uma função agitadora nos momentos mais tensos e decisivos da política imperial, com na Noite das Garrafadas e na Revolução de Abril de 1831. Nesse contexto, as suas críticas não só dirigiam aos deputados, ministros e altos funcionários, mas também atingiam o Imperador. Contudo, após a abdicação de D. Pedro I, aliou-se aos moderados. Como consequência de sua adesão à moderação, os seus escritos começaram a expressar esta tendência. Passou a defender a “conciliação nacional”. Mas, seis anos depois, com ascensão do Regresso conservador, retratou-se publicamente: lamentou-se em ter defendido a “prudência”, a “tranquilidade” e a “ordem”, voltando a escrever discursos mais candentes (Silva, 2010, p. 12).

A partir do exposto, fica evidente não haver entre os grupos em disputa demarcação tão rígida que as circunstâncias não possibilitassem o trânsito entre eles. Estamos tratando aqui de uma sociedade em constante e frenética mudança, com as mais diversas propostas sendo postas para o debate público. Em relação as associações políticas, os exaltados se reuniam em torno da Sociedade Federal, Grande Loja Brasileira etc.

Em muitas revoltas do Período Regencial os exaltados participaram. Segundo Morel, (2003), a valorização da soberania popular, defendida pelo grupo foi bem recebida pela parcela mais pobre da população, seja no meio urbano ou no rural.

Os líderes exaltados faziam apelo à participação das camadas pobres da população na vida pública e acenavam contra a opressão econômica, social e étnica. Valorizavam também o federalismo e a descentralização administrativa, englobando assim algumas oligarquias regionais (Morel, 2003, p. 34).

1.3 O Ato Adicional de 1834

Durante a década de 1830, logo após a Abdicação de D. Pedro I, várias reformas liberais foram sendo implementadas, porém, em 1834, foi promovida uma espécie de reforma constitucional, na qual, vários artigos da Constituição de 1824 foram reinterpretados reescritos, excluídos e substituídos.

Sendo importante ressaltar que a própria Constituição de 1824 autorizava que algumas mudanças fossem realizadas. No Art. 178, explicitava:

E' só Constitucional o que diz respeito aos limites, e attribuições respectivas dos Poderes Políticos, e aos Direitos Políticos, e individuaes dos Cidadãos. Tudo, o que não é Constitucional, pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinarias.

Essa revisão constitucional foi a Lei nº 16/1834, conhecida na História com o nome de Ato Adicional de 1834, representando o ápice das reformas liberais do Período Regencial. Na prática, o Ato Adicional de 1834 descentralizou o poder, ao criar as Assembleias Legislativas Provinciais e com autonomia para tomar decisões típicas de um regime federalista.

Conforme explicitado no Art. 10 da Lei nº 16/1834 (Ato Adicional de 1834):

Compete às Assembleias legislar sobre: divisão civil, judiciária e eclesiástica da província; polícia e economia municipal; fixação de despesas municipais e provinciais, e impostos para elas necessários; criação, supressão e nomeação de empregos municipais e provinciais; obras públicas, estradas e navegação no interior da respectiva província, que não pertençam à administração geral do Estado; etc.

Outras determinações da Lei nº 16/1834 (Figura 4) foram a formação de uma Regência Una, fim do Conselho de Estado, criação das Assembleias Legislativas Provinciais, criação do Município Neutro da Corte (separado da Província do Rio de Janeiro). A vitaliciedade do Senado foi mantida, de acordo com o estabelecido no Art. 40 da Constituição Imperial de 1824.

Figura 4 – Ato Adicional de 1834



Fonte: Portal Multirio. Capa do Ato Adicional de 1834.

Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/8937-a-reforma-da-constitu%C3%A7%C3%A3o-de-1824-o-ato-adicional>.

Acesso em: 28 abr. 2024.

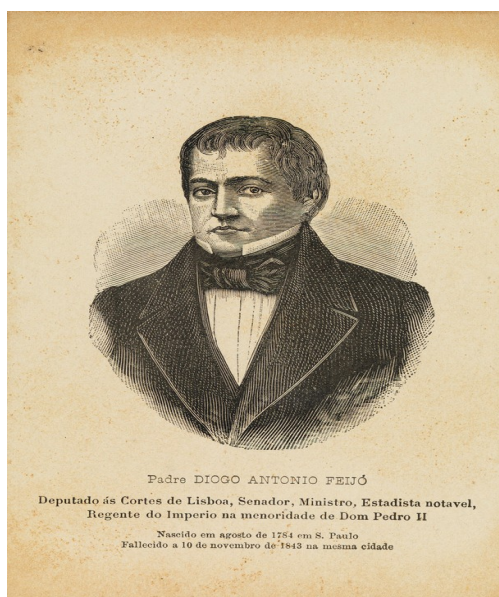
Para o historiador Arnaldo Fazoli, o Ato tentava agradar aos diversos segmentos da sociedade. Se, por um lado, agradava aos que defendiam propostas descentralizadoras do poder e federalismo, a partir da criação da Assembleias legislativas, também investia na centralização do poder através da Regência Una. Entretanto, devemos considerar que o Conselho de Estado foi suprimido e o Poder Moderador continuou existindo, sendo exclusivo do Imperador, portanto ineficaz para o regente que deveria ser eleito para governar por quatro anos, considerando o legislativo ainda mais fortalecido, inclusive com poder de derrubar vetos do regente.

Ao estabelecer a Regência Una, o Ato acrescentou que o futuro regente seria escolhido em uma eleição direta e secreta, apesar de que o voto até então estava baseado no critério renda. Ainda assim, foi sem dúvida, uma experiência inovadora para a época. Se, para muitos historiadores, a Lei de Regência de 1831, representou uma “experiência parlamentar”, o Ato Adicional de 1834, introduziu uma “experiência federalista” e, até certo ponto, republicana, em pleno império.

O domínio dos liberais moderados se consolidou completamente a partir da eleição de Padre Diogo Antônio Feijó (Figura 5), para regente. O poderoso Ministro da Justiça, criador da Guarda Nacional, venceu a eleição para regente enfrentando Antônio Francisco de Paula de Holanda

Cavalcanti de Albuquerque, um rico fazendeiro pernambucano, dono de engenhos, apoiado por Bernardo Pereira de Vasconcelos. As realizações de Feijó foram determinantes para a mudança no cenário político da época, com consequências para a recombinação dos grupos em disputa e a redefinição de ideias a respeito dos partidos políticos.

Figura 5 – Padre Diogo Antônio Feijó. Primeiro regente eleito após o Ato Adicional de 1834.



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Padre Diogo Antonio Feijó, s/d.

Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/49729?locale-attribute=pt_PT.

Acesso em: 20 abr. 2024.

A criação da Guarda Nacional, enquanto era Ministro da Justiça, contribuiu para que Feijó vencesse as eleições nas províncias. Considerando que foi uma espécie retribuição aos coronéis.

Tomando posse a 12 de outubro de 1835, o regente pretendeu governar como um verdadeiro presidente federativo, apoiado na aliança com os poderes Legislativos provinciais do que propriamente na Assembleia Nacional. Depois da “experiência parlamentar” marcada pela Lei de Regência de 1831 e pela “experiência federalista” contida no Ato Adicional, começava agora uma estranha espécie de “experiência republicana federativa”, caracterizada pela eleição de um regente muito mais afeito às províncias que à Corte. (Fazoli, 1990, p. 33).

Durante a gestão, Feijó enfrentou a Igreja Católica Romana ao nomear para Bispo do Rio de Janeiro o padre Antônio de Moura, que apesar de ter conhecimento e experiência necessária para o cargo, era acusado de não respeitar o celibato. Contrariando as determinações da Igreja Romana, o regente afirmou o direito de nomeação e manteve o amigo no cargo. Podendo parecer uma questão menor, mas não desconsiderando o quanto a Igreja Romana era influente e poderosa nessa época,

pois Feijó, sendo um padre já enfrentava acusações da Igreja, não apenas de atentar contra o celibato, mas também de contratar pastores luteranos para catequizar indígenas.

Para além dos conflitos com a Igreja Romana, o Regente Feijó também enfrentou os opositores que o acusaram de não combater a contentos os movimentos revoltosos nas províncias. Em 1835, iniciou na então Província do Grão-Pará, a Cabanagem, uma revolta com a participação de milhares de pessoas do povo, mobilizados por melhores condições de vida em meio a uma grave crise econômica. Enquanto isso, no mesmo ano, no Rio Grande do Sul, começava a Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, um movimento liderado pela elite estancieira insatisfeita, reagindo contra a política fiscal do governo, sobretudo no que se referia aos impostos sobre a importação do charque uruguaio que em relação ao charque gaúcho, que perdia competitividade no mercado.

As propostas baseadas no Ato Adicional de 1834, implementadas pelo regente Feijó, bem como sua atuação frente a movimentos como a Cabanagem e a Revolução Farroupilha, além das mudanças na correlação de forças provocadas pela maior autonomia política das províncias, gerou um ambiente de ampla discussão na sociedade resultando no surgimento de dois grupos: O Regresso/regressistas e o progresso/progressistas.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, ideólogo e maior representante dos Regressistas, assim definiu o Progresso:

Eu entendo que não há um homem no mundo que não deseje o progresso [...] o progresso, pois, entra na natureza do homem; é o desejo insaciável de melhorar a sua situação, de procurar o seu aperfeiçoamento tanto física quanto intelectualmente. [...] Desgraçadamente, as revoluções tendem a exagerar todos os princípios e o progresso não ficou isento desta exageração. Entendeu-se por progresso demolir tudo que existia só porque existia. Esta doença não é própria ou exclusiva no país que habitamos. [...] Ora, a historia de todos os povos mostra que, quando dominam tais idéias, infalivelmente o paradeiro do progresso assim entendido, assim definido, é o abismo (Vasconcelos, 1999, p. 237-238).

Para Fazoli (1990), esses grupos, mais tarde se tornariam os partidos dominantes durante o Segundo Reinado: o Liberal e o Conservador. Nesse contexto conturbado, sem conseguir pacificar o país e enfrentando várias pressões, Feijó renunciou. Na eleição seguinte, o regente escolhido foi Araújo Lima. Nesse momento alcançou grande impulso o movimento conhecido como o Regresso, embrião do futuro Partido Conservador.

A Lei nº 105 em maio de 1840, fez profundas modificações no Ato Adicional de 1834, tanto que ficou conhecida como Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834. (Figura 4). O contexto em

que foi instituído o Ato era de ascensão do grupo moderado ao poder, ficando evidente com a eleição da primeira Regência Una, assim como previa o Ato, sendo vencedor o Padre Feijó, ex Ministro da Justiça durante a Regência Trina. A referida Lei, na prática, retirava das Assembleias Provinciais a autonomia adquirida através do Ato Adicional, ou seja, era uma Lei com características centralizadoras.

A conjuntura política mudou no decorrer da regência do Padre Feijó, que, além de lidar com conflitos envolvendo a Igreja Romana, também atuou na repressão aos movimentos revoltosos que desafiando o poder constituído nas províncias. Pressionado, Feijó renunciou em 1837, não completando, portanto, o mandato, de quatro anos. Após a renúncia, os conservadores elegeram Pedro de Araújo Lima, que, com Bernardo Pereira de Vasconcelos representava a corrente política regressista.

1.4 O Golpe da Maioridade e o fim do Período Regencial

A ideia de antecipar a maioridade do imperador já rondava a Corte desde 1835, considerando que o monarca representava ordem e estabilidade em um cenário conflagrado nas províncias devido aos constantes movimentos populares, a exemplo da Cabanagem, no Pará, a Balaiada, no Maranhão, A Revolta dos Malês, em Salvador, entre outras. Contribuía para a proposta de antecipação da maioridade, a pressão exercida pelos latifundiários ameaçados pelos citados movimentos e afirmavam que a situação de insegurança foi estabelecida a partir das medidas descentralizadoras do Ato Adicional de 1834, situação não mudando após a instituição da Lei Interpretativa, uma vez que, A Balaiada e a Farroupilha continuaram.

Nesse momento, a maioridade era de interesse tanto de conservadores quanto de liberais, progressista ou regressistas. O crescente envolvimento das camadas populares em movimentos de reivindicação de direitos básicos e contestação da ordem estabelecida, provocou a reação das elites clamando por centralização de poder através da autoridade representada pelo monarca.

Conforme a Constituição de 1824, a maioridade foi estabelecida em 21 anos, no entanto, o Ato Adicional que reformou a Constituição dez anos após sua outorga por Pedro I, estabelecendo a maioridade em 18 anos, porém naquele momento, o Príncipe Regente Pedro de Alcântara tinha 14 anos. Nesse contexto, começaram as articulações políticas para a alteração do que determinava o Ato Adicional, ou seja, reduzir a maioridade de 18 para 14 anos, manobra nomeada pela historiografia como Golpe da Maioridade.

A ascensão do Príncipe Regente Pedro de Alcântara ao poder através da referida manobra política significou a consolidação do Regresso e pavimentou as bases de um Segundo Reinado, no qual os grupos em disputa durante o Período Regencial se reorganizam em Partido Liberal e Partido Conservador.

CAPÍTULO 2 – A GUERRA DOS CABANOS (1832-1835): A HISTÓRIA DOS SUBALTERNOS

A história da forma que aqui pretendemos discutir, foge da chamada tradicional. É a partir das premissas da História Social, conforme os pressupostos teóricos de E. P. Thompson (1997), dissertaremos sobre os protagonismos das pessoas comuns, ou seja, não interessando as ações da elite econômica e social do período em destaque. O enfoque do nosso estudo será sobre as experiências das gentes simples que reagindo para garantir mais que a sobrevivência, a existência. Sendo assim, este texto se insere na perspectiva de uma “história vista de baixo”.

A participação popular em acontecimentos históricos relevantes, sejam eles locais, regionais ou nacionais, foi, muitas vezes, relegada ao esquecimento ou ao apagamento completo, notadamente, quando o envolvimento popular ocorreu no cerne de disputas político-ideológicas. Até porque sabemos que a História, enquanto ciência, ou a produção historiográfica, não estão isentas de interesses. Portanto, cabendo apresentar em primeiro plano a participação efetiva de uma população que não teve seu espaço reconhecido. A história é relatada através de narrativas, e essas narrativas são moldadas por quem as escreve.

O/a historiador/a, ao selecionar e interpretar as fontes, constrói narrativas enfatizando certos aspectos do passado e ocultando outros, essa operação nem sempre é deliberada no sentido de provocar esquecimento de situações consideradas indesejadas e, portanto, indignos de estar nos livros de História, mas intencionalmente ou não, ocorre. O esquecimento, nesse contexto, não é um mero apagamento, mas uma seleção de fatos, personagens e acontecimentos que, por diversas razões, deixam de fazer parte do discurso histórico. De certo modo, ocorreu com a Guerra dos Cabanos um processo de esquecimento operado por uma historiografia não comprometida com movimentos de caráter popular. A situação somente começou a mudar a partir da década de 1960, através da obra de Manuel Correia de Andrade, evidenciando os grupos subalternos no centro da narrativa.

A ideia do povo que a tudo assistia sem nada entender ou tomar parte efetiva nos eventos foi um debate ainda mais evidente a partir do termo "bestializados", utilizado para descrever a visão tradicional interpretando a reação popular à Proclamação da República como indiferente ou apática. Essa interpretação baseada em testemunhos históricos, como o de Aristides Lobo, descrevendo o povo como assistindo atônito e surpreso, sem compreender o significado do evento, durante a Proclamação da República. Essa visão foi amplamente difundida e questionada ao longo da

historiografia brasileira, provocando debates sobre a participação e a disposição do povo na época. Segundo Lindoso (1983), “O povo na História é visto como um fato perigoso, um ato potencialmente incontrolável, que a regra condiciona aos anseios da ilegitimidade social”.

Nesse sentido, chamamos atenção para os momentos de revolta popular, não para condenar os atos daqueles agindo para serem notados e ouvidos nas reivindicações mais que justas. Muito pelo contrário, são momentos assim que nos colocam frente a frente com todas as injustiças sociais a que foram submetidas as classes populares nesse país.

As considerações do historiador britânico Georges Rudé (1910-1993), na obra “A multidão na História” (1991), são reveladoras da participação popular durante eventos de agitação social, protestos e revoltas, portanto serão bastante úteis para pensarmos como a “multidão” agiu no decorrer da Guerra dos Cabanos. Para Rudé, ao estudar os movimentos populares na França e na Inglaterra entre 1730-1848, as revoltas populares eram caracterizadas por uma variedade de motivos e crenças para as pessoas a se amotinarem ou se rebelarem. Os distúrbios eram frequentemente desencadeados por questões econômicas, injustiças sociais, busca por reformas imediatas ou ideais de justiça social elementar.

O período abordado em nosso estudo, chamamos, sem eufemismo ou exagero, de “agitado”, mesmo que essa palavra seja insuficiente para analisar nove anos de intensos movimentos em todos os setores da sociedade, desde a Corte no Rio de Janeiro, até os rincões distantes desse imenso país. Na historiografia do Período Regencial (1831-1840), são ressaltadas as rebeliões que ocorridas de Norte a Sul do Brasil, a Revolta dos Malês (1835), na Bahia, a Cabanagem (1835-1840), no Pará, a Balaiada (1838-1840), no Maranhão e, a mais duradoura de todas, a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (1835-1845), no Rio Grande do Sul.

Os movimentos acima relacionados têm sido amplamente pesquisados e, frequentemente, são incluídos nos livros didáticos. No entanto, algumas rebeliões populares não são contempladas nos livros didáticos, mesmo com pesquisas acadêmicas sendo produzidas, continuam excluídas da maioria dos livros didáticos. Assim, os movimentos populares que contestando a Abdicação de D. Pedro I e pedindo o retorno ao Trono, independente de quem eram os líderes, se da elite ou populares, não são incluídos nos livros didáticos, a exemplo da Revolta de Pinto Madeira e a Cabanada ou Guerra dos Cabanos.

Na historiografia mais recente sobre a Guerra dos Cabanos, algumas obras se destacam por oferecer novas interpretações, reconhecendo a participação popular e ampliando a compreensão do

movimento para além da ideia simplista de uma tentativa de restaurar o poder absolutista com o retorno de D. Pedro I ao trono.

A Guerra dos Cabanos, de Manuel Correia de Andrade (1965), é uma obra de referência pela riqueza documental e por contar em detalhes todos os acontecimentos do conflito, além da visibilidade à participação popular.

O livro *Os Guerrilheiros do Imperador*, de Décio Freitas (1978), descreveu o movimento cabano como uma guerrilha contra as injustiças sociais, realçando a liderança de Vicente de Paula, a quem chamou de caudilho e enalteceu os negros papa-méis pela bravura. Entretanto, partindo de uma visão materialista-histórica, Décio classificou a Guerra dos Cabanos como movimento social alienado, por se mobilizar pelo retorno do Imperador D. Pedro I ao trono. O livro *A utopia armada: rebeliões de pobres nas Matas do Tombo Real (1832-1850)*, de Dirceu Lindoso (1983), tem o diferencial na metodologia etno-histórica e análise de discurso, instrumental utilizado na pesquisa.

Por fim, *Memorial Biográfico de Vicente de Paula, o Capitão de Todas as Matas: Guerrilha e Sociedade Alternativa na Mata Alagoana*, de Luiz Sávio de Almeida (2008), apresenta um perfil abrangente de Vicente de Paula, oferecendo uma visão aprofundada sobre uma liderança da Guerra dos Cabanos e sua atuação nas matas alagoanas.

Após a Abdicação de D. Pedro I, na disputa entre liberais moderados e exaltados pelo poder na Regência, ocorreu a vitória dos liberais moderados, exercendo o poder por quase todo Período Regencial. As notícias sobre a Abdicação de D. Pedro I chegaram em Pernambuco quase um mês depois, surpreendendo as autoridades aliadas do Imperador. A partir desse momento, iniciou alguns movimentos sediciosos na capital, entre os quais a Setembrizada, a Novembrada e a Abrilada. Muitos poderosos perderam posições ou se sentiram ameaçados de perder postos de comando nas províncias devido a sua lealdade ao Imperador e o apego às ideias absolutistas.

A Setembrizada foi uma insurreição militar, como o nome indicou, ocorrida em setembro de 1831 em reação às ações do Comandante das Armas, o Brigadeiro Francisco de Paula e Vasconcelos, além de divergências de natureza política nos quartéis. O movimento durou apenas três dias, basicamente resultou em saques ao comércio, com alguma participação popular, mas sem grandes repercussões. Desses três movimentos, a Abrilada foi o ponto de partida para a Guerra dos Cabanos, isto porque, segundo a historiadora Mariana Albuquerque Dantas, os líderes migraram para o interior do estado na divisa com o Estado de Alagoas, pois o conflito que não logrou êxito na capital. “A oposição às mudanças políticas originadas com a Abdicação e a interferência no poder de mando de caudilhos pelo interior das províncias deram

início a outro levante conhecido como Abrilada, por ter ocorrido no mês de abril de 1832” (Dantas, 2015, p. 173).

Conforme a análise da historiadora Janaína Cardoso de Mello,

Com a elevação do governo moderado à Regência, muitos senhores de engenho locais haviam perdido posições importantes que ocuparam até a abdicação de D. Pedro I, a exemplo de Torres Galindo, o ex-Capitão Mor da Vila de Santo Antão e responsável pela condução dos primeiros conflitos que desencadearam a guerra no interior das duas províncias (Mello, 2015, p. 87).

E para Manuel Correia de Andrade:

A Guerra dos Cabanos foi a continuação do levante de Tórres Galindo, por seus aliados de Pernambuco e Alagoas, que a estenderam por uma zona menos povoada e de mais difícil acesso, o que impossibilitava rápida ação do governo contra eles. Seus principais chefes em Pernambuco eram Manuel Afonso de Melo na região de Una e Antônio Timóteo em Panelas, destacando-se em Alagoas, João Batista de Araújo em Barra Grande e Alexandre Gomes de Oliveira, que era diretor dos índios de Palmeira e alardeava dispor de “600 caboclos para combater os federalistas”. Também os índios de Jacuípe eram muito influenciados pelo Capitão-Mor de Barra Grande (Andrade, 1965, p. 47).

De acordo com esta visão, a participação popular foi decorrência dos interesses e influência de líderes da elite, que com os intentos frustrados interiorizaram a rebelião, com um contingente de indígena aldeados em Alagoas. Segundo Andrade (1965), a partir da liderança de Antônio Timóteo, o movimento adquiriu um caráter de levante popular, independente de quem o iniciou e quais os objetivos dos senhores da elite.

Com Antônio Timóteo, pequeno proprietário e homem humilde de Panelas do Miranda, e com os índios do Jacuípe, ganhou a rebelião o apoio das massas, das camadas mais pobres da população, que a continuariam por muitos anos, enfrentando as maiores dificuldades, ao mesmo tempo em que os homens poderosos que a tramaram, que a organizaram, ou foram presos, ou depuseram as armas. É que iniciaram uma simples quartelada, uma revolução para ser vitoriosa em poucos dias, mas a plebe, os índios e depois os escravos, iniciada a luta, fugiram ao seu comando, ao seu controle, e se colocaram sob as ordens de chefes humildes como eles, saídos da própria plebe, como Vicente Ferreira de Paula, que melhor os compreendia, que melhor consultava seus interesses (Andrade, 1965, p. 49).

Para Manuel Correia de Andrade (1965), a Guerra dos Cabanos fez parte do “conjunto das mais importantes revoluções brasileiras”, sendo tão importante quanto a Cabanagem, no Pará, a Balaiada, no Maranhão e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul.

Alguns aspectos diferenciam a Guerra dos Cabanos das demais revoltas citadas, o historiador chamou atenção que essa revolta não se limitou à fase conspiratória, também não se restringiu ao espaço urbano, fato este que contribuiu para dificultar a repressão do Governo, que com maior facilidade sufocou os movimentos que iniciaram e se desenvolveram nos espaços urbanos. Considerando que os revoltosos eram mais fracos nesse conflito, o desenrolar dos confrontos pelo interior possibilitou melhor locomoção pelas matas, oportunizando tocaias e emboscadas com muitas vitórias.

A contradição envolvendo a Guerra dos Cabanos, já mencionada em nosso estudo, conforme Andrade (1965, p, 201) foi “ser uma revolução de massas, popular quanto à composição dos seus quadros, e absolutista quanto aos fins que procurava atingir”, explicada na combinação dos seguintes fatores: “estrutura econômico-social da província”, “conjuntura política dominante em Pernambuco e Alagoas durante o Primeiro Reinado e a Regência” e a “formação ideológica e forte personalidade de Vicente de Paula”

Nesse sentido, Andrade informou que econômica e socialmente, a Província mantinha as características do período colonial, com algumas mudanças na capital, no Recife, que devido a abertura dos portos e da Independência, já se formava uma pequena burguesia comercial e uma “classe média de pequenos comerciantes, de artífices, de empregados do comércio e pequenos funcionários”. Quanto a situação do campo, existiam duas classes, donos de engenho e proprietários de escravizados de um lado e de outro, escravizados e homens livres, que também dependiam dos proprietários ricos.

Como observado, uma ordem social completamente injusta, pois nessas condições eram os senhores que ocupavam os postos de comando na Guarda Nacional, como juízes de paz ou delegados, logo exerciam sua autoridade como bem desejassem, inclusive, utilizando-se de capangas para agir contra quem ousasse atentar contra propriedade ou escravizados tentando a fuga.

Conforme escreveu Manuel Correia de Andrade:

Nestas condições, sem terras para trabalhar, sem capitais e meios para desenvolver as aptidões comerciais, sem facilidades e garantias em empregos, era natural que a grande maioria da população pobre tivesse que submeter-se aos caprichos e prepotências dos proprietários, formando a sua “clientela, ou reagisse através do banditismo, ou aguardasse o momento em que aparecesse um líder que os arrebanhasse para uma revolta. Revolução que conforme o momento e as circunstâncias determinantes, poderia ter os mais diversos fins. Seguiriam apenas o chefe em quem confiassem, fôsse ele liberal ou absolutista, republicano ou moderado, tivesse ou não alguma idéia a defender (Andrade, 1965, p, 204).

Se a situação socioeconômica era de profunda desigualdade, politicamente as ideias liberais não tinham boa recepção no campo, restritas ao espaço urbano, locus de movimentos revoltosos ideologicamente liberais. Foi a partir dessa conjuntura que ocorreu a Guerra dos Cabanos, não sendo a mesma sem a liderança com um caráter de mobilização popular, a partir de ideais absolutistas/regressistas, mas em uma situação de subalternidade, repressão e mobilização por uma existência digna.

Sobre a atuação de Vicente Ferreira de Paula, assim se referiu Manuel Correia de Andrade:

A personalidade de Vicente de Paula merece maiores reflexões, pois ele foi um autêntico líder e condutor de massas. Enganaram-se redondamente Moreno Brandão e Carlos Pontes quando o consideraram apenas bandido e salteador. Afirmam-se que nasceu em Goiana, filho natural de um padre, em 1791, e que serviu como praça nas Forças Armadas. Levou vida humilde e sem destaque até 1833 – durante 42 anos –, quando apareceu como um dos líderes cabanos. Sua ascensão foi rápida, ofuscando logo os demais companheiros e passando a chefiar todos eles. Tendo servido às forças armadas, procurou dar aos seus comandados organização militar, como se pode ver algumas de suas ordens do dia (Andrade, 1965, p. 205).

Não cabendo analisarmos em pormenores as tais ordens, mas não deixando de acentuar como seu modo de liderar foi um diferencial agregando em torno de si todo o povo cabano, reconhecendo sua influência. Sendo que o próprio entendia sua importância enquanto líder militar e porque não acrescentar espiritual, pois seguindo os ditames da Igreja Católica Apostólica Romana influenciava seus comandados, mesmo tolerando costumes divergentes da doutrina cristã, demonstrando compreender a complexidade das práticas do povo das matas, a quem ele liderava intitulado-se “Commandante Geral dos Imperiais Exércitos de Sua Majestade Imperial”

Com base nessa conjugação de fatores políticos, econômicos e sociais, considerando a importância de Vicente de Paula, o pesquisador Manuel Correia de Andrade apresentou um movimento de impacto social imenso, porém um tanto quanto ignorado pelos livros didáticos, nos últimos tempos. Todavia, a produção acadêmica continua a se debruçar sobre a temática e seus desdobramentos, como a participação feminina, o papel do indígena e, obviamente, a importante participação dos escravizados e ex escravizados, tão bem representados pelos guerreiros papa-méis.

Essa amplitude de participação popular expondo a face de um Brasil recém independente politicamente de Portugal que ainda não se pensava como um todo, enquanto nas cidades as ideias e as mudanças que a condição de país independente era como frisou Manuel Correia de Andrade, nos

longínquos rincões com a ordem social de injustiça e desigualdades, sendo as camadas menos favorecidas as mais vulneráveis, razão pela qual, aproveitavam-se das cisões entre as elites para buscar dias melhores.

Discutir essa temática em sala de aula no Ensino Fundamental é apresentar para os/as estudantes a história de pessoas comuns, como eles/as não se contentaram com as injustiças e reagiram como possível. Essa atitude se revestindo de muito valor para despertar a consciência histórica e formar cidadãos/ãs críticos/as sobre a situação circundante.

Para Dirceu Lindoso, na obra “A utopia armada: rebeliões de pobres nas Matas do Tombo Real (1832-1850)”, “São raras, na história insurrecional brasileira, rebeliões de pobres que as conduzissem só os pobres. A história da nacionalidade se conta só do lado do poder sesmeeiro”. Partindo dessa afirmação, ou seja, a história sendo narrada de “cima para baixo”, mesmo porque os de baixo não dispõem de meios para serem ouvidos. Então, a versão prevalecendo no imaginário não será a dos subalternos. No entanto, o autor evidenciou o protagonismo popular ao defender que durante a Guerra dos Cabanos, astutamente:

Os pobres da terra – livres ou escravos – entram numa insurreição de senhores de terra absolutista e restauradora, e a tomam por dentro, usando o discurso insurrecional de seus opressores, e a tomam por dentro, e atacam, na prática o sistema iníquo do poder sesmeeiro-escravista do Império (Lindoso, 1983, p, 427).

Lindoso fez uma observação valiosa quanto a história da colonização, lembrando que não devemos apenas ressaltar as derrotas no decorrer do processo, mas realçar as ações e reações dos mais pobres, sejam os indígenas, as mulheres, os escravizados e os ex escravizados, bem como todos os pobres de uma forma geral, salientando que não devemos admitir a prevalência da tese da passividade, da ingenuidade e da alienação:

A história da colonização e devassamento das conquistas não é só, nessa região, a da implantação do sistema econômico e social de dominação dos senhores de escravos. É também a história das rebeliões dos escravos e dos pobres da terra contra o poder da dominação sesmeeira. A história escrita passou a ser a história da dominação, e seus heróis os senhores de terras e de escravos; a história oral passou a ser a dos dominados, e seus heróis eram escravos e homens livres pobres ou índios, tratados pela escrita senhorial como “salteadores”, “bandidos” e “feras (Lindoso, 1983, p, 428).

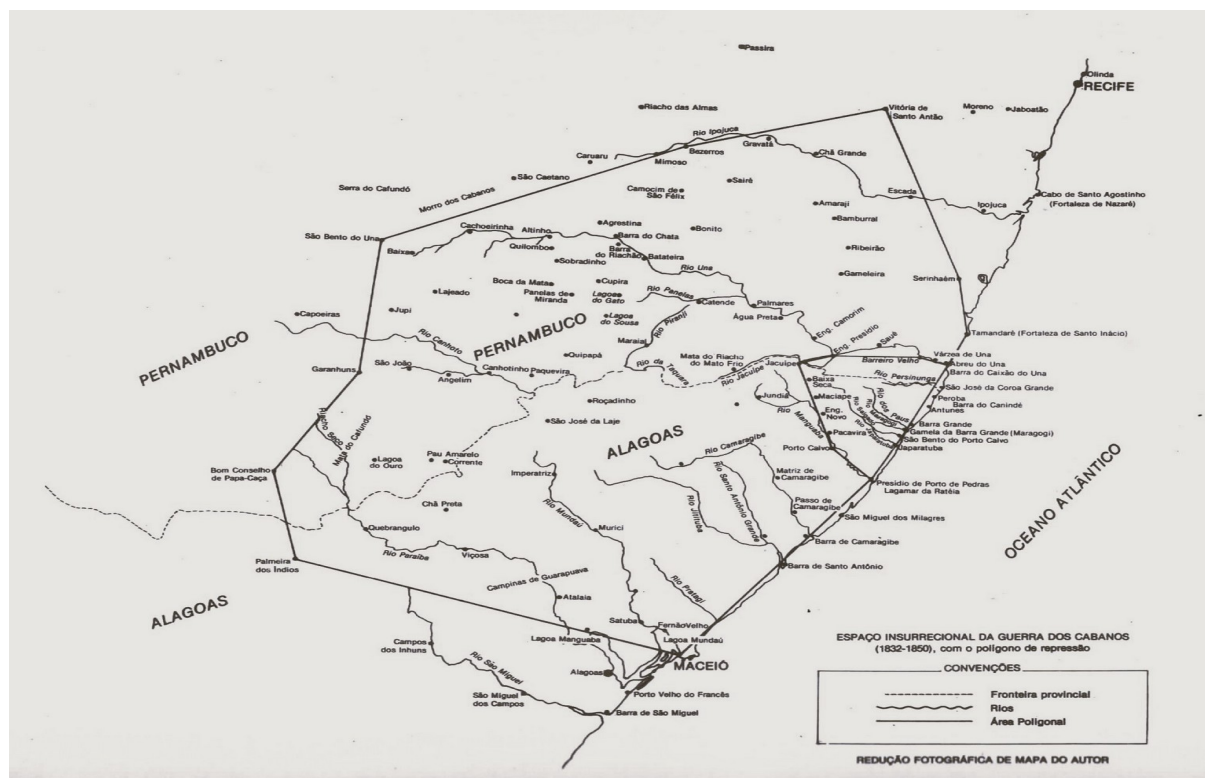
Essa visão da Guerra dos Cabanos sendo condizente com a nossa proposta de atuação em

sala de aula. Quando o autor afirmou o poder da história oral frente ao que a escrita oficial tentou imprimir no imaginário geral, alertando para a capacidade do/a docente, ao interagir com os estudantes, redefinindo quem foram os personagens de destaque desse movimento, como protagonizaram essa história e qual processo seguinte os transformou em “bandidos”. Como já afirmamos em outras passagens desse estudo, não buscamos apontar heróis ou heroínas. A história é construída por pessoas em interações e em determinado espaço temporal com características específicas e as contradições típicas de cada época. O nosso papel enquanto docentes/historiadores não é apontar heróis ou vilões, também não é apresentar versões “oficiais” que não reconhecem os protagonismos daqueles/las mobilizados/as, em muitas vezes pagando com a própria existência e dos descendentes.

Segundo Dirceu Lindoso, os cabanos possuíam origens sociais diferenciadas, mas naquele momento havia algo que propiciando a união de todos sob uma mesma condição, a condição cabana. Nesse sentido, os indígenas madeireiros, vivendo em aldeamentos² reconhecidos pelo Estado, os negros papa-méis que fugiam da escravidão para viver a liberdade das matas, “moradores mulatos e curibocas” em dificuldades para se manter e cultivar terras e toda sorte de lavradores empobrecidos os sítios e fazendas se transformarem “cercados, pastos e canaviais dos grandes senhores de terra”. Estando assim explicitada a junção de fatores que os transformou em cabanos, ou seja, exploração e pobreza e vice-versa.

²A política de aldeamentos foi uma estratégia da Coroa portuguesa, aplicada principalmente entre os séculos XVI e XVIII, que consistia em reunir os povos indígenas em aldeias sob controle de missionários ou autoridades coloniais, com o objetivo de catequizá-los, controlar seus territórios e utilizar sua mão de obra. Na prática, significou a perda de terras tradicionais, deslocamentos forçados e enfraquecimento das identidades étnicas, ainda que os indígenas tenham resistido por meio de fugas, revoltas, petições e adaptações às novas condições.

Figura 6 – Espaço Insurrecional da Guerra dos Cabanos



Fonte: LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada: rebelião de pobres nas Matas do Tombo Real**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. P. 436.

Para Lindoso (1983), a Guerra dos Cabanos foi uma rebelião de pobres numa insurreição de ricos. A partir disso, a historiografia oficial a classificou como uma rebelião de marginais. Essa versão perdurou durante muito tempo, somente superada em 1965, com pesquisa bem documentada de Manuel Correia de Andrade, no livro “A Guerra dos Cabanos”.

E Lindoso complementou:

A historiografia brasileira, gerada no culto ao Estado Colonial e ao Estado Imperial, não percebeu (ou preferiu ignorar) que a natureza contraditória da Guerra dos Cabanos de 1832 era reflexo dessas contradições sociais profundas localizadas no interior da sociedade sesmeiro-escravista imperial (Lindoso, 1983, p. 430).

Para se contrapor a uma versão historiográfica de matriz eurocêntrica que se pretende oficial é que pensamos em evidenciar nessa pesquisa os estudos de historiadores considerados clássicos sobre a Guerra dos Cabanos, a exemplo de Manuel Correia de Andrade (1965), Dirceu Lindoso (1983) e Décio Freitas (1978), mas também novas abordagens, desde que apresentem e debatam a

história dos pobres e oprimidos como protagonistas desse processo. Como bem escreveu Lindoso, a crítica a uma historiografia oficial sobre a Guerra dos Cabanos é a recusa um discurso que sempre afirmando os protagonistas empobrecidos no movimento como “bandidos”, pois: “Não eram salteadores, mas guerrilheiros” ou tão somente pobres que ousaram se mobilizar por uma “utopia armada”.

Para o historiador Marcus Carvalho (2011), “Os cabanos lutavam explicitamente pela restauração de dom Pedro I”. Com base na documentação enviada pelas lideranças cabanas às forças de repressão, esse pesquisador concluiu não haver dúvidas quanto a mobilização cabana qual seja, a restauração de Dom Pedro I ao trono.

Nesse sentido, para o historiador é importante nos indagarmos a respeito do significado que o retorno do imperador ao trono tinha para cada segmento envolvido no conflito. Considerando que estamos tratando de segmentos distintos, a abordagem do autor contribui para a melhor compreensão dos interesses em jogo para cada grupo.

Conforme Marcus Carvalho (2011), vários setores urbanos estavam defendendo interesses econômicos ameaçados pela nova conjuntura política pós Abdicação, a exemplo dos militares temendo serem rebaixados, burocratas defendendo os empregos, tentando não perder suas posições e buscando uma recolocação diante das mudanças com a Regência. Se no contexto urbano, prevalecia a defesa de cargos e posições, no meio rural a disputa pela terra e tudo o que ela representava fora as motivações para as mobilizações, com a evidente discrepância entre o povo das matas, ou seja, os cabanos e os pequenos proprietários receosos em perder seu patrimônio.

Havia também proprietários tentando amealhar terras devolutas, desse modo, aumentava sua influência e poder sobre os pobres livres vivendo nas redondezas. Diante dessas constatações, Marcus Carvalho advertiu que para defesa dos interesses mencionados não era necessário recorrer a ideologias. Argumentando a existência de uma “ampla malha clientelar” unindo os diversos segmentos na busca por interesses específicos:

Perceber que, no começo da Cabanada, seus líderes estavam inseridos numa malha clientelar mais ampla, não significa dizer que a Cabanada foi mais um daqueles movimentos de protesto quase oficiais, tão frequentes na história do Brasil. Pelo contrário, o que deve ser enfatizado é o significado mais amplo do movimento, que não pode ser reduzido a um protesto barulhento de “selvagens”, como queriam as autoridades provinciais. O clientelismo é uma das dimensões políticas da Cabanada. A malha clientelar é um canal através do qual flui a comunicação política entre as classes. Mas cada ponta da malha clientelar interpreta à sua maneira o discurso transmitido (Carvalho, 2011, p. 192).

A Guerra dos Cabanos demonstra o papel estruturante das relações clientelistas na organização do poder local e na mobilização de forças sociais resistentes à autoridade central. O clientelismo — entendido como uma forma de mediação entre o Estado formal e as populações locais, sustentado por trocas pessoais de proteção, influência e reciprocidade (CUNHA, 2006) — foi decisivo tanto para a eclosão quanto para a repressão do movimento. Representantes populares como Vicente Ferreira de Paula canalizaram o descontentamento com a centralização política, a nomeação de autoridades externas à região, a opressão fiscal e a perseguição religiosa. Esses chefes não eram revolucionários no sentido moderno, mas sim articuladores de redes de dependência baseadas em vínculos históricos de patronagem, muitas vezes ligados a senhores de engenho, capelães e comandantes de milícia — figuras que exerciam duplo papel como representantes do Estado e como líderes locais autônomos.

Nas áreas atingidas pela revolta, onde o Estado imperial tinha pouca ou nenhuma presença efetiva, a autoridade era exercida informalmente por meio de pactos clientelistas. Nesses contextos, o poder do “homem bom” local, do coronel ou do padre substituíam as instituições formais, tornando o clientelismo o principal mecanismo de regulação da ordem social e política (SILVA et al., 2016).

Tal sistema também foi fundamental para a repressão, uma vez que, tropas provinciais e imperiais contaram com o apoio de informantes, guias e milicianos recrutados localmente por meio dessas mesmas redes de dependência. A repressão só foi possível graças à recomposição das alianças entre o centro político e as elites regionais, muitas vezes por meio de concessões de cargos, perdões e reconhecimento simbólico. Assim, como aponta Adriana Teresinha da Silva et al. (2016), o clientelismo não foi apenas uma forma de articulação do poder político, mas uma estrutura de sustentação da própria autoridade imperial em territórios onde ela era praticamente inexistente. A Guerra dos Cabanos, portanto, pode também ser lida como uma insurreição popular reveladora dos embates entre diferentes formas de poder no Brasil regencial, onde o clientelismo operava como linguagem comum entre a periferia e o centro do Império.

Diante das evidentes desigualdades entre os sujeitos históricos envolvidos na Guerra dos Cabanos e com base em Dirceu Lindoso, explicitando no clássico livro “A utopia armada”, evidenciando que as matas entre as províncias Alagoas e Pernambuco pertenciam a Coroa, por esse motivo as gentes das matas teriam, pelo menos a sensação de proteção diante da cobiça dos grandes proprietários rurais.

Com a renúncia de Pedro I, a população ficou à mercê das investidas dos latifundiários

visando ampliar suas propriedades e utilizá-la para plantar cana-de-açúcar. Com base nessa conjuntura, o povo cabano interferiu na política imperial não apenas se defendendo, mas também atacando, inclusive além de posições estratégicas fora das matas, até mesmo povoações próximas a região costeira, como informou o historiador Marcus Carvalho.

Figura 7 – Monumento aos cabanos



Fonte: Tripadvisor. Monumento aos cabanos, s/d.

Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g644400-d15204265-Reviews-Monumento_aos_Cabanos-Maragogi_State_of_Alagoas.html. Acesso em: 25 ago. 2024.

2.1 A Guerra dos Cabanos e a importância do ensino de História regional/local

A proposta de incorporação da temática Guerra dos Cabanos nas aulas de História no 8º ano no Ensino Fundamental está de acordo com o ensino da história regional/local, preconizado pelas legislações destinadas a educação básica, especificamente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e Base Nacional Comum Curricular (2017). É importante salientar que a adoção desse tema não se justifica ou se impõe somente a partir das referidas legislações, pois o fundamento principal encontra-se no entendimento de que a história regional/local cumpre um papel de aproximar os conteúdos das situações vivenciadas pelos/as estudantes.

A história regional/local nem sempre teve prestígio acadêmico. Segundo a historiadora Ana Maria Carvalho (2003), foi a partir do surgimento da chamada Nova História, no final da década de 1920, na França que a história regional/local ficou em evidência a partir de um novo olhar sobre as fontes históricas.

Segundo a autora:

A Nova História, em suas diversas expressões, contribuiu para renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história, na medida em que foram diversificados os objetos, os problemas e as fontes. A História Regional constitui uma das possibilidades de investigação e de interpretação histórica. Através da História Regional busca-se aflorar o específico, o próprio, o particular. (Oliveira, p. 15, 2003).

Nos livros didáticos ainda prevalece uma perspectiva historiográfica tradicional eurocêntrica³, na qual o destaque para assuntos da chamada História Geral e do Brasil, sendo que, quando se trata da História do Brasil, alguns eventos históricos são alçados a categoria de acontecimentos nacionais, enquanto outros são relegados ao esquecimento ou colocados em segundo plano como pertencentes a uma história regional/local e, segundo essa lógica, uma história menor, indigna de figurar nos livros didáticos de circulação nacional.

É com o objetivo de valorizar a história regional/local que desejamos discutir em sala de aula temas como as mobilizações populares ocorridas durante o Período Regencial, mas não somente os movimentos já consagrados, pois muitos deles não tiveram o protagonismo popular como uma de suas principais características.

2.2 Os subalternos

O termo subalterno, enquanto categoria analítica nas Ciências Humanas, remete a uma série de estudos teóricos realizados por diversos pesquisadores de áreas distintas das Ciências Humanas, mas que compartilhando de uma mesma perspectiva e atitude frente a História, enquanto ciência eurocentrada.

Nessa seara estão, o pós-colonialismo, os estudos subalternos e sobre a decolonialidade, incluindo autores como Edward W. Said (1990), Gayatri C. Spivak (2010), Walter D. Mignolo (2008). A apropriação de aportes teóricos dessas tendências, sobretudo dos estudos subalternos,

³Abordagem historiográfica que considera a Europa como centro produtor e irradiador do conhecimento histórico válido em detrimento do que é produzido em outros continentes, criando assim, uma hierarquia.

contribuiu para pensarmos o lugar de protagonistas na história pelos atores sociais não representados ou sub-representados pela historiografia oficial.

Em 1985, a pensadora indiana Gayatri C. Spivak publicou o artigo “Pode o subalterno falar?”, no qual ela teceu críticas a pretensão de autores/as europeus consagrados/as, a exemplo de Foucault e Derrida terem direito de falar em nome dos/das subalternos/as, de acordo com a concepção que Gramsci atribuída ao termo. Para Spivak, não se deve usar o termo subalterno de forma indiscriminada ao se referir aos sujeitos marginalizados. Pois, seguindo as proposições de Gramsci, o subalterno é aquele sujeito cuja voz não pode ser ouvida.

O estudo de Spivak tornou-se uma referência para pensarmos a condição de subalternidade e silenciamento de grupos que tiveram suas histórias contadas, não por eles, mas por uma historiografia comprometida com o *status quo*.

Os grupos subalternos envolvidos na Guerra dos Cabanos não expressaram a sua visão dos acontecimentos, foram consideradas como “criminosos”, “gente insubordinada”, “facinorosos”, “rebeldes”, “bárbaros”, “selvagens”. O discurso dos periódicos provinciais na época, bem como os documentos oficiais, não poupava palavras para degradar a empobrecida população cabana. Esse discurso tinha por objetivo formar a opinião nas províncias contra os cabanos e, assim, justificar o aumento da repressão e violência das forças do governo.

Essa é uma história que foi contada durante um longo tempo seguindo a mesma lógica, justificando atrocidades para manter uma ordem social injusta, com repercussões negativas até nossos dias ao repetir estereótipos que perpetuam desigualdades. Como diz a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, “o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”.

Segundo Chimamanda:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (Adichie, p. 16, 2009).

Portanto, muito já se contou essa história, nas últimas décadas, novos e melhores estudos reinterpretaram fontes históricas para reescrever os acontecimentos de modo a recolocar os pobres no lugar que sempre estiveram, ou seja, na dianteira das mobilizações em favor da dignidade

negada pelos poderosos. Afinal, como bem disse Chimamanda (2009), “É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder”.

2.2.1 Os povos indígenas

O envolvimento de populações indígenas na Guerra dos Cabanos não foi imposição dos brancos, muito menos uma ação alienada e desinformada dos acontecimentos, muito pelo contrário, as autoridades indígenas sabiam muito bem o que estavam fazendo, pois compreendiam os jogos de interesses onde estavam inseridos e, foi na defesa de seus direitos que tomaram partido nas mobilizações.

A participação dos índios de Jacuípe nos momentos iniciais da Guerra dos Cabanos ocorreu em função da interferência na administração do seu território diante da disputa pelo cargo de diretor do aldeamento alguns anos antes da eclosão da revolta e da aliança com o líder rebelde João Batista de Barra Grande, Alagoas (Dantas, 2014, p. 114).

Entretanto, sendo necessário entendermos que os indígenas participantes ativos nessa guerra viviam em aldeamentos reconhecidos pelo Estado, especificamente as aldeias em Barreiros e em Jacuípe. Eles desempenharam um papel significativo na Guerra dos Cabanos. Suas motivações para se envolverem nas mobilizações incluíam a defesa de suas terras coletivas, a busca por proteção e sobrevivência, a satisfação de necessidades e interesses, e a percepção de conquistas e alianças estratégicas.

O envolvimento indígena no conflito era disputado tanto pelos rebeldes quanto pelo governo, visto que o conhecimento da região era fundamental para vencer o inimigo. O indígena era um profundo conhecedor das matas, portanto, tê-lo como aliado representava a possibilidade de vitória. Para convencê-los a formar alianças, ambos os lados do conflito ofereciam vantagens como pagamentos em dinheiro, garantia de permanência nas terras e outros benefícios.

A participação indígena na Guerra dos Cabanos foi significativa à medida que aldeamentos inteiros se envolveram nos combates defendendo interesses próprios, mesmo nas alianças conforme as circunstâncias, os indígenas não estavam inseridos no processo a mando ou por influências de senhores “brancos”, pois, defender a “posse” de suas terras era a prioridade.

O aldeamento foi uma forma de organização territorial criada no período colonial para concentrar populações indígenas em espaços específicos, sob a justificativa de catequizá-las e

integrá-las à sociedade colonial. Esses territórios coletivos, inicialmente concedidos pela Coroa portuguesa, garantiam certo grau de proteção e de autonomia aos indígenas, mas essa autonomia era limitada pela presença de um diretor de aldeia, figura instituída pelo Diretório dos Índios de 1757. O diretor administrava as terras, os bens e a mão de obra indígena, partindo da ideia de que os indígenas eram incapazes de se autogovernar e, por isso, deveriam estar sob tutela, como se fossem menores de idade. Essa relação era profundamente desigual: ao mesmo tempo que os indígenas tentavam defender seus territórios e interferir na forma como eram administrados, os diretores frequentemente exploravam o trabalho indígena, participavam de alianças políticas locais e, muitas vezes, eram coniventes com o esbulho de terras. Assim, os aldeamentos se tornaram espaços de constante tensão entre a busca indígena por autonomia e os mecanismos coloniais e imperiais de controle e tutela sobre suas vidas.

Segundo a historiadora Mariana Dantas:

O envolvimento dos indígenas nas revoltas, na maioria das vezes, estava relacionado à defesa dos territórios coletivos das aldeias e à rede de relacionamentos construída com não índios nas localidades em que viviam. Ainda no século XIX, os espaços das aldeias eram centrais para os indígenas que nelas habitavam (Dantas, 2008, p. 108).

Segundo a autora citada, diante da violência e da possibilidade de escravização nos sertões, viver nas aldeias representava maior segurança, além de acesso à terra. Não menos importante para os indígenas, era defender as redes de sociabilidades construídas na aldeia.

No decorrer da Guerra dos Cabanos, os indígenas realizaram alianças com não indígenas demonstrando na prática que sua atuação era pautada por interesses de proprietários de terras. Portanto, os indígenas estabeleceram relações complexas com indígenas e não indígenas, principalmente em fazendas vizinhas e vilas, que influenciando suas formas de participação nas revoltas. Essas relações contribuíram para a defesa de seus territórios coletivos e para satisfazer suas necessidades individuais ou de lideranças indígenas representativas.

A ideia de que os cabanos e os indígenas, em específico, agiam sem compreender o que estava em jogo, a mando de senhores brancos ou simplesmente por influência deles, como se alienados fossem da situação mais trivial não se sustenta. O historiador Décio Freitas classificou a Guerra dos Cabanos como “protesto social alienado”, porém o ocorrido e os documentos comprovam o contrário.

Para o historiador Marcus Carvalho:

Da mesma forma, os povos indígenas também não estavam alheios a política senhorial. Ao contrário, eles frequentemente se envolviam nas querelas senhoriais por um motivo muito simples, eles percebiam claramente que as alianças com as oligarquias dominantes serviam para garantir a posse da terra. Eram muitas as comunidades indígenas na zona da mata nessa época. Aqueles que ajudaram a combater Palmares receberam terras como compensação por seus serviços. Era esse o caso dos índios de Jacuípe que também colaboraram com a repressão a 1817 e a 1824. É natural que fossem odiados pelos proprietários prejudicados naqueles eventos. Da perspectiva dos índios de Jacuípe, todavia, o imperador estava do seu lado (Carvalho, 2011, p. 183).

Como observado, não existia por parte dos indígenas alienação alguma, e sim o oposto, sabiam por que guerreavam, mesmo que em alguns momentos se possa questionar certas alianças, mas o contexto dos acontecimentos, os objetivos e as reais condições, à época dos fatos, é que melhor explicam os alinhamentos no decorrer dos combates. Além disso, as alianças com importantes lideranças rebeldes possibilitaram aos indígenas conectarem os próprios interesses aos movimentos com projeção regional e nacional, conferindo-lhes protagonismo no processo de constituição do Estado nacional brasileiro no século XIX.

As alianças e rivalidades estabelecidas pelos indígenas demonstram como eles encontraram formas variadas de interferir nos destinos políticos provinciais e nacionais, conectando suas demandas mais localizadas com as reivindicações mais amplas dos dirigentes não indígenas das revoltas.

Nessa perspectiva, convém esclarecer que grupos indígenas também se colocaram ao lado da repressão à Guerra dos Cabanos, isto porque estamos falando de mobilizações por interesses comuns, mas também pela defesa de conquistas específicas para cada segmento envolvido no levante.

De acordo com a historiadora Mariana Dantas:

A repressão à Cabanada também tinha seus aliados entre as populações indígenas de Pernambuco. Um grupo significativo de índios do aldeamento de Barreiros ajudou a reprimir os cabanos e também os índios de Jacuípe durante os conflitos armados. O seu principal líder, Agostinho José Panaxo Arcoverde, tinha boas relações com o governo estabelecido e atendeu às solicitações de enviar seus comandados para o combate (Dantas, 2014, p. 116).

O envolvimento dos índios de Barreiros na repressão à Cabanada e aos indígenas de Jacuípe, sob a liderança de Agostinho José Panaxo Arcoverde, evidencia a complexidade das relações entre povos indígenas e o Estado no século XIX. Longe de serem homogêneos ou passivos diante das transformações políticas, os indígenas agiam de acordo com seus próprios interesses, estratégias de sobrevivência e alianças locais. Esse episódio também aponta para disputas internas entre diferentes grupos indígenas, mostrando que suas escolhas políticas não podem ser interpretadas de forma simplista ou exclusivamente em termos de resistência.

2.2.2 As mulheres

A historiadora Ismélia da Penha Balduce Tavares, na Dissertação, “Mulheres na Guerrilha: práticas e estratégias femininas na guerra dos cabanos em Alagoas e Pernambuco (1832-1850)”, analisou o envolvimento da mulher durante a Guerra dos Cabanos, evidenciando sua participação ativa. A pesquisadora chamou a atenção para não aceitarmos o discurso apresentando a mulher na condição subalterna ou como mera coadjuvante nas mobilizações.

A partir de referências bibliográficas e recorrendo a fontes documentais do período, a autora demonstrou como o discurso oficial sobre a atuação feminina minimizou a relevância da participação da mulher no conflito, tratando-a como simples acompanhante dos homens, para tanto, foram atribuídos, nos registros oficiais, adjetivos reforçando a fragilidade feminina como suas únicas características. As principais referências bibliográficas sobre a Guerra dos Cabanos não deixaram de mencionar a presença feminina e o quanto foi importante para o desenrolar dos combates, portanto, as mulheres foram guerreiras, combatentes, ou, para usar a expressão de Décio Freitas, guerrilheiras.

O historiador Décio Freitas destacou que Vicente Ferreira de Paula, figura de destaque da Guerra dos Cabanos, valorizava a presença de sua companheira, Lauriana Maria, conhecida como Lula, ao seu lado quando o movimento assumiu seu caráter popular. Desse modo, mais do que companheira de um “grande líder”, Laurina também exerceu papel articulador de ações no movimento. A historiografia sobre a Guerra dos Cabanos, principalmente as obras clássicas, foram escritas por homens em épocas quando concepções machistas eram a regra. Portanto, não sendo de estranhar que a presença feminina foi considerada, quando muito, apenas um papel coadjuvante.

Dirceu Lindoso assim se referiu à Lauriana Maria, de codinome Lula, participante da Guerra dos Cabanos: “guerrilheira e companheira combatente, que compôs nas matas cabanas a saga de

amor e de coragem da mulher pobre do povo, caída prisioneira no combate do reduto de Pacavira” (Lindoso, 2000, p. 6).

O discurso oficial não admitia que as mulheres fossem combatentes, assim como os homens, por isso usavam de eufemismos para esconder a força feminina e reforçou o estereótipo de mulher frágil.

O Capitão Wanderley, disse-me que trouxe essas mulheres que se apresentaram, por que elas utilizavam aos Saltiadores: pois havendo quantidade extraordinária de mandioca no carão, ellas a arrancão, moem sobre pedras, expremem a massa em um pano, e depois deitando a em formas, ou vasilhas de barro sobre o fogo, e mexendo-a aprontam a farinha da qual remeto a Vossa Senhoria essa amostra, que o dito capitão presenciou fazer. Não tenho dado rações a essas desgraças a pesar de comover o seu estado; porque entendo ser mal entendida caridade consumir com inimigos os nossos gêneros. A negra preza, declara ser escrava de Francisco de Borja Buarque, morador em Pernambuco; servia a Vicente de Paula, o qual está agora em Poço-preto entre Baixa-seca, Duas bocas, e Pacas, ficando ali só com quatro homens de sua guarda: Vossa Senhoria pode tirar desta escrava esclarecimentos necessários, e por isso a remeto para interrogar: ella dirá como os inimigos passaria em Massiapinho ao pé de Baixa-seca, caminhando por dentro do riacho para não deixarem pegadas: dirá as munições que tem os inimigos, d’onde lhes vem gado e etc... (DIÁRIO DE PERNAMBUCO 7 de maio de 1834).

A Cabanada foi uma Guerra de resistência no mais amplo sentido do termo, até porque estamos tratando de uma população paupérrima vivendo em condições absolutamente desfavoráveis, até mesmo no que diz respeito ao mais básico para a sobrevivência, o alimento.

Nas palavras de Ismélia:

(...) as mulheres da guerra cabana constituíam um elo essencial da guerrilha, cuidando da manutenção dos roçados que garantiam a alimentação para sobrevivência e continuidade das ações, transitando nas matas como vetores de transmissão de informações, cuidando dos feridos e quando precisavam, seguiam para os campos de batalhas acompanhando seus pares, filhos e familiares (Tavares, 2020, p. 11).

Considerando que cabia às mulheres o cultivo dos roçados e preparação da farinha, a base da alimentação da população cabana, ou seja, o essencial para a sobrevivência de toda população, logo, não é possível reduzir ou apagar o protagonismo feminino. Como salientou a referida historiadora, não se tratando de buscar heroínas, mas evidenciar que no contexto de um confronto de extrema violência e precariedade, a força e criatividade femininas estiveram presentes e atuantes de modo decisivo.

2.2.3 Os negros

A Guerra dos Cabanos teve diversas fases, desde o início, com a liderança de senhores de engenho que haviam perdido privilégios quando da Abdicação de D. Pedro I e a criação da Regência sob o comando dos liberais moderados. No entanto, se, inicialmente, havia clamores pela volta do Imperador, tornando o movimento um apelo a ideias conservadoras e restauradoras, será com a participação negra que a Guerra dos Cabanos se mostrará um exemplo de revolta popular nas mobilizações por condições elementares de sobrevivência. Nessa fase do enfrentamento, teve relevância a atuação dos negros *papa-méis* sob a liderança Vicente Ferreira de Paula. De acordo com Danilo Luiz Marques: “Ao lado da Balaiada, da Cabanagem e da Revolta dos Malês, se inseriu no bojo dos movimentos que lutaram pelo fim da escravidão no período regencial” (Marques, 2018, p. 177).

Janaína Cardoso de Mello fez a seguinte afirmação:

Entre 1834 e 1835 os negros *papa-méis* (fala regional que definia os escravos fugitivos que se alimentavam de mel silvestre nas matas) tornam-se a quase totalidade da revolta cabana sob a liderança do mulato Vicente Ferreira de Paula. A rígida disciplina militar com a qual conduzia as forças cabanas e o aldeamento do Riacho do Mato Frio era proveniente do período em que fora soldado. Procurava ser reconhecido como Comandante-geral da Força Restauradora, general das Forças Realistas ou Capitão de Todas as Matas. (Mello, 2008, p. 14).

No universo da insurreição cabana, segundo Lindoso, a presença negra era percebida duplamente, ora “como escravos nos engenhos de açúcar” ou como fugitivos ou mucambeiros nas matas. Os negros representavam quase 100% da força de trabalho nos engenhos, sendo, portanto, sua fuga um grande prejuízo para os senhores. O autor afirmou que as fugas eram uma constante. Para os/as escravizados/as matas constituíam o espaço da liberdade negada de onde era possível manter a resistência ao cativeiro, considerando que o espaço geográfico onde ocorreu a Guerra dos Cabanos era o mesmo em que viviam os negros mucambeiros sobreviventes do Quilombo dos Palmares. Como afirmou Marcus Carvalho, as matas em que ocorreram os eventos da Guerra dos Cabanos, “eram parte das antigas matas palmarinas” (Carvalho, 2007, p. 53).

Segundo Lindoso: “Dentro da Cabanagem os negros não foram só papa-méis, que essa condição lhes dava anteriormente o espaço mucambeiro, mas papa-méis guerrilheiros, que lutavam ao lado de outros guerrilheiros brancos, mestiços e índios” (Lindoso, 1983, p. 306). A condição a que estavam submetidos/as os/as escravizados/as não possibilitava alternativas, não havia negociação possível, pois não eram considerados/as pessoas de direitos, mas instrumentos de trabalho dos senhores.

Nesse sentido, o historiador Dirceu Lindoso complementou:

Apesar das condições sociais ínfimas em que viviam, nem os índios aldeados nem os brancos pobres foram reduzidos à coisificação absoluta. Só o negro, como escravo “era coisa”, ou “*instrumentum vocale*”, como o apelidaram os códigos de leis dos romanos. Só ele suportaria a redução absoluta ao estado de desumanidade (Lindoso, 1983, p. 307).

Mesmo publicamente seguindo os preceitos religiosos cristãos/católicos, como fazia questão de explicitar, Vicente Ferreira de Paula, no reduto das matas aceitava que os cabanos adotassem práticas contrárias à moral católica romana, como o *despique*, que consistindo em uma troca de mulheres, segundo certas circunstâncias.

Como explicou Décio Freitas:

Apesar da acendrada religiosidade dos cabanos, sua família não correspondia ao tipo cristão. Praticava-se, como já foi dito, o *despique*. Homem e mulher viviam juntos e, enquanto durasse esta vida em comum, prevalecida a mais estrita fidelidade. Por diversas formas, entretanto, dissolvia-se este vínculo conjugal: quando o homem se afastava do arraial por períodos prolongados ou em caráter definitivo; quando homem e mulher se desafeiçoavam; ou quando a mulher se provasse estéril. As mulheres eram, às vezes, trocadas entre os homens: trocas que se faziam publicamente, numa espécie de cerimônia que expressava a aprovação da comunidade (Freitas, 1978, p. 115-116).

A leitura apressada do trecho apresentado pode suscitar julgamentos morais calcados em valores religiosos cristãos. Entretanto, observando as circunstâncias em que a prática era realizada, de acordo com o autor citado, verificamos, primeiramente, que não se tratava de algo corriqueiro, sendo utilizado tal ato quando estritamente necessário e, conforme regras aprovadas pela comunidade. Podemos então concluir tratar-se de mais uma estratégia de sobrevivência de uma comunidade submetida a diversas ameaças e violências.

A respeito dos meios de resistência durante a guerra, o povo cabano utilizou-se de métodos de guerrilha, até porque conhecia muito bem a área em que os combates ocorriam. Além do mais, com a experiência de Vicente Ferreira de Paula, habilmente conciliando os conhecimentos militares com os conhecimentos ancestrais dos habitantes das matas. Como afirmamos, os chamados os negros papa-méis eram herdeiros do povo palmarino, que uma vez derrotado, continuou a viver pelas matas, em mucambos esparsos, transformando esse ambiente em terreno hostil para as tropas do governo e espaço de liberdade para quem fugia das agruras do cativeiro.

O historiador Décio Freitas, ao analisar as vitórias conquistadas pelos cabanos e as derrotas das tropas da repressão, concluiu que “Primeiro de tudo, vinha a tática de luta dos cabanos – uma tática guerrilheira destinada a contrabalançar a superioridade técnica do” (Freitas, 1978, p. 99). A partir do vasto conhecimento da região, com poucos recursos bélicos e privados até do mais básico para sobrevivência, todos os cabanos, em específico, os negros papa-méis, enfrentaram com bravura os ataques das forças da repressão.

Sobre o destemor dos escravizados papa-méis na guerra, Manuel Correia de Andrade, afirmou:

[...] iam se tornando o grupo mais influente nas hostes rebeldes. Daí uma revolução, iniciada por políticos absolutistas sequiosos de poder, ir-se tornando, gradativamente, uma verdadeira luta de negros contra a escravidão. Tomava, assim, pouco a pouco, a guerra dos cabanos, um sentido bem diverso daquele sob cujo signo se iniciara (Andrade, 1965, p. 92).

No entanto, os modos de agir das tropas legalistas contribuíram para que a população em geral tomasse partido na guerra ao lado dos cabanos.

Para Décio Freitas:

A verdade é que a conduta das tropas legais fazia aumentar a simpatia pelos cabanos: recrutamento de caboclos à força, manietados como criminosos; destruição de plantações para impedir que os cabanos se abastecessem; saques de casas e pequenas propriedades; requisições pagas com vales ou moeda falsa; sequestro de violação de caboclas (Freitas, 1978, p. 101).

Como observado, as tropas de repressão ao conflito não faziam distinção entre os envolvidos diretamente no conflito e a população em geral. Possivelmente essa população, seria uma aliada

“natural” do povo cabano, pois vivenciavam os mesmos infortúnios, porém não necessariamente apoiariam as ações do movimento.

De acordo com Dirceu Lindoso:

As tropas indisciplinadas praticavam violência contra as populações da região, chegando na Barra Grande a invadir e destruir casas, e em outros lugares praticaram saques, roubos e desonraram mulheres do povo e algumas índias. A indisciplina dos soldados chegou a ponto em que abandonavam a vigilância dos seus acampamentos, e eram, em horas noturnas, apunhalados pelos comandos cabanos. Famintas e sem dinheiro as tropas governamentais se desmoralizavam, e as populações da região as temiam como inimigos (Lindoso, 1983, p. 387).

As condições a que estavam submetidas as tropas, sem alimentação adequada e insuficiente, além de atrasos nos soldos, não justificava as atitudes de extrema violência, praticadas contra a população empobrecida, independentemente de estar envolvida ou não na revolta, o procedimento era o mesmo. O tratamento destinado aos pobres em geral naquela região no período enfocado neste estudo não diferia, era baseado em repressão e violência.

A partir de 1834, após o falecimento de D. Pedro I, em Portugal, o ideal restaurador, que já não representava o combustível animando o conflito, perdeu a razão de ser. Reforçando as intenções dos governantes provinciais para intensificar a repressão ao movimento cabano tanto em quantidade de militares quanto em táticas de enfrentamento. Segundo Janaína Cardoso de Mello, com o passar dos anos, a composição étnica e social dos cabanos foi mudando conforme as negociações com as autoridades. Nesse sentido, em 1832, a maioria dos combatentes era formada por indígenas, os aldeados em Jacuípe (AL). De 1833 em diante aumentou a participação de negros escravizados, que muitas vezes estavam a mando dos senhores. Entretanto, de 1834 em diante, os negros papa-méis tornaram-se a maioria dos revoltos e assim permanecendo até mesmo após o término oficial do conflito.

As forças do governo atuavam em duas frentes, por um lado adotavam a prática da terra arrasada, destruindo as cabanas e roças, minando a capacidade de resistência de indígenas e população das matas em geral. Por outro lado, propunham anistia aos dissidentes e ofereciam melhores condições de vida para indígenas e caboclos. Porém, os negros papa-méis estavam excluídos de tais negociações, uma vez escravizados, voltariam a mesma condição se capturados, não restando outra opção, eles se mobilizaram pelo fim do cativeiro ao lado de Vicente Ferreira de Paula, o autointitulado Capitão de Todas as Matas.

2.2.4 Vicente Ferreira de Paula

A Guerra dos Cabanos foi um movimento de duas faces e muitos personagens influentes. No momento inicial, de caráter restaurador/conservador com as lideranças de elite que, inconformadas com privilégios perdidos no início do governo regencial, procuraram arregimentar populares para a guerra. Afirmar que pessoas do povo foram cooptadas para um conflito que não era de seu interesse não explica as nuances da participação dos grupos subalternos. Entretanto, a Guerra dos Cabanos não foi o que o seu ímpeto inicial declarava.

Melhor visão ofereceu Marco Morel afirmando:

As rebeliões são momentos em que determinadas práticas, propostas e agentes históricos ganham maior visibilidade, marcam os rumos dos acontecimentos e imprimem presença nos registros históricos, ainda que de forma fugaz ou explosiva (Morel, 2003, p. 51).

A Guerra dos Cabanos ganhou proporções de um verdadeiro movimento popular, impulsionado pela participação ativa de alguns de seus principais nomes, como Antônio Timóteo e Vicente Ferreira de Paula, automeado O Capitão de Todas as Matas. O movimento passou a priorizar a luta por direitos básicos, que haviam sido negados pelas elites regionais, que retrocederam à medida que as reivindicações deixavam de focar na restauração do ex-Imperador ao trono. Assim, a mobilização passou a unir todos os despossuídos da sociedade da época, apresentando demandas que alarmavam as elites, como a busca por acesso à terra e a abolição da escravidão.

A respeito dos personagens de destaque da Guerra dos Cabanos, nas fases distintas, bem como das características do espaço geográfico onde se desenrolou o conflito, e considerando as origens de cada mobilizador, Manuel Correia de Andrade fez a seguinte observação:

Os chefes, saídos dos meios sociais elevados, como Domingos Lourenço Tôres Galindo, João Batista de Araújo, Manuel Afonso de Melo, não suportaram a vida nas matas, o afastamento de suas propriedades ou das povoações, e foram aprisionados. Homens da plebe, como Vicente Ferreira de Paula, Antônio e João Timóteo de Andrade, Caetano Gomes e tantos outros é que suportaram a dura vida da floresta e conduziram a guerra até o fim (Andrade, 1965, p. 204).

Quanto a Vicente Ferreira de Paula, o pesquisador Manuel Correia de Andrade foi taxativo, afirmando: trata-se de um articulador incontestado do povo cabano, sabendo aliar conhecimentos militares, carisma pessoal e firmeza nas decisões. Era uma representação das contradições do movimento, pois ao mesmo tempo se apresentava como ferrenho defensor ex Imperador e do retorno ao trono, além de fiel seguidor da religião católica romana, liderava um grupo de guerreiros, negros papa-méis cujas práticas contrariavam os ensinamentos católicos, a exemplo do despique.

A personalidade de Vicente Ferreira de Paula merece maiores reflexões, pois ele foi um autêntico líder e condutor de massas. Enganaram-se redondamente Moreno Brandão e Carlos Pontes quando o consideraram apenas bandido e salteador (Andrade, 1965, p. 205).

O historiador Marcus Carvalho chamou a atenção para a biografia de Vicente Ferreira de Paula, articulador de destaque no movimento cabano, desde as origens, envolta em mistério, até os últimos dias, aos 70 anos. A participação na história não se resumiu a coordenação do movimento cabano em seu momento mais popular. Após o fim do conflito, Vicente Ferreira fundou uma povoação, conhecida como Riachão do Mato. Em 1844, se envolveu na política alagoana, ao invadir Maceió, em defesa de um dos partidos em disputa. Em 1848, ano da Revolução Praieira, voltou a afrontar as autoridades ao se aproveitar do conflito para atacar propriedades e “roubar escravos”.

Figura 8 – Vicente Ferreira de Paula e sua destemida mulher Lauriana Maria, articuladores de ações no movimento cabano.



Fonte: Traça Livros. **Cabanos: Os Guerrilheiros Do Imperador**, s/d.

Disponível em: <https://www.traca.com.br/livro/923913/cabanos-guerrilheiros-imperador>.

Acesso em: 25 ago. 2024.

Para além da complexidade que o Período Regencial apresentou, sua compreensão não é possível sem a devida atenção para as rebeliões populares ocorridas em tão curto período na História do Brasil. Os múltiplos sujeitos que protagonizando momentos de enfrentamento a ordem

injusta estabelecida tentaram auferir conquistas imediatas, mas também sonhavam com transformações radicais nas estruturas sociais da época. A busca de superação da escravidão foi um exemplo em que se buscava algo além de conquistas imediatas. Ainda assim, sendo imperativo reconhecer que reações cotidianas dos/as escravizados/as também se configuravam como enfrentamento às condições desumanas a que eram submetidos/as.

A Guerra dos Cabanos se notabilizou por reivindicar o retorno a um governo absolutista, porém não devemos reduzir o movimento a apenas essa característica. Ao proceder assim, negaremos, o que de mais significativo aconteceu, ou seja, sujeitos subalternizados reagindo juntos e cada um/uma defendendo os interesses nas possibilidades apresentadas no decorrer do conflito.

Em relação a participação da mulher na rebelião cabana, por exemplo, mesmo que existindo poucos estudos especificamente sobre essa temática, foi possível concluir que a atuação feminina não se restringiu a acompanhar seus maridos de um local para outro nas frequentes fugas da perseguição das forças oficiais. As obras de referência nem sempre apontaram a importância da mulher, porém ao informar que cuidavam dos roçados e dos/as filhos/as, compreendemos essas tarefas como essenciais para o desenrolar dos confrontos, pois ocorria em meio aos conflitos, portanto, fazendo parte da dinâmica guerrilheira de enfrentamento e resistência.

Para pensar nas mulheres nesse conflito armado, precisamos dispensar uma grande carga de preconceitos concebidos e encontrados nas fontes ou corremos o risco de naturalizar os discursos oficiais que as descrevem como seres assustados, atocaiados, sem força e sem expressão (Tavares, 2020, p. 03).

A representação da presença feminina na Cabanagem, movimento ocorrido na Província do Pará entre os anos de 1835-1840, período imediatamente posterior ao movimento pernambucano-alagoano, as pesquisas realizadas, igualmente, apontaram um olhar desatento, para dizer o mínimo, no que diz respeito ao protagonismo das mulheres. Para entender a atuação das mulheres nos dois casos, em Pernambuco e no Pará, é imprescindível ir além do que os documentos apresentam, observando o discurso apresentado nas entrelinhas.

De acordo com a historiadora Eliana Ramos Ferreira ao se referir a Cabanagem paraense, que é igualmente útil para pensarmos o ocorrido em Pernambuco-Alagoas,

Em quaisquer desses espaços, as mulheres pouco aparecem. É como se a Cabanagem tivesse sido construção social e política somente da ação de homens, pois, é marcante o perfil masculino no movimento construído pela historiografia. As mulheres estão subsumidas no desenrolar dos combates e dos conflitos. Os documentos encontrados apontam para a presença das mulheres na Cabanagem, revelando suas práticas, estratégias e

grau de envolvimento. Rastreando a presença da mulher, identifica-se logo uma forma de participação feminina através do suporte dado aos seus pares – pai, marido, filho, irmão, amigo, revelando a trama tecida em família. Esta desempenhou importante papel em meio ao processo de luta da Cabanagem (Ferreira, 2003, p. 01).

A atuação das mulheres nos referidos movimentos foi citada na documentação oficial e, de certo modo, refletida em uma historiografia já considerada referência clássica, portanto obrigatória para entender as formas de resistência para além do enfrentamento direto em combates com as forças de repressão. Desse modo, concerne às novas produções historiográficas produzirem narrativas evidenciando a relevância das mulheres, enquanto protagonistas.

Repensar a participação indígena na Guerra dos Cabanos, é entender que a união dos sujeitos subalternizados naquele momento foi marcada por diversos fatores, mesmo que cada grupo defendendo interesses imediatos. Para os indígenas, a disputa por terras sempre foi um ponto central nas relações entre os indígenas e os colonizadores. No período em análise, a expansão da agricultura e a criação de fazendas, avançava sobre os territórios indígenas provocando conflitos constantes. A Guerra dos Cabanos possibilitou aos povos indígenas a oportunidade de defender seus territórios e modos de vida tradicionais.

De acordo com a historiadora Mariana Albuquerque Dantas,

A defesa do território coletivo estava associada à construção de um lugar muito específico na sociedade brasileira oitocentista, que diferenciava as populações indígenas dos escravos, moradores e agregados de engenhos, mas que ainda os mantinha numa situação desfavorecida em relação a outros sujeitos, históricos, como as elites políticas e econômicas locais (Dantas, 2013, p. 111).

Com base na literatura consultada, é factível sustentar que as populações indígenas estavam em condições diferenciadas em relação aos outros sujeitos subalternizados, viviam sob tutela do Estado nos aldeamentos, nesse espaço tentavam manter seu modo de viver, mas mobilizadas para não perder suas terras, sendo muitas vezes recrutados à força, decidindo em qual lado guerrear conforme seus próprios interesses. Nesse sentido, sendo possível afirmar a situação indígena era menos complexa que a dos escravizados, pois não dispunham de terras, ainda que sob tutela, restando apenas combater por sua liberdade, mesmo que lhes custasse a vida.

A atuação de escravizados e ex-escravizados na Guerra dos Cabanos, sobretudo o grupo conhecido como “papa-méis”, estava intimamente relacionada à liderança de Vicente de Paula. A Cabanada foi extinta oficialmente em 1835, mas Vicente Ferreira de Paula só foi capturado em 1850

e, durante todo esse tempo era apoiado por enorme batalhão de negros, a guarda pessoal, tamanha as influências de Vicente sobre tais sujeitos.

Conforme o historiador Marcus Carvalho,

No caso dos escravos, não é de se estranhar que muitos tenham aderido a Vicente de Paula, que costumava levá-los dos engenhos que atacava. Claro que nem todos escolhiam a rebelião. Os cabanos também mataram cativos em seus ataques. Todavia, dentre os efetivos à disposição do principal líder da Cabanada, nenhuma tropa era mais temida do que o seu batalhão de ex-escravos, os papa-méis (Carvalho. 2011, p. 183).

A Guerra dos Cabanos foi um movimento repleto de complexidades, desde a motivação inicial até o desenrolar dos conflitos, mas representou um marco nas mobilizações pela autonomia e direitos das populações mais humildes desse país. Foi um movimento revelador das disparidades regionais e evidenciou o projeto autoritário da Regência que estava apenas começando. Analisando as motivações e desdobramentos do conflito, entendemos que a resistência dos cabanos foi uma expressão profunda da busca por liberdade e justiça.

As palavras do historiador Manuel Correia de Andrade evidenciaram a exata noção da importância desse movimento durante o Período Regencial:

Ela constitui, inegavelmente, ao lado da Cabanada do Pará, da Balaiada do Maranhão e da Guerra dos Farrapos do Rio Grande do Sul, o conjunto das mais importantes revoluções brasileiras, se levamos em conta a extensão da área que os rebeldes chegaram a dominar, o período de duração da luta, as populações mobilizadas pelos revolucionários para alcançar seus fins e os governos provinciais mobilizados para reprimi-los (Andrade, 1965. p. 199).

Ao concluirmos este capítulo, somos convidados/as a refletir sobre as lições da Guerra dos Cabanos, reconhecendo a importância de olhar para a história não apenas como um registro de eventos, mas como um campo de resistência e esperança ainda reverberando nas mobilizações atuais por justiça social. Para que acontecimentos como a Guerra dos Cabanos tenha o reconhecimento devido, figurando entre as revoltas do Período Regencial comumente estudadas nos anos finais do Ensino Fundamental, propomos um produto didático para aplicabilidade no cotidiano dos docentes, já repleto de afazeres, portanto não estamos pensando em algo além das condições da unidade de ensino, e sim um material viável.

O objetivo será que o material didático resultante dessa pesquisa sirva para utilização de estudantes nos anos finais do Ensino Fundamental, especificamente o 8º ano. Pensamos no referido material como uma alternativa aos conteúdos presentes nos livros didáticos, pois na maioria deles, a Guerra dos Cabanos está ausente.

2.2.5 O pós-Guerra dos Cabanos

A Guerra dos Cabanos terminou, oficialmente, em 1835. Entendemos que o término de uma rebelião de tamanha importância, tanto pelo espaço geográfico em termos da dimensão territorial que ocupou e sua relevância histórica, considerando que a região também foi o cenário do Quilombo dos Palmares, não se encerra por decreto.

Para o historiador Amaro Hélio Leite da Silva,

A Guerra dos Cabanos foi uma das maiores rebeliões do século XIX, tanto do ponto de vista da sua duração quanto da participação de grupos sociais diversos. Foram cerca de 20 anos mobilizando pobres, índios, negros e soldados, além de senhores e autoridades locais. As fases da guerra definiam os aliados e inimigos. Os cabanos eram a possibilidade concreta de uma sociedade alternativa nas matas, e isto ameaçava o domínio do território e a consolidação do poder de mando nas Alagoas pós-emancipação política (Silva, 2016, p. 101).

Após as autoridades provinciais anunciarem o encerramento dos combates, a região continuou marcada por conflitos que se estenderam até aproximadamente 1850, quando o governo imperial decidiu instalar colônias militares para pacificar aquela área. Nesse sentido, é importante destacar que Vicente Ferreira de Paula não foi preso quando os governantes decretaram o fim dos combates, portanto continuou as mobilizações em favor dos interesses dos povos das matas, causando pânico nos presidentes das províncias de Alagoas e Pernambuco, que permaneceram se sentido ameaçados.

Segundo Silva,

A Cabanada não acaba com o fim da Guerra, ela continua no imaginário da elite local e do povo, a ponto de, mesmo após a prisão do líder cabano Vicente Ferreira de Paula, em 1850, e com a instalação da Colônia Militar Leopoldina, os antigos cabanos ainda assustarem as autoridades provinciais (Silva, 2016, p. 103).

Corroborando com essa afirmação o autor cita a criação do povoado do Riacho do Mato, sob a coordenação do povo cabano e, acrescenta:

Qualquer mobilização dessa gente era vista como ameaça de uma nova rebelião cabana. Vicente de Paula foi preso e abandonou a luta armada, mas o “capitão de todas as matas” continuou assombrando os poderosos a partir da resistência permanente de sua gente (Silva, 2016, p. 103).

Assim, o pós-Cabanada representou uma etapa de transição: da insubmissão ao controle da região através da implantação de colônias militares, tanto do lado pernambucano quanto do alagoano, consolidando a autoridade estatal e incorporando economicamente as populações pobres da região ao projeto de formação do Estado nacional.

CAPÍTULO 3 – CADERNOS TEMÁTICOS: INSURGENTES: MULHERES, NEGROS E INDÍGENAS NA GUERRA DOS CABANOS, PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO

FUNDAMENTAL E ÍNDIOS, NEGROS E MULHERES NA GUERRA DOS CABANOS, PARA A EJA.

Dedicaremos esse capítulo à reflexão acerca do produto didático decorrente dessa pesquisa. Para tanto, apontaremos qual a relevância da produção de um material didático sobre a Guerra dos Cabanos e como o uso desse material pode contribuir para dinamizar e despertar o interesse dos estudantes no 8º ano do Ensino Fundamental pelas aulas de História, contribuindo para a aprendizagem sobre a Guerra dos Cabanos e o Período Regencial.

O Período Regencial é, comumente, abordado no 8º ano do Ensino Fundamental como parte do conteúdo referente ao Brasil Império. Devido à sua curta duração, acompanhada de uma profusão de acontecimentos, esse Período é apresentado de modo desatento, como se fosse apenas uma ponte para o Segundo Reinado. No entanto, se pensarmos nas diversas mobilizações populares ocorridas, esse momento foi de extrema relevância no que diz respeito ao protagonismo de segmentos subalternizados em toda nossa história.

Cabe salientar que, em todo o país, mobilizações na busca por uma vida digna pautaram o Período Regencial, exigindo dos governantes atitudes enérgicas para reprimir a revolta popular. Logo, a temática das revoltas regenciais se reveste de grande significado, transcendendo a mera memorização de eventos históricos, sobretudo quando propor o protagonismo de jovens na sociedade é a tônica do processo de ensino e aprendizagem.

Além do exposto, o conteúdo em destaque está alinhado às determinações das Leis nº 10.639/03, nº 11.645/08 e nº 14.986/24, contribuindo para que as temáticas relativas às populações indígenas, negras e as mulheres sejam apresentadas às novas gerações sob uma perspectiva diferenciada, formando cidadãos e cidadãs conscientes e críticos da realidade brasileira atual.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), estudar as revoltas populares do Período Regencial é ainda mais significativo para os/as estudantes, porque tem muito a ver com suas próprias experiências de vida. Muitos já passaram por situações de desigualdade, luta por direitos e enfrentamentos políticos. Ao conhecer a história de pessoas comuns que se uniram para lutar contra as injustiças das elites, os/as estudantes podem perceber que essas lutas continuam acontecendo hoje. Isso mostra que a busca por justiça social e por mais participação nas decisões do país faz parte de uma longa caminhada histórica — e que eles e elas também fazem parte dessa história.

Trabalhar o tema das mobilizações dos segmentos subalternizados, durante a Regência, com os/as estudantes da Educação de Jovens e Adultos é uma oportunidade para desfazer equívocos

como a ideia de a história ser protagonizada apenas por homens, heróis, personagens públicos, entre outros. É o ensejo para compreender que o Brasil foi construído por diferentes grupos e que suas vozes nem sempre foram ouvidas e que, mesmo assim, são sujeitos históricos, portanto, protagonistas de seus destinos. O/a estudante da modalidade EJA, por ter uma bagagem de experiências de vida maior que o público do Ensino Fundamental, podem enriquecer o debate sobre as revoltas do Período Regencial, contribuindo com falas diferenciadas e contextualizadas em suas trajetórias, possibilitando um aprendizado engajador e com perspectiva de formação da consciência histórica crítica, como propôs Adorno.

Tendo em vista que a temática abordada está inserida em um contexto em que outras revoltas ocorreram no país, inclusive a Guerra dos Cabanos foi um dos primeiros movimentos no Período Regencial, consideramos a possibilidade de elaborar diversos produtos, servindo concretamente, para o que o/as estudantes conheçam mais sobre o Período Regencial e descubram que para além das rebeliões comumente registradas no livro didático, outras e com características diversas ocorram no Brasil, inclusive a Guerra dos Cabanos entre Norte de Alagoas e Sul de Pernambuco.

O produto em questão será um material didático, que, conforme a historiadora Circe Bittencourt,

Além de explicitar os conteúdos escolares, é um suporte de métodos pedagógicos, ao conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo escolar. Essa sua característica de associar conteúdo e método de ensino explica a sua importância na constituição da disciplina ou do saber escolar (Bittencourt, 2009, p. 302).

O produto didático é destinado aos/as estudantes, podendo também ser utilizado por professores e professoras que desejem abordar a Guerra dos Cabanos em suas aulas, a partir da participação de mulheres, negros e indígenas. Lembramos que esse conteúdo está ausente em grande parte dos livros didáticos e, quando presente, é de modo superficial, portanto, o referido caderno serve como um complemento ao livro didático, caso seja do interesse do/da docente.

A seguir, apresento uma série de obras adotadas pelo Ministério da Educação (MEC) no âmbito do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) 2024-2027, destinadas ao uso nas escolas de todo Brasil. Em alguns casos, incluo os manuais do professor, disponíveis nos portais das respectivas editoras — o que, de forma alguma, dificulta a exposição do nosso objetivo principal, ou seja, demonstrar que essas obras, em sua maioria, abordam repetidamente as mesmas revoltas do Período Regencial, isto porque os conteúdos presentes nos livros didáticos, que são destinados aos alunos/as e os conteúdos presentes no manual do professor são os mesmos.

Figuras 09 e 10 – Livro didático de História Jornadas Novos Caminhos: 8º ano.



Fonte:

Viajantes e a Expedição Artística Francesa.....	122
O Brasil de Jean-Baptiste Debret.....	123
Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.....	124
Atividades.....	125
3. Os caminhos até a independência do Brasil.....	126
A Revolução Liberal do Porto.....	126
A volta de dom João VI.....	127
A independência do Brasil.....	128
Outros olhares – Memórias da Independência.....	130
Guerras da Independência.....	132
Documentos – Rio de Janeiro na época da Independência.....	133
4. Negros e indígenas no Brasil independente.....	134
A Constituição de 1824.....	134
O tráfico de escravizados no pós-independência.....	139
Atividades.....	140
Em ação – Minha nação, muitas nações.....	142
UNIDADE 5 – Política e conflitos no Brasil Império.....	144
1. A formação do Império brasileiro.....	146
Confederação do Equador (1824).....	147
Criação Primeiro Reinado.....	150
Documentos – Bandeirolas e manifestos.....	153
2. Revoltas no período regencial.....	154
O Império e as províncias.....	155
Atividades.....	163
3. A organização política e econômica do Segundo Reinado.....	164
Atividades econômicas no Império.....	165
Quem participa da política do Império?.....	167
Documentos – Debates sobre a modernização do Brasil.....	168
4. A Guerra do Paraguai (1864-1870).....	169
Razões para o conflito.....	170
Os combatentes da guerra.....	172
Batalhas de memórias sobre a guerra.....	174
Atividades.....	177
UNIDADE 6 – Agitações políticas e nacionalismos no século XIX.....	178
1. Nacionalismo e revoluções liberais na Europa.....	180
Fortalecimento do nacionalismo.....	180
Revolução liberal (1820-1830).....	182
Primavera dos Povos.....	184
Romantismo.....	186
Documentos – Revoluções liberais e fonte visual.....	187
2. Movimento operário e as ideias anarquistas e socialistas.....	188
Socialismo utópico.....	189
O socialismo de Marx e Engels.....	190
O anarquismo.....	192
Atividades.....	193
3. A unificação da Itália e da Alemanha.....	194
A unificação italiana ou o Risorgimento.....	195
A unificação alemã.....	198
Documentos – Museu Nacional do Risorgimento Italiano.....	201
4. A Segunda Revolução Industrial.....	202
Novas formas de produção e de inovação.....	202
Espectáculos da vida moderna.....	204
A consolidação do capitalismo.....	206
A primeira Grande Depressão.....	207
A era de ouro do capitalismo.....	208
Atividades.....	209
Conhecimento interligado – A eletricidade e suas possibilidades.....	210
UNIDADE 7 – Escravidão, imigração e cultura no Império no século XIX.....	212
1. Cultura e sociedade no Império.....	214
Os indígenas.....	214

XLIV

Edocente. Manual digital interativo do professor. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/leitor-html/?obraId=5978>. Acesso em: 21 abr. 2025.

O livro Jornadas Novos Caminhos: 8º ano, dedica, entre as páginas 156 e 162, espaço para abordar algumas das principais revoltas ocorridas durante o Período Regencial: a Cabanagem (1835–1840), a Balaiada (1838–1841), a Revolução Farroupilha (1835–1845), a Revolta dos Malês (1835) e a Sabinada (1837–1838). A seleção tenta cobrir as diferentes regiões do Brasil, apresentando movimentos com motivos e objetivos diversos, como lutas por autonomia, insatisfação com o governo central e questões étnicas e religiosas.

Figuras 11 e 12 - Livro didático de História Jovem Sapiens: 8º ano.



Fonte:
Edocente.
Manual
digital do
Professor.

- O período Regencial • 220
As tendências políticas • 220
- O Levante dos Malês • 221
O levante • 221
- A Cabanagem • 222
A participação popular • 222
- A Revolução Farroupilha • 223
Hora do tema
As mulheres no Brasil do século XIX • 224
Atividades • 210, 215, 217, 223, 225
Organizando o aprendizado • 227

CAPÍTULO 9 O Segundo Reinado • 228	
➤ O Golpe da Maioridade • 230 Liberais e conservadores • 230	➤ A Guerra do Paraguai • 242 Conflitos no Uruguai • 243 A intervenção do Brasil no Uruguai • 243 O início da guerra • 243 O fim da guerra e as consequências • 244 As diferentes versões sobre a Guerra do Paraguai • 246 Ao mesmo tempo... nos Estados Unidos • 246
➤ O início do Segundo Reinado • 231 As revoltas liberais • 231	➤ As identidades do Brasil no século XIX • 247 A literatura • 248 A pintura • 248 O frevo e o maxixe • 249 O Carnaval • 249
➤ A Revolução Praieira • 232	➤ A imigração de europeus • 251 O contexto brasileiro • 252 A vinda para o Brasil • 253 Sujeito em foco • Antonio Pellegrini 253
➤ A expansão cafeeira • 233	➤ A fazenda de café • 254
➤ O trabalho escravizado nos cafezais • 234	➤ O início da modernização do Brasil • 256 Os melhoramentos urbanos e as fábricas • 257
➤ O fim do tráfico de pessoas escravizadas • 235	➤ O processo de abolição da escravidão • 258 As leis abolicionistas • 259 A Lei Áurea • 259 Hora do tema A importância de ações afirmativas • 263
➤ A questão das terras no Brasil • 236 A Lei de Terras • 237	➤ O fim da Monarquia • 264 A República é proclamada • 265 De olho na fonte Um caricaturista crítico o império • 266 Atividades • 240, 242, 250, 251, 260, 268 Organizando o aprendizado • 271
➤ Os quilombos • 238 Mulheres quilombolas • 238 Sujeito em foco • Zeferina 238	
➤ Política indigenista no Segundo Reinado • 241	

Disponível em: https://storage.googleapis.com/edocente-content-production/PNLD/PNLD_2024_OBJETO_1/Scipione/SapiensHistoria/index_MP_8.pdf.
Acesso em: 21 abr. 2025.

O livro Jovem Sapiens História: 8º ano, foi a obra escolhida pela escola onde trabalho. Ela apresenta, em seu sumário, apenas três das principais revoltas ocorridas durante o Período Regencial: o Levante dos Malês (1835), a Cabanagem (1835–1840) e a Revolução Farroupilha (1835–1845). A seleção desses movimentos demonstra que os conflitos sociais e políticos estavam presentes de canto a canto. Na Bahia, com a resistência de africanos muçulmanos escravizados, no caso dos Malês; Na Amazônia, durante a Cabanagem, com intensa mobilização popular e no sul do país, com a Revolução Farroupilha e as disputas entre as elites locais e o governo central.

Figuras 13 e 14 – Livro didático de História A Conquista: 8º ano.



Fonte: Editora FTD. Manual digital do professor. Disponível em: https://issuu.com/editoraftd/docs/immp0000080081p240100208040_cara-reduz. Acesso em: 21 abr. 2025.

O livro A Conquista, História: 8º ano dedica, a partir da página 166, espaço para o estudo de quatro importantes rebeliões do Período Regencial: a Cabanagem (1835–1840), a Balaiada (1838–1841), o Levante dos Malês (1835) e a Revolução Farroupilha (1835–1845). A seleção desses movimentos busca apresentar ao/a aluno/a diferentes contextos e motivações que marcaram o Brasil regencial — como a luta de populações marginalizadas na Amazônia (Cabanagem), a insatisfação popular no Maranhão (Balaiada), a resistência cultural e religiosa de africanos escravizados (Malês) e o desejo de autonomia por parte das elites sulistas (Farroupilha).

Figuras 15 e 16 – Livro didático de História Araribá Conecta História: 8º ano.



UNIDADE VII	
Brasil: da Regência ao Segundo Reinado	192
CAPÍTULO 15 – O período regencial (1831-1840)	194
As regências	195
A Regência Una, 196	
As revoltas regenciais	197
A Sabinada (Bahia, 1837), 197	
A Revolta dos Malês (Salvador, 1835), 198	
A Balaiada (Maranhão, 1838-1841), 199	
A Cabanagem (Grão-Pará, 1835-1840), 200	
As Rugas Cuiabanas (Mato Grosso, 1834), 200	
A Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1835-1845), 201	
▶ Em debate – Os lanceiros negros na Revolução Farroupilha	202
▶ Atividades	203
CAPÍTULO 16 – O Segundo Reinado	204
As forças políticas	205
O “parlamentarismo à brasileira”, 206	
A “Primavera dos Povos” no Brasil	207
A Guerra do Paraguai (1864-1870)	208
Resultados do conflito, 209	
▶ Em debate – Versões da Guerra do Paraguai	210
A expansão cafeeira no Segundo Reinado	212
A caminho do Oeste Paulista, 213	
Outras atividades econômicas durante o Segundo Reinado, 214	
▶ Atividades	215
CAPÍTULO 17 – O fim da escravidão no Brasil	216
A pressão contra o tráfico	217
A extinção do tráfico de escravizados	218
Os efeitos do fim do tráfico, 218	
Abolição lenta e gradual	219
Antes e depois da abolição, 220	
A monarquia com os dias contados, 220	
Lei de Terras	221
▶ Em debate – Vozes negras	223
Os imigrantes no Brasil	224
Políticas de imigração, 225	
▶ Lugar e cultura – As mulheres no Brasil do século XIX	226
▶ Atividades	227
▶ Ser no mundo – A construção da identidade nacional no Brasil: cultura popular e erudita	228
UNIDADE VIII	
A expansão dos Estados Unidos no século XIX	230
CAPÍTULO 18 – A expansão para o Oeste e a Guerra de Secessão	232
A formação de um país	233
Território e identidade, 234	
Expulsão dos antigos donos, 234	
▶ Integrar conhecimentos : História e Geografia – A retração dos territórios indígenas	235
A Guerra de Secessão, 236	
A caminho da guerra civil, 237	
A “casa” dividida, 238	
Segregação racial, 239	
▶ Documento – A fotografia de guerra	240
▶ Atividades	241
CAPÍTULO 19 – Crescimento econômico e imperialismo	242
O crescimento econômico estadunidense	243
A “terra da liberdade” e das oportunidades, 244	
▶ Lugar e cultura – Imigrantes nos Estados Unidos	245
Urbanização acelerada, 246	
A relação dos Estados Unidos com os países da América Latina	247
A política do Big Stick, 248	
O caso cubano, 249	
O canal do Panamá, 250	
▶ Atividades	251
▶ Para refletir – Por que o problema da imigração é tão sério e complexo no mundo contemporâneo?	252
Referências bibliográficas comentadas	254

Fonte: Editora Moderna. Livro digital interativo.

Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/arariba-historia/historia-8/aluno/index.html>. Acesso em: 21 abr. 2025.

O livro Araribá Conecta História: 8º ano destaca, a partir da página 197, diversas rebeliões ocorridas durante o Período Regencial, incluindo a Sabinada (1837–1838), a Revolta dos Malês (1835), a Balaiada (1838–1841), a Cabanagem (1835–1840), as Rugas Cuiabanas (1834) e a Revolução Farroupilha (1835–1845). É um conjunto contempla diferentes regiões do Brasil — Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste, apresentando movimentos em busca autonomia regional, resistência negra, condições dignas de existência, inclusive movimentos envolvendo setores populares e elites. Destaca-se nessa seleção a presença das Rugas Cuiabanas, tema pouco representado nos livros, que, em geral, trazem as mesmas revoltas regenciais. Apesar disso, a Guerra dos Cabanos não faz parte desse livro.

Figuras 17 e 18 – Livro didático de História Se Liga na História: 8º ano.

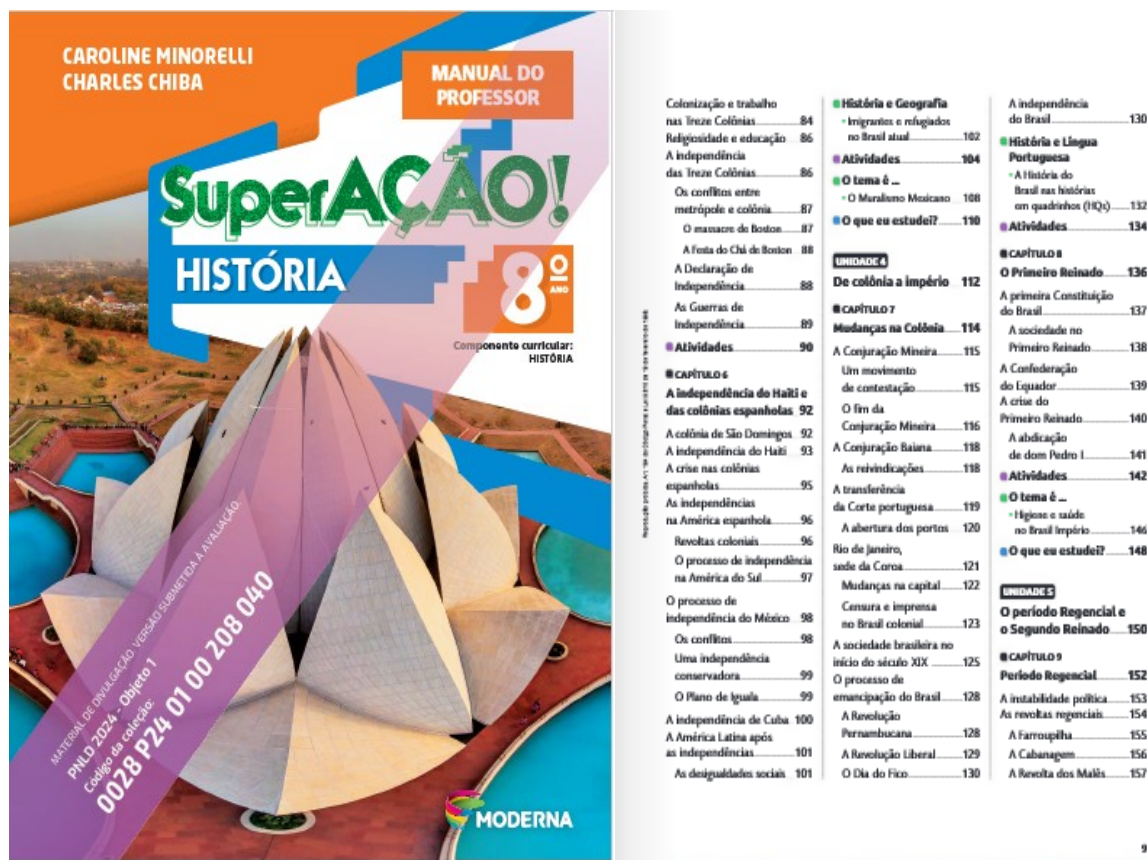


Fonte: Editora Moderna. **Livro digital interativo: Se liga na História – 8º ano.**

Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/se-liga-na-historia/historia-8/aluno/index.html>. Acesso em: 21 abr. 2025.

O livro *Se Liga na História: 8º ano* apresenta, a partir da página 148, quatro movimentos rebeldes do Período Regencial: as Rugas Cuiabanas (1834), a Cabanagem (1835–1840), a Revolta dos Malês (1835) e a Revolta dos Farrapos (1835–1845). Fica evidente a diversidade regional e temática do período, com conflitos políticos no Centro-Oeste (Rugas Cuiabanas), levantes populares na Amazônia (Cabanagem), resistência de africanos islamizados escravizados (Malês), até uma revolta separatista liderada por estancieiros no Sul do país (Farrapos). No entanto, de diferente em relação ao que comumente se apresenta, temos mais uma vez as Rugas Cuiabanas. O Nordeste, em geral, é representado pela Revolta dos Malês, movimento de extrema relevância, que não atingiu seus intentos, mas deixou marcada na história a força e a resistência dos escravizados muçulmanos, na Bahia, em 1835.

Figuras 19 e 20 – Livro didático de História Superação: 8º ano.



Fonte: Editora Moderna. Livro digital interativo:

Superação – 8º ano.

Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/superacao-historia/historia-8/aluno/index.html>. Acesso em: 21 abr. 2025.

O livro *Superação! História: 8º ano* apresenta, a partir da página 155, apenas três movimentos rebeldes do Período Regencial: a Revolução Farroupilha (1835–1845), a Cabanagem (1835–1840) e a Revolta dos Malês (1835). Digo apenas três porque esse período é intenso em contestação política e mobilização popular por causas sociais urgentes. Logo, esse livro se limitou a três movimentos que são representados em praticamente todos os livros. Não estou diminuindo a importância dessas revoltas, mas percebe-se a ausência de muitos acontecimentos em outras partes do país nessa época, a exemplo da Guerra dos Cabanos, que envolveu duas províncias da região Nordeste, Pernambuco e Alagoas.

Figuras 21 e 22 – Livro didático de História Geração Alpha história: 8º ano.



Fonte: Editora SM. Manual digital do professor. Geração Alpha História – 8º ano.
Disponível em: <https://pnld.smeducacao.com.br/obras/pnld-2024-geracao-alpha-historia/>
Acesso em: 21 abr. 2025.

O livro Geração Alpha História: 8º ano apresenta, de forma breve, quatro revoltas do Período Regencial: a Cabanagem (1835–1840), a Balaiada (1838–1841), a Sabinada (1837–1838) e, na página 146, a Revolta dos Malês (1835). A escolha dessas revoltas permite uma visão de diferentes contextos regionais, políticos e sociais. São textos curtíssimos, incluindo a Cabanagem, a Balaiada, a Sabinada e a famosa insurreição de africanos islamizados, o Levante dos Malês, além daquela que é presença garantida em todos os livros didáticos, a Revolução Farroupilha, inclusive é importante mencionar que além de destacar três movimentos que ocorreram no Nordeste, O Levante dos Malês ocupa um espaço significativo, mais que movimentos já consagrados.

Figuras 23 e 24 – Livro didático de História: 8º ano.



Fonte: Editora FTD. Manual digital do professor. História, sociedade e cidadania – 8º ano.
 Disponível em: https://issuu.com/editoraftd/docs/immp0000080083p240100208040_cara.
 Acesso em: 21 abr. 2025.

O livro História: Sociedade & Cidadania – 8º ano aborda, a partir da página 185, cinco importantes revoltas do Período Regencial: a Cabanagem (1835–1840), a Guerra dos Farrapos (1835–1845), a Revolta dos Malês (1835), a Sabinada (1837–1838) e a Balaiada (1838–1841). É uma seleção abrangente, cobrindo várias regiões do país, com destaque para a Revolta dos Malês, que pôs a resistência cultural e religiosa de africanos escravizados de origem islâmica em cena no momento de agitação política no país.

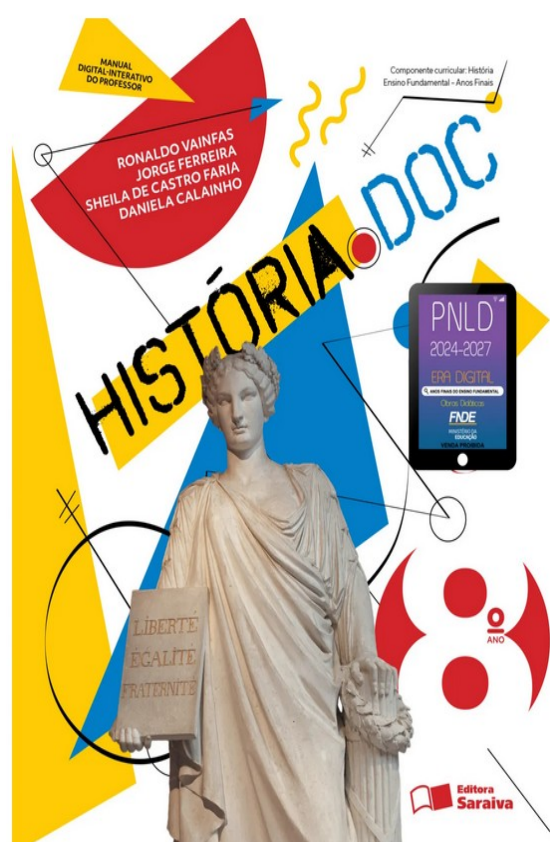
Figuras 25 e 26 – Livro didático de História Teláris: 8º ano.



Fonte: Editora Ática. Manual digital do professor. Teláris História – 8º ano.
Disponível em: https://pubhtml5.com/beyo/yjct/Telaris_Historia_8ano_MP/20.
Acesso em: 21 abr. 2025.

O livro Teláris História: 8º ano dedica, entre as páginas 196 e 199, aborda seis revoltas do Período Regencial: a Revolta Rural dos Papa-méis (1832–1835), a Insurreição Malê (1835), a Sabinada (1837–1838), a Balaiada (1838–1841), a Cabanagem (1835–1840) e a Revolução Farroupilha (1835–1845). Como se pode perceber, a obra destaca muitos movimentos, o que significa dizer são textos breves, quase superficiais. Nesse sentido, dar ampla cobertura aos acontecimentos mais importantes do Período Regencial, incluindo movimentos de caráter popular, religioso, separatista, reivindicações e políticas. Chama nossa atenção que esta obra é única que incluiu a Guerra dos Cabanos, mas o faz utilizando o título Revolta Rural dos Papa-méis, nome pouco usual para se referir à **Guerra dos Cabanos**, ocorrida em Pernambuco e Alagoas entre 1832 e 1835. Críticas à parte, é importante mencionar que este livro coloca entre os já consagrados movimentos desse período, um movimento bastante negligenciado.

Figuras 27 e 28 – Livro didático História.doc: 8º ano.



Fonte:
Edocente.
Manual
digital
interativo
do
professor.

Convocação para a luta	64	Urbanizar a capital	97
Independência e liberdade	65	A Missão Francesa	98
Os tambores do vodu	65	Outras histórias – Um rei adorado no Brasil	99
Revoluções na América espanhola	66	Outras medidas do governo de dom João	100
Aurora das independências	67	A nova condição do Brasil	100
Outras histórias – Miguel Hidalgo	68	Outras histórias – Ingleses no Brasil	101
As guerras de 1810	69	Passos para a independência do Brasil	102
Triunfo das independências	69	Dom Pedro ficou	102
História & Geografia – Geopolítica	70	Um grande passo	103
Depois da independência	71	História & Arte – O grito do Ipiranga	104
Pan-americismo bolivariano	71	Primeiro Reinado	105
Repúblicas liberais ou conservadoras?	72	O reconhecimento da independência	105
Mistério no Haiti	72	Uma Constituição para o Brasil	106
O gigante da América do Norte	73	Ler documentos – Soberania nacional	106
E os pais fundadores?	73	No norte, a Confederação do Equador	107
Roteiro de estudos	74	No sul, a Guerra da Cisplatina	108
2ª UNIDADE		Em Portugal, uma questão sucessória	109
A construção do Brasil independente	76	Dom Pedro abdica e volta a Portugal	109
Capítulo 5		Maria Quitéria, o soldado Medeiros	109
Revoltes e conjurações na América portuguesa	78	Roteiro de estudos	110
Um soldado que sabia ler e escrever	78	Capítulo 7	
As revoltas fixas no Brasil colonial	79	Das rebeliões regenciais ao Segundo Reinado no Brasil	112
A Revolta da Cachapa no Rio de Janeiro	79	Preto Cosme e os conflitos regenciais	112
A Revolta de Beckmann no Grão-Pará e Marajó	80	O "órfão da nação"	112
Em Pernambuco, a Guerra dos Mascates	80	O período regencial	113
Outras histórias – A função das Câmaras Municipais na colônia	81	A formação de grupos políticos	113
A Revolta do Marizete na Bahia	82	A Regência Trina Permanente	113
Nas capitanias de São Paulo e de Minas	82	A Regência Una	114
a Revolta de Vila Rica	82	O Regresso	114
Revolta no Rio Grande de São Pedro	82	Outras histórias – Morte de dom Pedro I do Brasil e IV de Portugal	115
Outras histórias – Punição real: o castigo exemplar	83	As revoltas regenciais	116
Comecem as insubordinações	84	Cabanagem	117
A Inconfidência Mineira	85	Sabinada	118
Os insubordinados, a denúncia e o fim	85	Baianada	119
Ler documentos – A sentença de Tiradentes	87	História & Língua Portuguesa – A maioria em quadras	121
A "conjuração que não houve": o caso do Rio de Janeiro	88	Famposinha	122
A Conjuração Baiana	88	Revoltes escravas	124
O fim de um sonho	90	A Revolta de Cananhas	124
O soldado sabia ler e escrever, mas não tinha livros	91	A Revolta de Manuel Congo	124
Roteiro de estudos	92	A Revolta dos Malês	125
Capítulo 6		O início do Segundo Reinado	126
Brasil, de colônia a império	94	Praieira: a última rebelião provincial	127
Maria Quitéria e a luta pela independência do Brasil	94	Ler documentos – Manifesto ao mundo	129
Anos antes, Portugal foi invadido	94	A consolidação do Império	129
A Corte vai para o Brasil	95	Roteiro de estudos	130
Um príncipe no Rio	96		
P.R. Príncipe Regente ou Ponha-se na Rua?	96		

História.doc – 8º ano.

Disponível em: <https://www.edocente.com.br/leitor-html/?obraId=6066>.

Acesso em 21 abr. 2025.

O livro didático História.doc: 8º ano apresenta em seu sumário apenas três revoltas do Período Regencial: a Cabanagem (1835–1840), a Sabinada (1837–1838) e a Revolta dos Malês (1835). Uma seleção pequena, porém, representativa da participação dos segmentos populares e subalternizados na busca por melhores condições de vida na região Norte e no Nordeste do Brasil.

Com base nas considerações acima, propomos a elaboração de um produto didático, a que chamamos Caderno Temático: Insurgentes Mulheres, Negros e Indígenas na Guerra dos Cabanos, para os anos finais do Ensino Fundamental, além de uma versão para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nominada Mulheres Negros e Indígenas na Guerra dos Cabanos. Ambas as produções são paradidáticas, que, segundo Yasuda e Teixeira (1995), “são consideradas paradidáticas as obras produzidas para o mercado escolar sem as características funcionais e de composição do manual didático”. Nomear o produto como caderno temático é uma forma de não

utilizar expressões como: apostila, guia, manual, pois, em geral, são pouco atrativas para o público a que se destina o material. Nesse sentido Munakata (1997), argumentou que, os livros paradidáticos, “não precisam obedecer a todos os requisitos exigidos para os didáticos”.

Segundo o autor, isto acontece porque, [...] do ponto de vista do sistema de ensino e de órgãos que o regulamenta, essa categoria de livro inexistente. Além disso, essa é uma invenção tipicamente brasileira: não que em outros países não existam livros que possam ser considerados “paradidáticos”, mas falta-lhes o nome (Munakata, 1997, p. 101).

Como observado, o paradidático surgiu para facilitar o entendimento do conteúdo exposto no livro didático, que muitas vezes apresentando uma dificuldade para os/as estudantes. Mesmo que para o mercado editorial tenha se transformado em mais produto rentável, a ideia de um material de apoio ou até mesmo complemento ao livro didático prevaleceu e até a atualidade o paradidático se mantém como suplemento ou alternativa para o processo de ensino e aprendizagem.

Trata-se de um paradidático, considerando que essa terminologia foi uma espécie de criação brasileira, como já mencionamos neste estudo. Independente do nome atribuído, interessa-nos que o caminho escolhido seja adequado aos propósitos definidos ao longo da pesquisa. Também considerando importante ressaltar que as propostas de materiais didáticos aqui elencadas, mesmo não parecendo inovadoras, são experiências já consolidadas e, portanto, com o valor devidamente comprovado.

Nesse sentido, é importante frisar a necessidade de introduzir o tema A Guerra dos Cabanos nas aulas de História no 8º ano do Ensino Fundamental, logo não se tratando de substituir o livro didático, mas complementar, pois este, geralmente, apresenta as mesmas revoltas. Além de propor a utilização de um caderno temático sobre a Guerra dos Cabanos Pernambucano/Alagoano, em um contraponto à Cabanagem, citada nos livros didáticos desde sempre, ao ponto de se confundir uma com a outra, a ideia é fazer a inserção desta revolta realçando a atuação dos grupos subalternos, notadamente os negros, os indígenas, as mulheres e a população mais pobre de um modo geral.

Ao abordar a participação de negros considerados protagonistas nos eventos, estamos em consonância com a Lei nº 10.639/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/2004, e incorporada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Art. 26-A, determina: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”.

Em relação aos povos indígenas atuando nos acontecimentos da Guerra dos Cabanos, com marcas dos protagonismos, muitas vezes citados em pequenas notas de rodapé, essa pesquisa bem como o material didático dela proveniente, pretende evidenciar a relevância desses povos, em convergência com o determinado pela Lei nº 11.645/2008, prescrevendo: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”, conforme o Parecer CNE 14/2015, que estabelece diretrizes pedagógicas, visando garantir a inclusão da história indígena no currículo escolar.

Além dos negros e indígenas atuantes na Guerra dos Cabanos, as mulheres tiveram participação efetiva, não foram apenas figurantes. De acordo com a Lei nº 14.986/2024 os conteúdos curriculares no Ensino Fundamental e Médio devem incluir, obrigatoriamente, abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas. Ademais, a legislação mencionada instituiu a “Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História” no âmbito das escolas de educação básica no Brasil.

As legislações mencionadas são avanços significativos, ainda assim, se fazendo necessária a devida vigilância no que diz respeito a sua aplicação no cotidiano escolar. Em diversos aspectos o país tem centenas de leis. Então, para que as referidas leis não sigam a máxima da “lei que não pega” ou “para inglês ver,” em referência a legislação criada apenas para satisfação de quem se mobilizou pelas mesmas, mas, na prática, se tornam letra morta, é importante que a produção didática chegue ao seu devido lugar, como se costuma dizer “no chão da escola”.

Antes de apresentar a estrutura dos materiais didáticos elaborados, convém fazer alguns apontamentos referentes ao que se demanda do mestrando do ProfHistória. Compreendo que este programa é uma formação qualificada no melhor sentido do termo. No entanto, na produção de material didático é que se encontram as maiores dificuldades por uma série de razões.

A primeira, para não dizer a principal, estar em conciliar as jornadas de trabalho exaustivas com a pesquisa e a consequente produção de uma dissertação minimamente substancial. Isto, por si só, já é um desafio. Não obstante, é solicitado, como parte dos resultados da pesquisa, a elaboração de um material didático com algum grau de inovação e viabilidade de aplicação no cotidiano escolar.

Naturalmente, não questiono as demandas do programa, afinal são os necessários resultados da pesquisa. Porém, quando o assunto é a produção do material didático, sinto a necessidade de fazer algumas observações, pensando nas próximas turmas e, considerando que a minha realidade não difere da maioria dos/das colegas dessa e das turmas subsequentes.

Um dos maiores obstáculos para a produção de um material didático com a qualidade desejada tanto pelo mestrando quanto pelo ProfHistória, é a falta de conhecimento em áreas com design gráfico, softwares de diagramação, edição de imagens e princípios de design. Sabemos que sem dominar o básico dessas ferramentas o resultado obtido é muito aquém do desejável, se o docente, mestrando do ProfHistória, tem conseguido, com muito sacrifício, dar conta de pesquisar e produzir sua dissertação, muitos enfrentam dificuldades na hora de fazer o material conforme gostariam, pois não possuem as habilidades técnicas necessárias para essa tarefa.

Além de não dispor de aptidões técnicas imprescindíveis para criar seu produto didático, as tentativas de vencer essas barreiras consomem muito tempo e energia, gerando um desgaste físico e emocional que compromete o resultado do trabalho. Do professor da educação básica espera-se que desempenhe suas atividades com competência no que concerne aos conteúdos de sua área de atuação e questões relativas às metodologias de ensino. Ao se ver frente ao desafio de produzir materiais didáticos aplicáveis à sala de aula sem o devido preparo técnico, é evidente que o produto final fica comprometido.

Na tentativa de superar esses entraves, é necessário, em muitos casos, recorrer ao trabalho de terceiros, atitude que, em parte, resolve a questão, mas representa um custo que não estava previsto, e para o qual, também não há previsão de ressarcimento pelo programa. A questão financeira não deve ser considerada um investimento, não estamos tratando de uma iniciativa particular da qual se pretende auferir lucros. O produto didático é o resultado de uma pesquisa realizada no âmbito de um mestrado profissional em uma instituição pública de ensino superior. Nesse caso, o investimento deveria partir da instituição, no intuito de atingir o melhor resultado e, conseqüentemente, promover o mestrado, enquanto produtor de conhecimento de excelência.

Diante da situação relatada, buscando uma solução para produzir um material com um mínimo de qualidade, a saída tem sido recorrer a contratação de terceiros, nem sempre pessoas com a experiência necessária para compreender as especificidades do material a ser produzido. Somado a isso, cabe ao mestrando arcar com despesas não previstas lembrando que não há disponibilidades de bolsas para todos/as, tampouco ajuda de custo para a finalidade aqui descrita.

Acredito que expor, da minha perspectiva, os obstáculos para a concretização da etapa de produção do material didático, para além do tom crítico, fortalece o programa, permitindo a busca por aperfeiçoamento e apoio aos futuros mestrando nos pontos enfatizados.

Diante desse cenário, algumas sugestões de parceria entre ProfHistória e cursos de Design Gráfico ou Produção editorial ou áreas afins, dentro da própria universidade, podem ser uma forma

de estimular os mestrados para na criação de produtos didáticos de melhor conteúdo e qualidade gráfica.

Eis algumas sugestões; estabelecer parcerias com cursos de Design Gráfico ou áreas afins; criação de grupos de trabalho interdisciplinares, reunindo mestrados do ProfHistória e estudantes de design, sob a supervisão de docentes de ambos os cursos; estágios supervisionados para estudantes de design, com foco específico na atuação junto aos mestrados do ProfHistória e outros mestrados; criação de uma equipe de apoio técnico permanente, vinculada à universidade, poderia atender à demanda recorrente por suporte na produção gráfica de materiais didáticos desenvolvidos em programas de pós-graduação profissional; oferta de oficinas temáticas e/ou disciplinas optativas, organizadas em parceria entre os cursos, para que os mestrados adquirissem noções básicas de design aplicadas à produção de materiais didáticos, tanto impressos quanto digitais.

As sugestões elencadas promovem o diálogo entre áreas distintas, não apenas respondem a uma demanda concreta dos mestrados do ProfHistória, mas também colaboram na formação dos estudantes dos cursos parceiros. Pode parecer que são “soluções” pontuais, mas acredito que representam possibilidades viáveis para melhor qualificar a produção didática do ProfHistória, reafirmando o papel social da universidade pública.

3.2 Descrição do caderno temático Insurgentes: mulheres, negros e indígenas na Guerra dos Cabanos, para os anos finais do Ensino Fundamental e Mulheres, negros e indígenas na Guerra dos Cabanos para a EJA

No decorrer da leitura de diferentes autores e autoras, percebi que, durante muito tempo, o ensino de História nas escolas foi encarado como um acúmulo de informações a serem memorizadas. Aos/as estudantes esperava-se reter o conhecimento transmitido pelos/as professores/as, que para serem considerados bons profissionais deveriam ter capacidade de cobrir todo o conteúdo do material didático. Apesar dos avanços na historiografia e nas metodologias de ensino, ainda está presente esse modelo tradicional. Vários fatores contribuem para a permanência da situação descrita, como a carga horária excessiva, a burocracia, turmas superlotadas, baixos salários, formação inadequada e condições de trabalho precárias. Resultando em uso excessivo do livro didático, que acaba se tornando o único recurso utilizado, em muitas aulas. A lista de problemas não se restringe aos que foram citados. São questões estruturais que permeiam a educação há muito tempo. O material aqui proposto tem o objetivo de servir como um apoio no

processo de ensino e aprendizagem no ponto em que lhe é pertinente.

As revoltas do Período Regencial é um conteúdo presente no 8º ano do Ensino Fundamental, sendo o que de mais relevante aconteceu naquele momento da história do país, visto que envolveu diversos segmentos, desde elites nacionais e regionais, até sujeitos históricos comumente invisibilizados. Porém, resolvemos expandir a nossa proposta de elaboração do nosso produto didático para a Educação de Jovens e Adultos, no intuito de contemplar essa modalidade que carece de materiais didáticos como esse caderno.

O caderno temático Insurgentes: mulheres, negros e indígenas na Guerra dos Cabanos, está dividido em 3 capítulos. Começa com uma apresentação que convida o/a estudante a embarcar na história e conhecer quem eram os cabanos e como se deu o conflito no qual foram os protagonistas.

Trata-se de um material didático desenvolvido como produto do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco – ProfHistória/UFPE. A estrutura do trabalho é a seguinte: três capítulos principais, sendo o primeiro, Protagonistas da Guerra dos Cabanos, o segundo A Guerra dos Cabanos (1832-1835) e o terceiro O Período Regencial. Além disso, conta com apresentação, introdução, conclusão, apoio pedagógico para professores/as e, finaliza com as referências bibliográficas, também colocamos ao longo do texto, um box com versos do cordelista Medeiros Braga, que fazem referência aos sujeitos históricos destacados nessa pesquisa.

No material dirigido aos adolescentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, procuramos utilizar uma linguagem coloquial e com expressões que, de certo modo, comunicam a mensagem de forma mais leve e atraente, sem perder a consistência pertinente ao conteúdo. A sequência dos capítulos foi pensada para evidenciar os sujeitos protagonistas, por essa razão, o primeiro capítulo apresenta os personagens ao invés do contexto e as causas do conflito. A diagramação foi elaborada por Marlon Siqueira da Silva, obedecendo às seguintes especificações: formato: A5 (14.8 cm x 21 cm), projetado no Canva, com margens: top 1,8 cm, left: 1,8 cm, right 1,8 cm, bottom 2,2 cm. No corpo do texto foi usada a fonte Open Sans no tamanho 12, com espaçamento entre linhas de 1.5 e como fontes complementares nas demais partes do trabalho foi usada a Anton para o título, Clear Sans para o subtítulo e Trocchi na numeração de páginas.

Na produção voltada para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), priorizamos uma apresentação que facilite a leitura e a compreensão do conteúdo. Para isso, adotamos uma formatação com fontes de tamanho maior e espaçamento ampliado entre as linhas, promovendo maior conforto visual.

Optamos por uma linguagem simples e direta, com parágrafos curtos e organização textual

clara, a fim de garantir acessibilidade e fluidez na leitura. Buscamos manter a consistência do conteúdo ao longo de todo o material. Inserimos também quadros explicativos para esclarecer os principais conceitos abordados no texto, contribuindo para a compreensão dos temas tratados. Embora reconheçamos a importância dos recursos visuais, nesta produção optamos por utilizá-los em menor quantidade, dando ênfase ao texto como principal ferramenta de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir esta pesquisa foi, ao mesmo tempo, motivo de satisfação e reflexões. Satisfação por ter alcançado o propósito de contribuir com uma leitura crítica e comprometida com a história dos segmentos populares; e reflexões porque, ao final do percurso, constatando que nem todas as ideias e ações planejadas no início da jornada foram plenamente concretizadas. Ainda assim, os caminhos percorridos como significativos e reafirmando a importância da valorização das memórias e do papel dos sujeitos historicamente marginalizados.

O objetivo principal desta pesquisa foi destacar os protagonismos dos segmentos populares — especificamente mulheres, indígenas e negros — na Guerra dos Cabanos. Embora este evento sem grande destaque no conjunto das rebeliões no Período Regencial, representou um momento fundamental de mobilização de grupos subalternos. Em meio às disputas pelo poder após a Abdicação de D. Pedro I, esses segmentos se alinharam à causa restauradora, mas não se limitaram a defendê-la, inserindo no processo demandas sociais, como liberdade, terra, trabalho digno, em suma, melhores condições de existência.

A esse objetivo se somou a criação de um produto didático intitulado “Insurgentes: mulheres, negros e indígenas na Guerra dos Cabanos”, elaborado inicialmente para estudantes do Ensino Fundamental, com linguagem acessível e atividades reflexivas. Entretanto, nada impedindo que professores e professoras utilizem como suporte pedagógico, adaptando-o conforme os planejamentos e as situações das turmas.

Reconhecendo a diversidade de contextos educacionais no Brasil, especificamente no âmbito da educação pública, considerando fundamental ampliar a proposta de uso do referido caderno para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Muitos/as estudantes na EJA com experiências de vida dialogando diretamente com os temas abordados — mobilizações por direitos, marginalização e resistência popular. Por este motivo, o material sendo um subsídio pedagógico potente para promover debates críticos e aproximar os conteúdos históricos das situações vivenciadas pelos sujeitos/estudantes, valorizando as trajetórias e conhecimentos deles/as.

As dificuldades no decorrer desta pesquisa foram, em grande parte, de ordem pessoal. A ausência de licença profissional para os estudos inviabilizou uma maior dedicação às leituras e ao aprofundamento das análises. A circunstância evidenciando que o curso de Mestrado não deve ser

concebido como um passatempo a ser realizado nas horas vagas, mas sim como um processo exigindo tempo, disciplina e envolvimento constante.

No que se refere ao tema escolhido, os desafios foram distintos. Em relação aos indígenas envolvidos no conflito, há pesquisas recentes abordando o tema sob a ótica da chamada nova história indígena, possibilitando uma análise mais sólida e fundamentada. O mesmo ocorrendo com os negros. Atualmente, existindo uma ampla produção acadêmica tratando da participação negra em diversos momentos de rebeliões ao longo da História do Brasil, fundamental para a elaboração da nossa pesquisa.

Entretanto, a maior dificuldade foi a escassez de estudos sobre a participação das mulheres nesse e em tantos outros eventos históricos. Infelizmente, uma situação ainda demandando tempo e esforço para ser superada. A história das mulheres é um campo ainda a ser mais estudado e com urgência. É necessário reconhecer que, a depender do período e do tema em destaque, sendo possível fontes históricas mais acessíveis sobre a participação feminina. Contudo, no caso específico da Guerra dos Cabanos, a disponibilidade de pesquisas permanece limitada.

Dessa forma, concluímos esta pesquisa com a convicção de que, apesar das limitações enfrentadas, o estudo cumpriu o papel ao evidenciar sujeitos históricos invisibilizados. A mobilização de mulheres, indígenas e negros na Guerra dos Cabanos constituiu uma expressão concreta de resistência popular e de mobilizações por dignidade. Ao construir um material didático comprometido com essa perspectiva, buscamos não apenas discutir o citado evento histórico, mas também fomentar reflexões sobre o presente e a importância de uma educação valorizando os diferentes sujeitos históricos. Que esta pesquisa, ainda que de modo modesto, contribua para ampliar vozes, fortalecer debates e inspirar novas pesquisas na mesma perspectiva.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.
- ADORNO, Theodor W. **Educação após Auschwitz**. In: Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 117-137.
- ADORNO, Theodor W. **O que significa elaborar o passado**. In: Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 29-50.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula: Capitão de todas as matas**. Maceió: Edufal, 2008.
- ANDRADE, Juliana Alves de. **A mata em movimento: Coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço da Mata Norte de Alagoas**. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.
- BASILE, Marcelo. **O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- BASILE, Marcelo. **O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)**. In: GRINBERG, Keila; Ricardo; SALLES (orgs.). O Brasil Imperial Volume II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, (p.53-119).
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3.ed.- São Paulo: Cortez, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos**. In: PEREIRA, Amílcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.
- BORGES, Viviane Trindade. **Que História Pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- BRAGA, Medeiros. **A Guerra dos Cabanos**. Cordel. 2021.
- BRAGANÇA, Rafael de Oliveira. **Um padre na monarquia sem rei: a trajetória política de Diogo Antônio Feijó (1831-1835)**. 121 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.
- BRASIL, **CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824)**. Manda observar a Constituição Política do Imperio, offerecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constituicao24.html. Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL, **Lei nº 105, de 12 de maio de 1840**. Interpreta alguns artigos da Reforma Constitucional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim105.html. Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL, **Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834**. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso em: 27 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.html. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.html. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14986-25-setembro-2024-796400-publicacaooriginal-173212-pl.html>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 14/2015**, aprovado em 11 de novembro de 2015 – Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 108 p.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os “jacobinos”: a Cabanada (1832-1835)**. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 168-200.

CUNHA, Alexandre Mendes. **Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira**. *Revista História*, v. 25, n. 1, 2006. Disponível em: [\[https://www.scielo.br/j/his/a/K67Nm9PrNyzpXYg5HKLBHbP\]\(https://www.scielo.br/j/his/a/K67Nm9PrNyzpXYg5HKLBHbP\)](https://www.scielo.br/j/his/a/K67Nm9PrNyzpXYg5HKLBHbP](https://www.scielo.br/j/his/a/K67Nm9PrNyzpXYg5HKLBHbP)). Acesso em: 29 ago. 2025.

CUNHA, M. C. da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Trabalho, território e participação indígena na Guerra dos Cabanos e na Insurreição Praieira: apoios e disputas nas aldeias de Barreiros e Jacuípe (Pernambuco e Alagoas, 1832-1848)**. Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 107-129, jul./dez. 2014. DOI: [10.5007/1984-9222.2014v6n12p107](https://doi.org/10.5007/1984-9222.2014v6n12p107). Acesso em: 18 nov. 2024.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848)**. 2015. 321 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

DOLHNIKFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FAZOLI FILHO, Arnaldo. **O Período Regencial**. São Paulo: Ática, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Quais as afinidades entre um mestrado profissional em ensino de história e a história pública?** In.: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo. (orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do Imperador**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.). **Coleção Brasil Imperial, v. 1 (1808-1831)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.). **Coleção Brasil Imperial, v. 2 (1831-1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.). **Coleção Brasil Imperial, v. 3. (1870-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada: rebelião de pobres nas Matas do Tombo Real**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá: Eduem, 1999.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sob a “sombra” de Palmares: escravidão, memória e resistência na Alagoas oitocentista**. 2018. 375 f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **A Balaiada na sala de aula: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático**. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1822)**. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOREL, Marco. **O Período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MELLO, Janaina Cardoso de. **Negros escravos, negros papa-méis: fugas e sobrevivência africana nas matas de Alagoas e Pernambuco no século XIX**. Revista África e Africanidades, Ano I, n. 2, p. 1-18, ago. 2008. ISSN 1983-2354. Disponível em: <www.africaeaficanidades.com>. Acesso em: 9 jun. 2024.

MELLO, Janaina Cardoso de. **Memórias impressas de guerras e guerrilhas nos confins do mundo rural: a Cabanada pernambucana-alagoana nas letras do mundo urbano (1832-1835)**. Memórias Rurais e Urbanas, v. 28, n. 42, p. 87-95, jun. 2015. ISSN 2175-0173. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc>. Acesso em: 9 jul. 2024.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no Século XIX**. Salvador, EDUNEB, 2003.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

RUDÉ, George. **A multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SCOTT, Joan W. **Preface a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

SILVA, Adriana Teresinha da; MELO, Antonio Osmar Dutra de; SCHERER, Lauro; AGOSTINI, Lenir Cassel. **O clientelismo na política brasileira: da monarquia à república (1808-1920)**. Disciplinarum Scientia, v. 6, n. 1, 2016. Disponível em: [\[https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1643\]](https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1643)(<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumCH/article/view/1643>). Acesso em: 29 ago. 2025.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. **Colônia Militar Leopoldina: das “Matas Incultas” às “Matas Civilizadas” (1851-1867)**. 2016. 287f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. **A trajetória d' O Repúblico no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832)**. 2010. 173f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SILVA, Edson. **O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008**. Revista História Hoje, 1(2), 213–223, 2013.

SILVA, Sara Teixeira da. **Narrativa historiográfica da Guerra dos Cabanos nas Províncias de Pernambuco e Alagoas entre os anos de 1832 e 1835**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Alagoas, 2021. Disponível em: [\[https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8839\]](https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8839)(<https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/8839>). Acesso em: 29 ago. 2025.

SOUSA, Angélica Silva de. OLIVEIRA, Guilherme Saramago de.; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

TAVARES, Ismélia da Penha Balduce. **Mulheres na Guerrilha: práticas e estratégias femininas na guerra dos cabanos Alagoas e Pernambuco (1832-1850)**. Dissertação (Mestrado em História) 2020. 110 f. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VASCONCELOS, Bernado Pereira. **Manifesto Político e Exposição de Princípios**. Brasília: Senado Federal, 1978.

YASUDA, Ana Maria Bonato Garcez; TEIXEIRA, Maria José Ciccone. **A circulação do paradidático no cotidiano escolar**. In: LEITE, Moraes, CHIAPPINI, Ligia (coords.). **Aprender e ensinar com textos**. São Paulo, Marca d'Água, 3 v., v.2, p. 125-146, 2011.

DOCUMENTOS – Livros Didáticos

ANTONELLI, Maria Clara (Ed.). **Araribá conecta: História – 8º ano**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2022.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: sociedade & cidadania – 8º ano**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022.

BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. **Se liga na História – 8º ano**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2022.

CARDOSO, Maurício et al. **Jornadas: novos caminhos – História – 8º ano**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Jovem Sapiens: História – 8º ano**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2022.

MINORELLI, Caroline; CHIBA, Charles. **Superação: História – 8º ano**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2022.

NEMI, Ana Lúcia Lana; REIS, Anderson Roberti dos; MOTOOKA, Débora Yumi. **Geração Alpha: História – 8º ano**. 4. ed. São Paulo: Edições SM, 2022.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; CÂMARA, Leandro Calbente; SERIACOPI, Reinaldo. **A conquista: História – 8º ano**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022.

VAINFAS, Ronaldo et al. **História.doc – 8º ano**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Teláris: História – 8º ano**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2018.

DOCUMENTOS ONLINE

CARAMURU. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702609&pesq=&pagfis=>. Acesso em: 15 abr. 2024. (Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

A AURORA FLUMINENSE. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&pagfis=1>. Acesso em: 18 abr. 2024. (Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

O REPÚBLICO. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332704&pesq=&pagfis=9>. Acesso em: 20 abr. 2024. (Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

PORTAL MULTIRIO. Capa do Ato Adicional de 1834. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/8937-a-reforma-da-constitu%C3%A7%C3%A3o-de-1824-o-ato-adicional>. Acesso em: 28 abr. 2024.

PADRE DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/49729?locale-attribute=pt_PT. Acesso em: 20 abr. 2024. (Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira).

TRIPADVISOR. Monumento aos cabanos. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g644400-d15204265-Reviews-Monumento_aos_Cabanos-Maragogi_State_of_Alagoas.html. Acesso em: 25 ago. 2024.

TRAÇA LIVROS. Cabanos: os guerrilheiros do Imperador. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.traca.com.br/livro/923913/cabanos-guerrilheiros-imperador>. Acesso em: 25 ago. 2024.

EDOCENTE. Manual digital interativo do professor. Jornadas Novos Caminhos História – 8º ano. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/leitor-html/?obraId=5978>. Acesso em: 21 abr. 2025.

EDOCENTE. Manual digital do professor. Jovem Sapiens História – 8º ano. Disponível em: https://storage.googleapis.com/edocente-content-production/PNLD/PNLD_2024_OBJETO_1/Scipione/SapiensHistoria/index_MP_8.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

EDITORA FTD. Manual digital do professor. A Conquista História – 8º ano. Disponível em: https://issuu.com/editoraftd/docs/imm0000080081p240100208040_cara-reduz. Acesso em: 21 abr. 2025.

EDITORA MODERNA. Livro digital interativo. Araribá História – 8º ano. Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/arariba-historia/historia-8/aluno/index.html>. Acesso em: 21 abr. 2025.

EDITORA ÁTICA. Manual digital do professor: Teláris História – 8º ano. Disponível em: https://pubhtml5.com/beyo/yjct/Telaris_Historia_8ano_MP/20. Acesso em: 21 abr. 2025.

EDITORA MODERNA. Livro digital interativo: Se liga na História – 8º ano. Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/se-liga-na-historia/historia-8/aluno/index.html>. Acesso em: 21 abr. 2025.

EDITORA MODERNA. Livro digital interativo: Superação – 8º ano. Disponível em: <https://pnld.moderna.com.br/wp-content/uploads/superacao-historia/historia-8/aluno/index.html>. Acesso em: 21 abr. 2025.

EDITORA SM. Manual digital do professor: Geração Alpha História – 8º ano. Disponível em: <https://pnld.smeducacao.com.br/obras/pnld-2024-geracao-alpha-historia/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

EDITORA FTD. Manual digital do professor: História, sociedade e cidadania – 8º ano. Disponível em: https://issuu.com/editoraftd/docs/imm0000080083p240100208040_cara. Acesso em: 21 abr. 2025.

EDOCENTE. Manual digital interativo do professor: História.doc – 8º ano. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/leitor-html/?obraId=6066>. Acesso em: 21 abr. 2025.

ANEXOS

INSURGENTES MULHERES, NEGROS E INDÍGENAS NA GUERRA DOS CABANOS

MULHERES, NEGROS E INDÍGENAS NA GUERRA DOS CABANOS – EJA

Caderno Temático para os anos
finais do Ensino Fundamental

INSURGENTES:

MULHERES, NEGROS E INDÍGENAS NA GUERRA DOS CABANOS

JOSÉ AILTON DOMINGOS SOARES

APRESENTAÇÃO

E aí, pessoal! Sejam bem-vindos/as ao Caderno Temático: A Guerra dos Cabanos! Preparem-se para questionar, aprender e, claro, se divertir!

Que tal embarcar numa viagem incrível pela História do Brasil e destacar o protagonismo das mulheres, negros e indígenas durante um período cheio de mudanças e rebeliões? Esse caderno vai mostrar para vocês como a participação popular foi essencial na Guerra dos Cabanos, que aconteceu em Pernambuco e Alagoas entre 1832 e 1835.

Mas, afinal, quem eram os cabanos? Eram homens e mulheres pobres que viviam em casas simples nas matas, perto dos canaviais ou às margens dos rios. Eles foram protagonistas porque lutaram pelos seus ideais, mas, pasmem, entraram para a História como desordeiros, bandoleiros, marginais, selvagens e alienados. Mas, peraí... quem contou essa história mesmo?

Aqui, vamos descobrir como essas pessoas estavam por dentro do contexto sociopolítico do ***Brasil Império***, como resistiram usando as armas que tinham à mão e

Brasil Império: A História do Brasil obedece, em geral, à seguinte divisão: Pré-História do Brasil, período anterior a 1500. Brasil Colônia, de 1500 até 1822. Brasil Império, de 1822 até 1889. Brasil República, de 1889 até os dias atuais.

mostraram união, mesmo com interesses diferentes entre os vários grupos da população. E o mais legal: eles reinterpretaram as ideias políticas da época com base nas suas próprias experiências. Ou seja, eram muito mais do que "massa de manobra"!

Esperamos que esse material ajude vocês a entenderem a importância da Guerra dos Cabanos no meio de tantas **rebeliões** do Período Regencial. Que esse caderno seja uma ferramenta para despertar o interesse por esse momento da história nacional, onde Pernambuco e Alagoas tiveram um papel crucial na formação do Império e na consolidação da Independência.

Rebelião: É a ação e o efeito de se rebelar. Este verbo, por sua vez, está associado ao ato de apresentar resistência, tornar-se rebelde, insurgir-se ou faltar à obediência devida.

INTRODUÇÃO

Já parou para pensar que a História parece um filme onde só os poderosos têm vez? Reis, rainhas, generais... Cadê a voz do povo nessa história? Pois é, a História não é apenas isso! Ela é feita de milhões de histórias individuais, de conquistas, perdas, sonhos... e, muitas vezes, essas histórias foram silenciadas, e os protagonistas foram esquecidos ou tiveram sua participação deturpada pelos vencedores.

Este Caderno Temático quer mostrar a importância de contar a História “de baixo para cima”, destacando voz a quem foi silenciado ou jogado para escanteio. Seguiremos a trilha da Guerra dos Cabanos (1832-1835), uma explosão de mobilizações por justiça e direitos em Pernambuco e Alagoas. E olha só: essa história foi feita por pessoas comuns, que botaram a cara a tapa por um mundo melhor.

Aqui, queremos destacar quem realmente protagonizou essa mobilização: mulheres, indígenas, negros libertos e escravizados, pessoas pobres... gente que foi deixada de lado nas histórias oficiais. O lance aqui é conhecer as experiências dessas pessoas, entender seus motivos e reconhecer sua força. Afinal, a História foi construída por homens e mulheres que defenderam ideais de um mundo mais justo.

INTRODUÇÃO

E por que isso é tão importante? Porque a História “de baixo para cima” nos dá uma visão mais completa e justa do passado. Ela nos permite entender as motivações, articulações, mobilizações e conquistas daqueles que, muitas vezes, foram invisibilizados pela **narrativa oficial**.

Para isso, nos inspiramos no historiador E.P. Thompson, que dizia que a História é feita pelas experiências do povo. E é isso que desejamos fazer: usar essa história para aprender mais sobre o nosso passado e refletir sobre o presente.

Narrativa oficial: Pode ser entendida com uma versão dos fatos históricos comprometida com os grupos dominantes da sociedade, consagrada e divulgada como única versão dos acontecimentos.

Além do que dissemos, motivos mais que suficientes para a produção deste material, nos últimos anos foram criadas leis que determinam a inclusão de conteúdos na educação básica sobre os segmentos aqui representados, mas com abordagens que reconheçam o protagonismo de mulheres, negros e indígenas.

INTRODUÇÃO

Estou me referindo a Lei nº 10.639/2003, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na rede de ensino básica, a Lei 11.645/2008, acrescentou o estudo da História e Cultura Indígena no Ensino Fundamental e Médio e a mais recente, a Lei nº 14.986/2024, estabeleceu a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História na Educação Básica. É importante reafirmar que as leis mencionadas são conquistas dos sujeitos históricos subalternizados, em mais uma demonstração de seu protagonismo na sociedade.

SUMÁRIO

INSURGENTES: MULHERES, NEGROS E INDÍGENAS NA GUERRA DOS CABANOS

CAPÍTULO I p. 08

PROTAGONISTAS DA
GUERRA DOS CABANOS

CAPÍTULO II p. 20

A GUERRA DOS CABANOS

CAPÍTULO III p. 26

PERÍODO REGENCIAL



JOSÉ AILTON DOMINGOS SOARES

CAPÍTULO

I

PROTAGONISTAS DA
GUERRA DOS CABANOS

“

Escritores descreviam-nos
Como tais salteadores,
Como jagunços, facínoras,
Carregavam seus teores,
Mas diante desses tratos
Eles mostravam com fatos
Os seus fins libertadores.

(Medeiros Braga)

”



► Fonte: Imagens do autor.

Este capítulo fala sobre os/as protagonistas da **Guerra** dos Cabanos, uma revolta do Período Regencial que contou, desde o começo, com a presença de homens pobres, escravizados, ex-escravizados e mulheres. Essas pessoas se juntaram para reivindicar direitos para todos/as. Cada grupo tinha seus próprios

Guerra: “É estado de conflito armado entre vários grupos políticos constituídos, como Estados Nacionais. Isso implica que a guerra acontece entre nações ou governos e não entre indivíduos ou famílias”.

interesses, mas se uniram pela oportunidade que surgiu na transição do Primeiro Reinado para a Regência.

E não era só trazer Dom Pedro I de volta ao trono ou restaurar uma monarquia centralizada. Não, não! O

povo subalternizado tinha outras pautas: acesso à terra para os homens livres e lavradores pobres, liberdade para os escravizados, direito de permanência nos aldeamentos para os povos indígenas e reconhecimento e visibilidade para as mulheres guerreiras. Ou seja, era uma luta por direitos básicos e por um lugar ao sol!

A imagem que abre o capítulo é parte do monumento aos cabanos, que fica na cidade de Maragogi, em Alagoas. Mas fica ligado: dá para notar que as mulheres não aparecem ali. E, infelizmente, isso não é surpresa, já que elas foram praticamente apagadas dos documentos oficiais da época e da **historiografia** tradicional, que tava toda dominada pelo pensamento **patriarcal** daquele tempo.

historiografia: Conjunto de obras sobre determinada época, fatos do passado ou personalidades históricas.

Patriarcal: O termo patriarcal refere-se ao patriarcado, forma de organização social em que o pai exerce o poder sobre os demais membros da família.

Mas, felizmente, a produção historiográfica recente tá aí para desmistificar essa ideia de que as mulheres não fizeram história. Como descobriremos mais pra frente, elas estavam lá, botando para quebrar e lutando pelos seus direitos. Então, bora lá conhecer essas histórias incríveis e dar o devido reconhecimento a quem merece!

MULHERES

Já está na hora de desconstruirmos essa história de que as mulheres na Guerra dos Cabanos eram coadjuvantes, porque, turma, isso é puro papo furado! O discurso oficial tentou colocar as mulheres num cantinho, como se fossem acompanhantes dos homens. Vamos combinar: isso não reflete nem um pouco o que elas fizeram na guerra. A realidade é que elas mandaram muito bem no conflito. Elas eram guerreiras, combatentes, ou, para usar um termo que combina com o estilo dos cabanos, eram guerrilheiras de respeito!

A Lauriana Maria, conhecida como Lula, é um exemplo disso. Ela não era só a companheira do Vicente Ferreira de Paula, um dos articuladores do movimento. Não, não! Ela também botava pra quebrar na mobilização popular para o enfrentamento. Mas, claro, como a maioria dos livros sobre a Cabanada foi escrita por homens em épocas mega machistas, não é surpresa que o papel das mulheres tenha sido diminuído ou até ignorado. Mas a gente não cai mais nessa, né?

E olha o que elas faziam: além de lutar, elas cuidavam dos roçados, preparavam a farinha (que era a base da alimentação dos cabanos) e garantiam a sobrevivência de todo mundo. Ou seja, sem elas, o bagulho ia ficar muito mais complicado. Cuidar da comida, lutar contra os inimigos e ainda ajudar os feridos? Isso não é papel de coadjuvante, é de protagonista! Elas estavam lá, no meio do confronto, lutando de igual para igual.

Logo, chega de procurar heróis ou heroínas como se fossem personagens de filme. A Guerra dos Cabanos não foi um movimento simples, mas nele as mulheres mostraram força, criatividade e resiliência pra caramba. Elas estavam presentes e foram decisivas no conflito. Então, é isso: mulher na guerra, é guerreira!



► Vicente Ferreira de Paula e sua destemida mulher Lauriana Maria, conhecida como Lula.

POVOS INDÍGENAS

Agora é a vez de falar sobre o envolvimento de povos indígenas na Guerra dos Cabanos. Ao contrário do que muita gente pensa, os indígenas não tiveram um papel secundário nessa história, nem entraram na parada pelos brancos. Não, não! Os representantes indígenas sabiam muito bem o que estavam fazendo e entendiam o jogo de interesses que rolava na época. Eles entraram no conflito para defender seus direitos e garantir suas conquistas. Ou seja, foram protagonistas do próprio destino!

Os indígenas que participaram ativamente dessa guerra moravam em aldeias reconhecidas pelo Estado, como as aldeias de Barreiros, em Pernambuco, e Jacuípe, em Alagoas. Eles eram tão importantes no conflito que tanto os rebeldes (os cabanos) quanto o governo queriam eles do seu lado. Afinal, quem conhece

as matas como ninguém? Os indígenas, né? Ter eles como aliados era ganhar um mapa completo do jogo, o que podia garantir a vitória. E para convencer os indígenas a entrar na briga, os dois lados ofereciam um monte de vantagens: grana, garantia de permanência nas terras e outros benefícios. Era como um leilão de alianças no meio de uma guerra!

No começo da treta, os indígenas de Barreiros (PE) ficaram do lado do governo, ajudando a reprimir os cabanos. Mas, no meio do conflito, deram uma reviravolta e decidiram apoiar os rebeldes. Isso mostra que eles estavam ligados nos seus interesses e nas suas lutas específicas. Não era apenas uma questão de escolher o lado, mas de garantir que suas necessidades e direitos fossem respeitados. Ou seja, eles estavam jogando o jogo político com maestria!

Enfim, indígenas não eram peões no xadrez . Eles sabiam o que queriam e lutaram por isso, seja do lado do governo, seja do lado dos cabanos. Eles eram os conhecedores do terreno e, por isso, peças-chave nesse tabuleiro de guerra.

OS NEGROS

“

Os escravos libertados
Desses trabalhos cruéis
Eram todos conhecidos
Por nome de “Papa-Méis”,
Na luta por liberdade
Denotavam com vontade
Que a ela eram fiéis.

(Medeiros Braga)

”

Chegou o momento de conhecermos uma fase da Cabanada que foi muito intensa: o jogo mudou de patamar quando a participação dos negros deu um gás extra na **revolta**, mostrando que a luta era mesmo por condições básicas de sobrevivência. E nessa fase, os negros “papa-méis”, liderados pelo cara Vicente Ferreira de Paula, mandaram muito bem!

Revolta: “São manifestações populares de insatisfação, em geral de caráter mais efêmero, um protesto contra os aumentos de preços, por exemplo. São muitas vezes espontâneas e sem organização sistemática e, de modo diferente das revoluções, não chegam a alterar as estruturas sociais”.

Naquela época, os negros eram praticamente 100% da mão de obra nos engenhos. Imagina o prejuízo financeiro que as fugas constantes causavam nos bolsos dos senhores de engenho? Eles ficavam furiosos da vida e acusavam Vicente Ferreira de ser um “ladrão de escravos”, um criminoso. Mas, para quem fugia e ia viver no meio das matas, Vicente era uma referência. Ele tinha até uma guarda pessoal formada por esses negros fugidos, que viviam nas matas e sabiam explorar tudo que ela oferecia: plantações, animais, casas, roçados e água. Ou seja, eles conheciam o terreno como ninguém! E por que o nome “papaméis”? Porque esses guerreiros se alimentavam de mel silvestre, que tinha aos montes nas matas. Era uma espécie de lanche natural e energético para manter o pique da resistência!

Ah, e tem mais: o lugar onde rolavam os combates da Guerra dos Cabanos era o mesmo território onde os negros “**mucambeiros**” (sobreviventes do Quilombo dos Palmares) viviam.

Mucambeiros: Segundo Dirceu Lindoso, eram negros remanescentes do Quilombo dos Palmares que se refugiavam nas matas e viviam em mucambos, ou seja, habitações precárias, deste o início da colonização. Os negros papa-méis eram remanescentes dos negros mucambeiros de Palmares.

Ou seja, as matas eram mais que esconderijo, representavam um espaço de liberdade e resistência. Era ali que os escravizados encontravam um respiro do cativeiro e a chance de lutar por uma vida digna.

Então, os negros papa-méis botaram para quebrar na Cabanada, e mostraram que as matas eram muito mais que um refúgio. Era o palco da resistência em nome da liberdade. E Vicente Ferreira de Paula? Esse cara era o jogador que todo mundo queria ter no seu time!

VICENTE FERREIRA DE PAULA

Se liga aí! Chegou o momento de conhecer um pouco mais sobre Vicente Ferreira de Paula, o homem responsável por representar o povo quando o movimento começou a ganhar força como uma revolta de massas. Ele foi o responsável por transformar o movimento em algo maior, deixando de lado a ideia de trazer o exImperador de volta ao trono e focando em pautas que davam calafrios nas elites rurais: acesso à terra e o fim da escravidão. Ou seja, ele botou o povo para lutar pelos direitos básicos que eram negados por um grupo que só pensava em lucro. E olha que isso não era brincadeira, viu? A elite tava morrendo de medo desse levante de despossuídos unidos e com fome de justiça!

Mas a história do Vicente não para por aí, não. Depois que a guerra acabou, ele fundou uma vila chamada Riachão do Mato, mostrando que ele era um sujeito de guerra, mas também pensava em construir coisas novas. Em 1844, ele ainda meteu o pé na política alagoana e invadiu Maceió para defender um dos partidos em disputa. Imagina o cara chegando com tudo na capital? Era puro estilo “cheguei para fazer história”!

E tem mais: em 1848, ano da Revolução Praieira, ele aproveitou a confusão geral para dar mais trabalho para as autoridades. Ele atacou propriedades e, claro, continuou com seu hobby favorito: “roubar escravos”.

Na verdade, ele tava libertando a turma dele, mas os donos de engenho obviamente não viam com bons olhos. Vicente era o tipo de cara que nunca sossegava e sempre tava pronto para afrontar o sistema.

“

**“Sumido o líder maior,
Vicente de Paula Ferreira,
Ressurgiria mais tarde
Levantando uma bandeira
Ao lado de Pedro Ivo,
Destemido, combativo,
Na Revolução Praieira”.**

(Medeiros Braga)

”

Então, fica ligado! Vicente Ferreira de Paula foi o cara que, além de articular as ações na Cabanada, continuou brigando pelos seus ideais mesmo depois da guerra. Ele era o cara que botava medo nas elites e dava esperança aos despossuídos. E aí, curtiram o estilo desse personagem fora do comum? Ele era pura atitude!



CAPÍTULO

II

A GUERRA DOS
CABANOS (1832-1835)

“

Nessa guerra desregrada
Sem ter na justiça fé
Os cabanos escolhiam
A forma mais justa até:
Ou viver livre nas matas
Ao belo som das cascatas
Ou de corrente aos pé.

(Medeiros Braga)

”

Que tal se jogar momento histórico que foi a Guerra dos Cabanos, mas com um toque de humor e dinamismo para deixar a coisa mais interessante. Então, segura aí!

No começo do Período Regencial, Pernambuco e Alagoas ainda estavam meio que presos no tempo, com uma vibe bem colonial. Mas Recife começou a dar uma repaginada com a abertura dos portos e a independência, o que fez surgir um pessoal novo: uma pequena burguesia comercial e uma classe média cheia de pequenos comerciantes, artesãos e funcionários públicos. Já no campo, o esquema era mais ou menos assim: de um lado, os donos de engenho, cheios da grana; do outro, os escravizados e os homens livres que

dependiam dos ricos para sobreviver. Um cenário bem desigual, né?

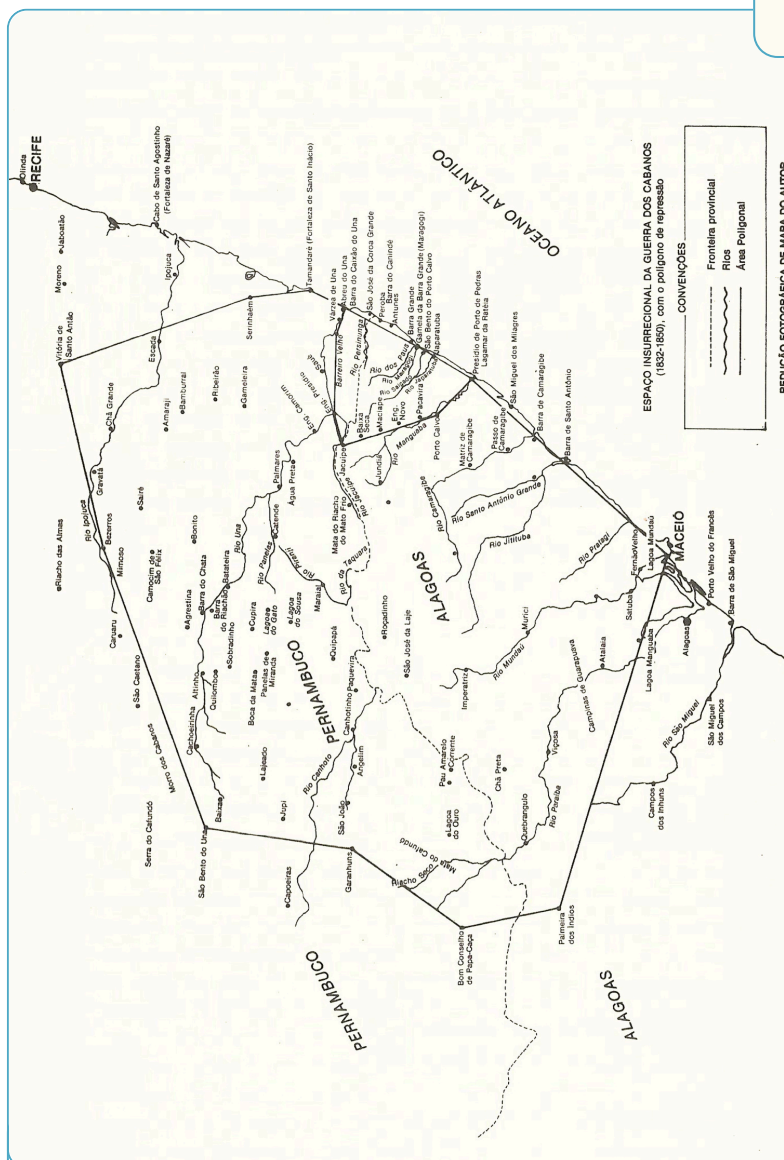
Em 1832, aconteceu a Abrilada, uma revolta em Recife liderada por Francisco José Martins. O plano era tirar o presidente da província, Francisco de Carvalho Paes de Andrade, e o comandante das armas do poder. Quanto ao nome? Simples, foi em abril. A revolta durou quase uma semana, mas no final foi derrotada. Os líderes principais conseguiram fugir e se esconder no interior da província. E olha virada: em Vitória de Santo Antão, o capitão-mor Domingos Lourenço Torres Galindo deu armas para a população, mas, quando viu que o movimento tinha sido abafado na capital, ele deu no pé e foi para zona da mata sul. Lá, ele convenceu o seu aliado Antônio Timóteo de Andrade, um pequeno proprietário de terras que já tinha lutado na Confederação do Equador (em 1824), a entrar na parada. E adivinha? Antônio Timóteo ainda lutou ao lado dos indígenas de Jacuípe durante a Cabanada. Ou seja, o cara era um verdadeiro guerreiro multitarefa!

Mas, a Guerra dos Cabanos começou mesmo com as ações de Domingos Lourenço Torres Galindo, que levou o conflito ao interior e foi atrás de apoio de lideranças locais que também estavam revoltadas com as decisões do governo regencial. Com a ajuda de Antônio Timóteo, os indígenas de Jacuípe entraram no movimento, e aí o negócio ganhou força total.

A Cabanada teve várias fases. No começo, foi liderada por senhores de engenho que tinham perdido privilégios depois da Abdicação de D. Pedro I e da criação da Regência pelos liberais moderados. Mas, conforme a participação popular foi aumentando e novas reivindicações surgiram, o movimento foi ganhando um caráter social de uma revolta popular. Isso deixou as elites regionais, que tinham começado a guerra, com o pé atrás, porque o povo tava começando a mandar também.

Ah, e o nome Cabanada? Veio do fato de que os protagonistas moravam em cabanas simples às margens dos rios ou no meio das matas, no Norte de Alagoas e no Sul de Pernambuco. O mapa da guerra mostra que os combates rolaram desde o litoral até o agreste e partes do sertão, cobrindo uma área que ia de Pernambuco a Alagoas. Ou seja, foi um conflito que tomou uma baita região!

ONDE ACONTECEU? MAPA DO CONFLITO:



► Fonte: LINDOSO, Dirceu. Op. Cit., p. 436.

Fica ligado! A Guerra dos Cabanos foi cheia de reviravoltas, com lideranças que iam desde senhores de engenho até indígenas e populares. E o mais legal? O movimento começou com uma elite inconformada, mas virou uma revolta social que botou medo até nos caras que tinham começado a bagunça. História é não é água parada, ela é cheia de surpresas e reivindicações por justiça!

Os cabanos por três anos
Resistiram à repressão
Com táticas de guerrilhas
Em ataque ou evasão
Naquelas áreas sombrias
Denotavam as ousadias
Que se via em cada ação

(Medeiros Braga)

”

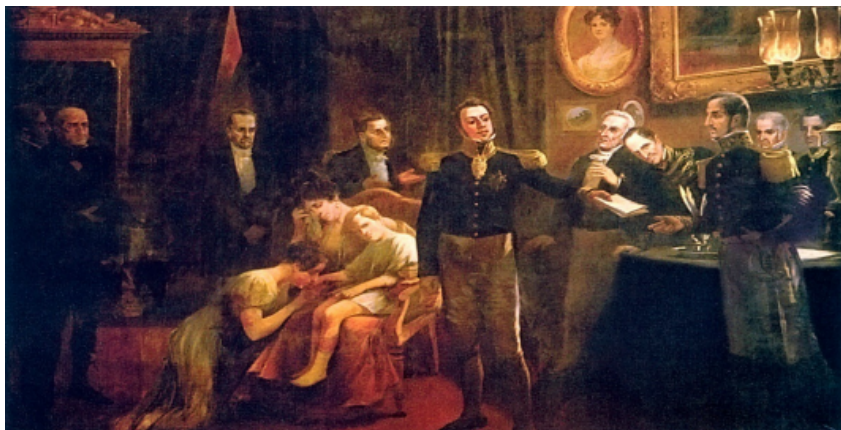
“



CAPÍTULO

III

PERÍODO
REGENCIAL



► Quadro de Aurélio de Figueiredo, Abdicação de Dom Pedro I, 1911.
Fonte: <https://multirio.rio.rj.gov.br>. Acesso em 18 mai. 2025.

Começamos falando desse quadro que retrata um momento histórico ultraimportante para o Brasil: a Abdicação do Imperador Dom Pedro I. Na tela, dá para ver Pedro I entregando a carta de Abdicação ao major Miguel de Frias e Vasconcelos, enquanto nove senhores observam tudo com uma cara de “o que será que vai rolar agora?”. E não para por aí: tem também duas mulheres e uma criança na cena. Quem é a criança? Nada mais, nada menos que o futuro imperador Dom Pedro II, no colo da mãe, enquanto outra mulher beija a mão dele. Fofura? Nem tanto, porque o que vem depois é pura turbulência!

Esse ato que o quadro mostra deu início ao Período Regencial, um período de nove anos que foi uma disputa política sem fim. Imagina: rebeliões pipocando

de Norte a Sul do Brasil, a unidade nacional balançando e muita gente nos cantos mais distantes do país ligadíssima nas mudanças políticas. O povo tava atento e pronto para entrar em cena por seus interesses e direitos fundamentais. Foi um momento em que o Brasil mostrou que não tava brincando de ser nação, visse?

Então, o quadro é como um “antes e depois” da história do Brasil. De um lado, Dom Pedro I passando o bastão (ou melhor, a carta), e do outro, um país que ia entrar numa fase cheia de agitação, com muita mobilização popular.

PERÍODO REGENCIAL

No Brasil, como se diz “de tédio ninguém morre”, mas esse período da nossa história tão agitado que parecia um “caos organizado”: o Período Regencial. Mas antes, precisamos voltar um pouco no tempo, até o Primeiro Reinado (1822-1831), que começou depois da Independência do Brasil. Esse período foi cheio de altos e baixos para o nosso primeiro Imperador, Dom Pedro I. O cara era um absolutista, ou seja, gostava de mandar e desmandar, mas enfrentou um monte de crises políticas, econômicas e sociais. Para vocês terem uma ideia, teve a Confederação do Equador (1824), uma revolta federalista no Nordeste, e a Guerra da Cisplatina (1825-1828), que além de causar uma tensão política

danada, ainda deixou o país mais endividado. Ou seja, foi um período bem conturbado!

Com insatisfação tanto da corte quanto das elites provinciais, Dom Pedro I não teve muita escolha a não ser abdicar do trono em 1831. Tinha um probleminha, tá ligado! O herdeiro, Dom Pedro II, era uma criança. E aí, como fazer? A solução foi seguir o que dizia a Constituição de 1824: escolher regentes para governar até o pequeno Pedro crescer. E assim começou o Período Regencial (1831-1840), que foi um “intervalo” na história do Brasil.

Agora, imagina a cena: a Assembleia, que deveria escolher os regentes, tava em recesso. E aí? A solução foi reunir os parlamentares que estavam por perto e, junto com dois ministros que Dom Pedro I tinha acabado de nomear, eleger a Regência Trina Provisória. Sim, o nome já diz tudo: era provisória e durou pouco, mas tomou decisões importantes para segurar as pontas, enquanto o país entrava num período cheio de rebeliões e instabilidade.

Então, pessoal! Período Regencial foi um “quebragalhaço” na política brasileira. Dom Pedro I saiu de cena, o herdeiro era uma criança, e o país ficou nas mãos de regentes enquanto tentava barrar o avanço de um monte de crises. Foi um momento de confusão, caos e desordem, acompanhado muita mobilização popular e mudanças importantes.

GRUPOS POLÍTICOS DO PERÍODO REGENCIAL

E aí, turma! Esse período da história do Brasil parecia um "reality show político": Tinha um monte de grupos políticos brigando pelo poder, mas não era como os partidos que a gente conhece hoje. Na verdade, a ideia de partido político nem era muito bem-vista, sabe?

Mas, ao longo da Regência, as coisas foram mudando, tanto que até a ideia de partido político, foi perdendo aquela conotação negativa. A historiografia apontou que existiam basicamente três grupos nessa disputa:

Os Conservadores

Também conhecidos como Restauradores ou Caramurus. Eram os caras que queriam manter as coisas como estavam ou até trazer Dom Pedro I de volta ao poder, como se pensassem: "Antigamente era melhor".

Os Liberais moderados

Esses eram mais na pegada "Mudar, mas sem radicalismo". Queriam reformas, mas sem abalar muito as estruturas.

Os Liberais Exaltados

Esses eram os “radicais” da época. Queriam mudanças profundas rapidamente. Algo do tipo: “Chega de papo, é fogo no parquinho!”

A sociedade do Período Regencial não vivia apenas de política. Havia um monte de associações, que representavam as pessoas e os mais diversos interesses da época. Tinha de tudo um pouco: sociedades literárias, pedagógicas, artísticas, científicas, econômicas, corporativas, filantrópicas e até de auxílio mútuo.

O Período Regencial foi uma época de muita disputa política, mas também de muita diversidade nas formas de organização social. Tinha grupo para todo lado, cada um com sua ideia, mas sempre atentos as mudanças e prontos também para mudar de lado em nome de seus interesses políticos.

CONSERVADORES/RESTAURADORES OU CARAMURUS

Quem eram os caramurus? Foi o grupo político conservador que marcou o Período Regencial com suas ideias, com um nome bem peculiar! Mas antes, quem eram esses caras? Eles eram basicamente um mix de comerciantes portugueses, funcionários públicos, militares e, infelizmente, traficantes de escravizados. Um time bem diverso, né? Agora, e nome Caramuru? Sabe de onde veio isso? O nome pegou por causa de um dos jornais do grupo, chamado O Caramuru, que era um dos muitos que eles produziram durante a Regência, especialmente entre 1832 e 1833. E olha só, eles eram os reis da mídia impressa na época! E o que eles defendiam? Os caramurus eram fãs da Constituição de 1824, que para eles já era liberal o suficiente e representava a salvação do Brasil. Mas não apenas: eles não queriam só trazer Dom Pedro I de volta ao trono. Não, não! Eles sonhavam com uma **monarquia** forte, centralizada e nacionalista.

Monarquia: Sistema político que reconhece um monarca eleito ou hereditário como chefe do Estado. Nas monarquias constitucionais, os governantes não têm poder absoluto. Nesse modelo, poder é controlado pelo parlamento (poder Legislativo) e limitado pela Constituição, que estabelece os direitos e deveres.

Ou seja, queriam um império poderoso, com um líder que mandasse e desmandasse, mas sempre pensando no Brasil.

Basicamente, os caramurus eram o grupo dos conservadores que curtiavam uma monarquia forte e adoravam a Constituição de 1824. Eles tinham um jornal que virou praticamente o nome do grupo, e eram super ativos na cena política da época.

LIBERAIS MODERADOS

Agora é a vez dos Liberais Moderados, o grupo político que era o “equilibrista” do Período Regencial. Eles tinham uma ideia bem clara: buscar o equilíbrio entre as mudanças que o povo queria e a manutenção da ordem, ou seja, eles não eram de radicalismos, mas também não queriam ficar parados no tempo. Eles defendiam reformas políticas e sociais, mas sempre de forma gradual, como quem diz: “Calma que o buraco é mais embaixo”.

A preocupação dos liberais moderados era garantir que as mudanças não virassem uma bagunça que comprometesse a estabilidade e a unidade do país. Eles entendiam que o Brasil era um castelo de cartas: qualquer movimento brusco e tudo podia desmoronar. Por isso, evitavam rupturas radicais que pudessem

causar uma perda de controle político. Era tudo na base do “Mudar sim, mas sem afobação”.

Durante o Período Regencial, os liberais moderados enfrentaram um monte de desafios: instabilidade política, rebeliões nas províncias e tensões entre grupos rivais. Mas a abordagem deles era gradual e conciliatória, por isso, promoveram reformas institucionais para fortalecer o Estado.

LIBERAIS EXALTADOS

Chegou a hora dos liberais exaltados, também conhecidos como Jurujubas e Farroupilhas. Esse grupo era uma “salada mista” de vários segmentos da sociedade: tinha desde proprietários rurais e profissionais liberais até militares, padres, funcionários públicos e médicos. Ou seja, era um time bem diversificado!

Os exaltados eram os “radicais” da época. Eles defendiam direitos sociais que os moderados deixavam de lado, como direitos para mulheres e negros. Além disso, eles sonhavam com a República como o regime ideal para o Brasil. E não parava por aí: eles também valorizavam a soberania popular, uma ideia que caiu no gosto da parcela mais pobre da população, tanto nas cidades quanto no campo.

Durante o Período Regencial, os exaltados estiveram envolvidos em várias revoltas, sempre botando lenha na fogueira das mudanças. Eles eram aqueles caras que não tinham medo de levantar a voz pelo que acreditavam, mesmo que isso significasse enfrentar as elites.

No fim das contas, os liberais exaltados eram os “rebeldes com causa” do Período Regencial, eles lutavam por direitos sociais, sonhavam com a República e valorizavam a soberania popular.

CONCLUSÃO

Falamos sobre a Guerra dos Cabanos, um movimento que aperreou a elite provincial de Alagoas e Pernambuco quando mulheres, indígenas e negros reagiram as opressões e injustiças durante o Período Regencial. O que esse movimento teve de mais relevante foi a intensa participação popular. Gente que vivia em condições super desfavoráveis viu a chance e aproveitou as tretas entre os poderosos para buscar por uma vida melhor.

Por anos, a história pintou a Guerra dos Cabanos como uma rebelião de pobres a serviço dos interesses da elite econômica. E ainda por cima, diziam que a população não tinha consciência política, como se

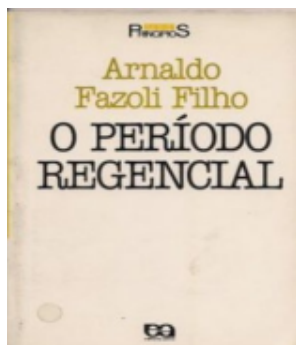
fossem mas sa de manobra. Mas, quando esses grupos reagiram e enfrentaram as forças do governo de igual para igual, foram chamados de arruaceiros, bandidos, criminosos, selvagens e facínoras. Mas, calma lá! Não podemos ficar parados nessa visão.

O objetivo deste caderno temático foi justamente destacar o protagonismo dos segmentos populares, representados por mulheres, indígenas e negros. Mesmo com interesses específicos, eles estavam unidos contra uma ordem social injusta que os oprimia. A Guerra dos Cabanos não ganhou esse nome à toa. Ele é uma prova incontestável de que as pessoas pobres souberam reagir no momento que lhes pareceu mais propício. Como disse o historiador Marcos Morel (2003), “rebelar e revelar já foram uma só palavra”. E a Guerra dos Cabanos revelou práticas, propostas e protagonismos de agentes históricos que foram silenciados por muito tempo.

A Guerra dos Cabanos foi muito mais do que uma briga de elites. Foi um movimento onde indígenas, negros e mulheres mostraram que estavam dispostos a lutar por uma vida melhor, mesmo em condições super desiguais.

História pode ser complexa, mas pode ser contada com um toque de humor para deixar tudo mais leve!

APOIO PEDAGÓGICO PARA PROFESSORES(AS)



FAZOLI FILHO, Arnaldo. O Período Regencial. São Paulo: Ática, 1990.

A obra investiga os diversos interesses políticos e sociais que se confrontaram durante a formação do Estado brasileiro no período regencial, analisando os papéis desempenhados pelos diferentes atores.



FREITAS, Décio. Os guerrilheiros do Imperador. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

O livro narra detalhadamente a Guerra dos Cabanos, passando por todas as fases, dedicando-se também à análise das motivações dos conflitos e participação de seus principais personagens.



BRAGA, Medeiros. A Guerra dos Cabanos. Cordell. 2021.

A Guerra dos Cabanos é narrada detalhadamente neste cordel. O autor demonstra conhecimento do tema apresentando todo contexto histórico anterior ao conflito, realçando os protagonismos dos segmentos populares e a atuação do líder Vicente Ferreira de Paula.

APOIO PEDAGÓGICO PARA PROFESSORES/AS



A Viagem de Pedro. Direção: Laís Bodanzky Brasil, 2022. 97 min.

O filme apresenta a viagem de Dom Pedro I, rumo a Portugal em 1831 após a Abdicação. Durante a jornada, o ex Imperador reflete sobre seu governo, revendo erros e acertos. Na obra, Pedro I é representado como um homem inseguro e perturbado por lembranças do passado.



Uma história de amor e fúria. Luiz Bolognesi. Brasil, 2013, 75 min.

Animação que conta a história de um guerreiro indígena imortal. O enredo mostra vários momentos importantes da História do Brasil, inclusive as revoltas do Período Regencial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula: Capitão de todas as matas**. Maceió: Edufal, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

FAZOLI FILHO, Arnaldo. **O Período Regencial**. São Paulo: Ática, 1990.

BRAGA, Medeiros. **A Guerra dos Cabanos**. Cordel. 2021

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada: rebelião de pobres nas Matas do Tombo Real**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sob a “sombra” de Palmares: escravidão, memória e resistência na Alagoas oitocentista**. 2018. 375 f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

MOREL, Marco. **O Período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

REFERÊNCIAS

TAVARES, Ismélia da Penha Balduce. **Mulheres na Guerrilha: práticas e estratégias femininas na guerra dos cabanos Alagoas e Pernambuco (1832-1850)**. Dissertação (Mestrado em História) 2020. 110 f. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848)**. 2015. 321 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

MOREL, Marco. **O Período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do Imperador**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Caderno Temático para os anos
finais do Ensino Fundamental

INSURGENTES:

MULHERES, NEGROS E INDÍGENAS NA GUERRA DOS CABANOS

JOSÉ AILTON DOMINGOS SOARES

Caderno Temático para a
Educação de Jovens e Adultos – EJA

**MULHERES,
NEGROS E
INDÍGENAS NA
GUERRA DOS
CABANOS**

JOSÉ AILTON DOMINGOS SOARES

APRESENTAÇÃO

Este Caderno Temático vai mostrar a participação popular na Guerra dos Cabanos, que ocorreu em Pernambuco e Alagoas entre 1832-1835, destacando os protagonismos das mulheres, negros e indígenas, durante um período de grandes mudanças no Brasil.

A **historiografia** oficial retratou os participantes desse movimento como desordeiros, bandoleiros, marginais, selvagens e alienados. Veremos que homens e mulheres foram protagonistas porque se mobilizaram por seus ideais, contrariando as versões oficiais presentes nos documentos que apresentam uma única narrativa.

Historiografia: Conjunto de estudos históricos, produzidos por historiadores, sobre uma época, fatos do passado e personagens históricos.

Este trabalho cumpre, de certo modo, com o dever da memória, ou seja, a obrigação do historiador em não deixar cair no esquecimento a atuação dos sujeitos históricos que tiveram sua participação silenciada e

invisibilizada por narrativas dominadas por figuras masculinas e, predominantemente, brancas. O período em destaque neste trabalho teve importância não apenas local, mas de abrangência nacional, visto que o momento aqui analisado ocorreu em consonância com outros acontecimentos de igual porte em diversas partes do país, foram momentos cruciais para a formação do Brasil, enquanto nação soberana. Logo, recontar essa história de uma perspectiva favorável a quem protagonizou esses

eventos torna-se ainda mais relevante, não se tratando de conhecer os fatos enquanto curiosidades históricas, mas recolocar o debate, frente às desigualdades e preconceitos persistentes na nossa sociedade.

Nesse sentido, é também uma tentativa de reconhecimento do direito à memória por parte de um segmento colocado à margem ou em notas de rodapé da historiografia, negando um direito fundamental para a construção de identidades coletivas.

Os sujeitos históricos coletivos representados neste trabalho têm direito à memória, não porque foram vítimas de um sistema que os excluía, mas porque foram agentes de seus destinos, negociando quando possível e se insurgindo quando necessário contra a ordem injusta e opressora na qual estavam inseridos.

Se não revisitamos o passado para recontar a história, conforme um olhar diferenciado para os subalternizados, incorremos no erro de reafirmar a história dita oficial, que os retrata como passivos perante as violências cometidas em nome da ordem social e contra a desintegração territorial do país.

A Lei 10.639/2003, estabeleceu a obrigatoriedade de inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial das redes públicas e privadas de ensino fundamental e médio, tem sido um instrumento importante para afirmar o direito à memória da população negra, garantindo que sua história não seja esquecida, mas que tenha seu protagonismo destacado no ensino básico

para as novas gerações, resgatando valores e saberes ancestrais. Portanto, trata-se de uma legislação que contribui o combate as manifestações de racismo ainda presentes em nossa sociedade.

Seguindo a mesma orientação que a Lei 10.639/2003, em 2008 foi sancionada a Lei 11.645, que determinou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, ou seja, acrescenta à temática afro, a questão indígena, como conteúdo obrigatório a ser ensinado nas escolas públicas e privadas da educação básica do Brasil. O reconhecimento da importância dos povos originários para história do nosso país é, sem dúvida, assegurar o direito à memória para centenas de povos indígenas que lutam para sobreviver em meio a ataques aos seus direitos fundamentais, como por exemplo, o acesso à terra.

Para completar a tríade legislativa em defesa do direito à memória por parte dos sujeitos representados nesse trabalho, em 2024, foi aprovada a Lei 14.986, que incluiu a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Uma lei como essa, mais que reconhecimento, é o resultado de mobilizações para equalizar injustiças sociais cometidas ao longo de século contra as mulheres e meninas brasileiras. Este segmento é, talvez, o mais invisibilizado na

historiografia oficial, sempre que foi pautado na esteve à sombra da figura masculina ou teve seu protagonismo silenciado ou inferiorizado, como se não fosse agente de sua própria história ou suas contribuições não tivessem o mesmo valor. Assim, sendo, as três leis aqui mencionadas e sua aplicação no cotidiano escolar pretendem reposicionar os sujeitos subalternizados representados neste trabalho para que ocupem o lugar de destaque que a história oficial lhes negou. Logo, esse trabalho é uma contribuição nesse processo educacional de revalorização de mulheres, indígenas e negros.

Vamos ver como as pessoas estavam envolvidas no contexto sociopolítico do **Brasil Império**, como elas resistiram utilizando as armas que tinham à disposição, mostrando união, mesmo havendo interesses específicos entre o segmento popular, reinterpretando as ideias políticas circulantes, com base na sua própria experiência.

Brasil Império: A História do Brasil obedece, em geral, à seguinte divisão: Pré-História do Brasil, período anterior a 1500. Brasil Colônia, de 1500 até 1822. Brasil Império, de 1822 até 1889. Brasil República, de 1889 até os dias atuais.

Espero que este material contribua para compreendermos a importância da Guerra dos Cabanos no conjunto das **rebeliões** do Período Regencial. Desejamos que ele seja uma ferramenta para despertar o interesse por um momento da história nacional que teve por cenário Pernambuco e Alagoas, durante a formação do Império e consolidação da Independência.

Rebelião: É a ação e o efeito de se rebelar. Este verbo, por sua vez, está associado ao ato de apresentar resistência, tornar-se rebelde, insurgir-se ou faltar à obediência devida.

INTRODUÇÃO

O campo do conhecimento chamado História resulta de milhares de histórias individuais, que envolvem conquistas, perdas e sonhos. Muitas vezes, essas histórias foram silenciadas e os protagonistas esquecidos ou tiveram a participação deturpada pelos vencedores.

Este caderno pretende evidenciar a importância de contar a História “de baixo para cima”, compartilhando a voz dos que foram silenciados ou postos à margem. Vamos explorar a fundo a Guerra dos Cabanos (1832-1835), uma verdadeira explosão de mobilizações por justiça e direitos em Pernambuco e Alagoas, demonstrando que a História não é feita apenas pelos vencedores, mas também, e principalmente, pelas pessoas comuns.

Destacaremos quem realmente protagonizou essa grande mobilização popular: mulheres, indígenas, negros libertos e escravizados, pessoas pobres em geral, gente que foi deixada de lado nas **histórias oficiais**. Investigando as experiências dessas pessoas, podemos entender seus motivos e reconhecer sua força. Afinal, a história foi construída por homens e mulheres que defenderam ideais de um mundo melhor.

História oficial: Pode ser entendida com uma versão dos fatos históricos comprometida com os grupos dominantes da sociedade, consagrada e divulgada como única versão dos acontecimentos.

SUMÁRIO

MULHERES, NEGROS E INDÍGENAS NA GUERRA DOS CABANOS

CAPÍTULO I p. **09**

PROTAGONISTAS DA
GUERRA DOS CABANOS

CAPÍTULO II p. **19**

PERÍODO REGENCIAL:
“CONFUSÃO, CAOS, DESORDEM”

CAPÍTULO III p. **26**

A GUERRA DOS CABANOS

CONCLUSÃO p. **30**

DICAS DE LEITURA p. **32**

JOSÉ AILTON DOMINGOS SOARES

CAPÍTULO

I

PROTAGONISTAS DA GUERRA DOS CABANOS

Capítulo 1: Protagonistas da Guerra dos Cabanos



► Fonte: Imagens do autor.

Este capítulo é dedicado àqueles/as que foram protagonistas da **Guerra** dos Cabanos, uma revolta do Período Regencial que a despeito de sua motivação de origem, contou desde o início com a presença de homens e mulheres.

Guerra: “É estado de conflito armado entre vários grupos políticos constituídos, como Estados Nacionais. Isso implica que a guerra acontece entre nações ou governos e não entre indivíduos ou famílias”.

Essas pessoas se articularam para os combates na defesa de interesses individuais de cada grupo, mas unidos conforme a oportunidade que surgiu na passagem do Primeiro Reinado para a Regência.

Mais que defender o retorno de D. Pedro I ao trono e a consequente restauração de uma monarquia forte e centralizada, o contingente populacional subalternizado colocou em pauta reivindicações, como acesso à terra para os homens livres e lavradores pobres; liberdade para os escravizados, direito de permanência nos **aldeamentos** para os povos indígenas e reconhecimento e visibilidade para as mulheres guerreiras.

As imagens que abrem o capítulo fazem parte do monumento aos cabanos, localizado na cidade de Maragogi em Alagoas. Chama a nossa atenção a ausência da representação feminina, mas não surpreende que assim seja, considerando que foram invisibilizadas pelos documentos oficiais do conflito e pela historiografia oficial posteriormente produzida, comprometida que estava com o pensamento **patriarcal** vigente.

Patriarcal: O termo patriarcal refere-se ao patriarcado, forma de organização social em que o pai exerce o poder sobre os demais membros da família.

Aldeamentos: foram núcleos populacionais criados pela Coroa portuguesa, principalmente entre os séculos XVI e XVIII, para reunir povos indígenas sob vigilância missionária ou administrativa, visando à catequese, ao controle social e à exploração da mão de obra.

Felizmente, a produção historiográfica recente, como veremos adiante, está desmistificando teses como a ausência das mulheres na História.

POVOS INDÍGENAS

O envolvimento de populações indígenas na Guerra dos Cabanos não foi imposição dos brancos, muito menos uma ação alienada e desinformada dos acontecimentos, ao contrário, os representantes indígenas sabiam muito bem o que estavam fazendo, pois compreendiam os jogos de interesses onde estavam inseridos. Foi na defesa de seus direitos que tomaram partido nas mobilizações.

Os povos indígenas participantes ativos nessa guerra viviam em aldeamentos reconhecidos pelo Estado, especificamente as aldeias de Barreiros (PE) e de Jacuípe (AL).

O envolvimento indígena no conflito era disputado tanto pelos rebeldes quanto pelo governo, visto que o conhecimento da região era fundamental para vencer o inimigo.

O indígena era um profundo conhecedor das matas, portanto, tê-lo como aliado representava a possibilidade de vitória. Para convencê-los a formar alianças, ambos os lados do conflito ofereciam vantagens como pagamentos em dinheiro, garantia de permanência nas terras e outros benefícios.

No começo dos combates, os indígenas do aldeamento de Barreiros (PE) se colocaram ao lado da repressão à Cabanada. No decorrer dos conflitos, mudaram de lado e passaram a defender os cabanos. Estamos falando de mobilizações por interesses comuns, mas também pela defesa de conquistas específicas para cada segmento envolvido no levante.

AS MULHERES

Sobre a participação feminina na Guerra dos Cabanos, não devemos aceitar o discurso que apresenta as mulheres na condição subalterna ou como meras coadjuvantes nas mobilizações. O discurso oficial sobre a atuação feminina minimizou a relevância da participação das mulheres no conflito, tratando-as como simples acompanhantes dos homens, para tanto, foram atribuídos, nos registros oficiais, adjetivos reforçando a fragilidade feminina como suas únicas características.

As principais referências bibliográficas sobre a Cabanada não deixaram de mencionar a presença feminina e o quanto foi importante para o desenrolar dos combates, portanto, as mulheres foram guerreiras, combatentes, ou, para usar a expressão condizente com o método de enfrentamento adotado pelos cabanos, foram guerrilheiras.

Lauriana Maria, conhecida como Lula, mais do que companheira de Vicente Ferreira de Paula, também exerceu liderança nesse movimento. Mas uma vez é preciso lembrar que a historiografia sobre a Cabanada, principalmente as obras clássicas, foram escritas por homens em épocas quando concepções machistas eram a regra. Logo, não sendo de estranhar que a presença feminina foi considerada, quando muito, apenas um papel coadjuvante.

Entre outras atividades, cabia às mulheres o cultivo dos roçados e preparação da farinha, a base da alimentação da população cabana, ou seja, o essencial para a sobrevivência de toda a população.

Se levarmos em conta apenas isso, não é possível reduzir ou apagar o protagonismo feminino nessa Guerra. Cuidar da alimentação da família, combater os inimigos, além de prestar assistência aos feridos não podem ser consideradas ações de menor importância, ao contrário, são atitudes de quem esteve no confronto combatendo em pé de igualdade.

Não devemos buscar heróis ou heroínas em acontecimentos históricos complexos, mas devemos evidenciar que no contexto de um conflito de extrema violência e precariedade, a força e criatividade femininas estiveram presentes e atuantes de modo decisivo.



► Vicente Ferreira de Paula e sua destemida mulher Lauriana Maria, conhecida como Lula.

OS NEGROS

Quando a Cabanada entrou em outra fase, a participação negra acentuou o caráter de **revolta** popular nas mobilizações por condições elementares de sobrevivência. Nessa fase do enfrentamento, teve grande relevância a atuação dos negros papa-méis sob a liderança Vicente Ferreira de Paula.

Revolta: “São manifestações populares de insatisfação, em geral de caráter mais efêmero, um protesto contra os aumentos de preços, por exemplo. São muitas vezes espontâneas e sem organização sistemática e, de modo diferente das revoluções, não chegam a alterar as estruturas sociais”.

Em uma época que os negros representavam quase 100% da força de trabalho nos engenhos, sendo, portanto, as constantes fugas causaram enorme prejuízo para os senhores, que acusavam Vicente Ferreira de roubar escravizados, ou seja, um criminoso.

Para os escravizados que fugiam para viver nas matas ao seu lado, ele representava um articulador das ações de guerrilha, que necessitava de uma guarda pessoal. Nas matas os escravizados encontravam o que precisavam para a sobrevivência: plantações, animais, casas, sítios, roçados e água, um espaço que conheciam muito bem.

Os negros que formaram a guarda pessoal de Vicente Ferreira foram chamados de papa-méis por se alimentarem de mel silvestre, alimento abundante nas matas.

O espaço geográfico onde aconteceram os combates da Guerra dos Cabanos era o mesmo em que viviam os negros **mucambeiros** sobreviventes do Quilombo dos Palmares. Portanto, para os/as escravizados/as, as matas constituíam o espaço da liberdade negada de onde era possível manter a resistência ao cativeiro.

Mucambeiros: Segundo Dirceu Lindoso, eram negros remanescentes do Quilombo dos Palmares que se refugiavam nas matas e viviam em mucambos, ou seja, habitações precárias, desde o início da colonização. Os negros papa-méis eram remanescentes dos negros mucambeiros de Palmares.

VICENTE FERREIRA DE PAULA

São escassas as informações sobre a história do homem, cuja vida é inseparável da Guerra dos Cabanos. Segundo o historiador Décio Freitas, ele teria nascido Vicente Tavares da Silva Coutinho, e tempos depois adotou o nome falso de Vicente Ferreira de Paula para fugir de uma punição militar. Nascido em 1791 em Goiana, filho de um vigário local com uma escravizada. Mãe e filho foram alforriados após seu nascimento e se mudaram para o Recife.

Aos 17 anos, ele se alistou no exército e alcançou o posto de sargento. Com a piora das condições dos soldados após a deposição de D. Pedro I, ele se convenceu de que o verdadeiro inimigo era o governo regencial. Exibindo qualidades de liderança, ele teve papel de destaque em motins nos quartéis, aprendendo que revoltas precisam de organização e disciplina. Após a morte de Antônio Timóteo, Vicente assumiu a dianteira do movimento cabano aos 41 anos. Ele foi descrito como um homem de estatura regular, compleição sólida, voz forte e imperiosa, e olhos que "faiscavam" ao falar.

Vicente Ferreira de Paula foi o articulador das ações guerrilheiras no momento no momento que a Guerra foi se tornando um movimento de massas reivindicando direitos básicos negados por uma elite recuando à medida que o movimento deixou em segundo plano a defesa da

volta do ex-Imperador ao trono e congregando todos os despossuídos da sociedade de então com pautas assombrando as elites rurais, como acesso à terra e o fim da escravidão.

A participação de Vicente na história não se resumiu ao comando do movimento cabano. Após o fim do conflito, Vicente Ferreira fundou uma povoação, conhecida como Riachão do Mato. Em 1844, se envolveu na política alagoana, ao invadir Maceió, em defesa de um dos partidos em disputa. Em 1848, ano da Revolução Praieira, voltou a afrontar as autoridades ao se aproveitar do conflito para atacar propriedades e “roubar escravos”.

CAPÍTULO

II

PERÍODO REGENCIAL:
“CONFUSÃO, CAOS,
DESORDEM”



► Quadro de Aurélio de Figueiredo, Abdicação de Dom Pedro I, 1911.
Fonte: <https://multirio.rio.rj.gov.br>. Acesso em 18 mai. 2025.

O Primeiro Reinado (1822-1831), iniciou após a Independência do Brasil, foi um período de constantes sobressaltos para o Imperador. Foi um absolutista que enfrentou crises de ordem política, econômica e social, por exemplo, A Confederação do Equador (1824) e a Guerra da Cisplatina (1825-1828), que além de criar uma grave tensão política, também provocou prejuízos econômicos, representando, inclusive, aumento da dívida externa.

Diante da insatisfação da corte e das elites provinciais, o Imperador não teve outra saída a não ser, a Abdicação. Havia a impossibilidade de seu filho assumir o comando do país, visto que ainda era uma criança. Nesse caso

a solução, como previa a Constituição de 1824, foi a escolha de regentes. Assim teve início o Período Regencial (1831-1840).

A escolha do regente era uma incumbência de deputados e senadores, ocorrendo que naquele momento a Assembleia estava em recesso, a saída encontrada para resolver a questão foi reunir os parlamentares presentes e com dois ministros recentemente empossados por D. Pedro I, eleger a Regência Trina Provisória, com curta duração, como o próprio nome indicava, mas que tomou importantes decisões.

GRUPOS POLÍTICOS DO PERÍODO REGENCIAL

Durante o Período Regencial havia diversos grupos políticos disputando o poder. Não existia a ideia de partido político como conhecemos na atualidade. De certo modo, a própria ideia da existência de tais agremiações não era vista com bons olhos. No decorrer da Regência ocorreram transformações na dinâmica da disputa pelo poder, resultando na assimilação da concepção de partido político, perdendo a conotação pejorativa anteriormente atribuída.

Em geral, a historiografia apontou a existência de três grupos: os conservadores/restauradores ou caramurus, liberais moderados e liberais exaltados.

Além das correntes políticas já mencionadas, a sociedade do Período Regencial também se expressava através de agremiações representando cada um dos atores políticos da época, as chamadas sociedades políticas, mas que não se restringiam a associações de natureza política. Havia também sociedades literárias, pedagógicas, artísticas, científicas, econômicas, corporativas, filantrópicas e de auxílio mútuo.

CONSERVADORES/RESTAURADORES OU CARAMURUS

A corrente política conservadora era composta basicamente por comerciantes portugueses, pessoas vinculadas à burocracia estatal, além de militares e traficantes de escravizados. Convém explicitar as origens do nome pelo qual ficou conhecido o grupo de conservadores e restauradores: Caramuru.

Caramuru foi o grupo que mais produziu jornais durante o Período Regencial, principalmente entre 1832 e 1833. Um dos jornais do grupo restaurador era exatamente O Caramuru. Os caramurus defendiam a Constituição de 1824, pois acreditavam que ela era liberal o bastante,

representando a única salvaguarda para o Brasil. O grupo restaurador não desejava apenas ou simplesmente o retorno do Imperador ao trono, o grupo defendia uma **monarquia** forte, centralizada e nacionalista.

Monarquia: Sistema político que reconhece um monarca eleito ou hereditário como chefe do Estado. Nas monarquias constitucionais, os governantes não têm poder absoluto. Nesse modelo, poder é controlado pelo parlamento (poder Legislativo) e limitado pela Constituição, que estabelece os direitos e deveres.

LIBERAIS MODERADOS

Os Liberais Moderados era um grupo político tendo por premissa buscar o equilíbrio entre as demandas por mudanças e a manutenção da ordem. Defendia a implementação de reformas políticas e sociais, contanto que ocorressem de modo gradual.

Reconheciam a necessidade de avanços e modernização, a preocupação dos liberais moderados era que as mudanças não comprometessem a estabilidade e a unidade nacional, evitando rupturas bruscas provocando uma perda do controle político.

Os liberais moderados enfrentaram inúmeros desafios durante o Período Regencial, incluindo a instabilidade política, as rebeliões provinciais e as tensões entre grupos

rivais. No entanto, sua abordagem gradual e conciliatória possibilitou que o país atravessasse essas crises sem rupturas drásticas. Eles buscaram promover reformas institucionais que fortalecessem o Estado e incentivaram o desenvolvimento econômico e social, mas sempre com prudência e respeito às tradições e instituições existentes.

LIBERAIS EXALTADOS

Os liberais exaltados, também conhecidos como Jurujubas e Farroupilhas, era uma composição de vários segmentos sociais: proprietários rurais, profissionais liberais, militares, padres, funcionários públicos, médicos, entre outros.

Os Exaltados defendiam direitos sociais deixados em segundo plano pelos moderados, como direitos para as mulheres e negros. Também defendiam a República como regime ideal para o Brasil. Em muitas revoltas do Período Regencial os exaltados participaram. Os liberais Exaltados defendiam a valorização da soberania popular, ideia bem recebida pela parcela mais pobre da população, seja no meio urbano ou no rural.

O Período Regencial foi muito curto, durou apenas nove anos, mas foi bastante representativo das contradições da sociedade daquela época, considerando as disputas pelo poder e articulações políticas e mobilizações sociais

envolvendo os mais diversos segmentos, desde as classes populares até as elites econômicas e políticas.



CAPÍTULO

III

A GUERRA DOS
CABANOS (1832-1835)

Após a abdicação de D. Pedro I, os liberais moderados assumiram o poder durante o Período Regencial, enquanto os liberais exaltados enfrentaram desafios.

Em Pernambuco, a notícia da abdicação demorou quase um mês para chegar, surpreendendo os apoiadores do imperador. Isso gerou movimentos de insatisfação, como a Setembrizada, a Novembrada e a Abrilada, resultando em um clima de tensão política. Muitos líderes locais temiam perder suas posições devido à sua lealdade ao imperador e às ideias absolutistas.

Durante o início do Período Regencial, a situação econômica e social em Pernambuco e Alagoas ainda refletia características do período colonial. Recife, no entanto, começou a passar por transformações com a abertura dos portos e a independência, o que levou ao surgimento de uma pequena burguesia comercial e uma classe média composta por pequenos comerciantes, artífices e funcionários. No campo, a sociedade era dividida entre proprietários de engenhos e escravizados, além de homens livres que dependiam economicamente dos proprietários ricos.

Em abril de 1832, ocorreu, em Recife, a Abrilada, uma revolta liderada por Francisco José Martins, que pretendia destituir o presidente da província de Pernambuco, Francisco de Carvalho Paes de Andrade, e o comandante das armas. Apesar de ter durado quase uma semana, a revolta foi derrotada, mas seus principais líderes, conseguiram fugir e se refugiaram com aliados no interior

da província.

Em Vitória de Santo Antão, o capitão-mor Domingos Lourenço Torres Galindo forneceu armas para a população, mas quando soube que na capital o movimento foi abafado, desistiu e foi para a zona da mata sul, chegando lá convenceu seu aliado Antônio Timóteo de Andrade a entrar no conflito. Antônio Timóteo de Andrade era um pequeno proprietário de terras que combateu a Confederação do Equador de 1824. Durante a Cabanada ele lutou ao lado dos indígenas de Jacuípe.

O início do conflito ocorreu a partir das ações de Domingos Lourenço Torres Galindo, que levou a questão para interior e buscando apoio de lideranças locais que também estavam inconformadas com as decisões do governo regencial. Através do apoio de Antônio Timóteo de Andrade, os indígenas de Jacuípe aderiram ao movimento.

Composta de diversas fases, a Guerra dos Cabanos, inicialmente, foi liderada por senhores de engenho que haviam perdido privilégios quando da Abdicação de D. Pedro I e a criação da Regência sob o comando dos liberais moderados.

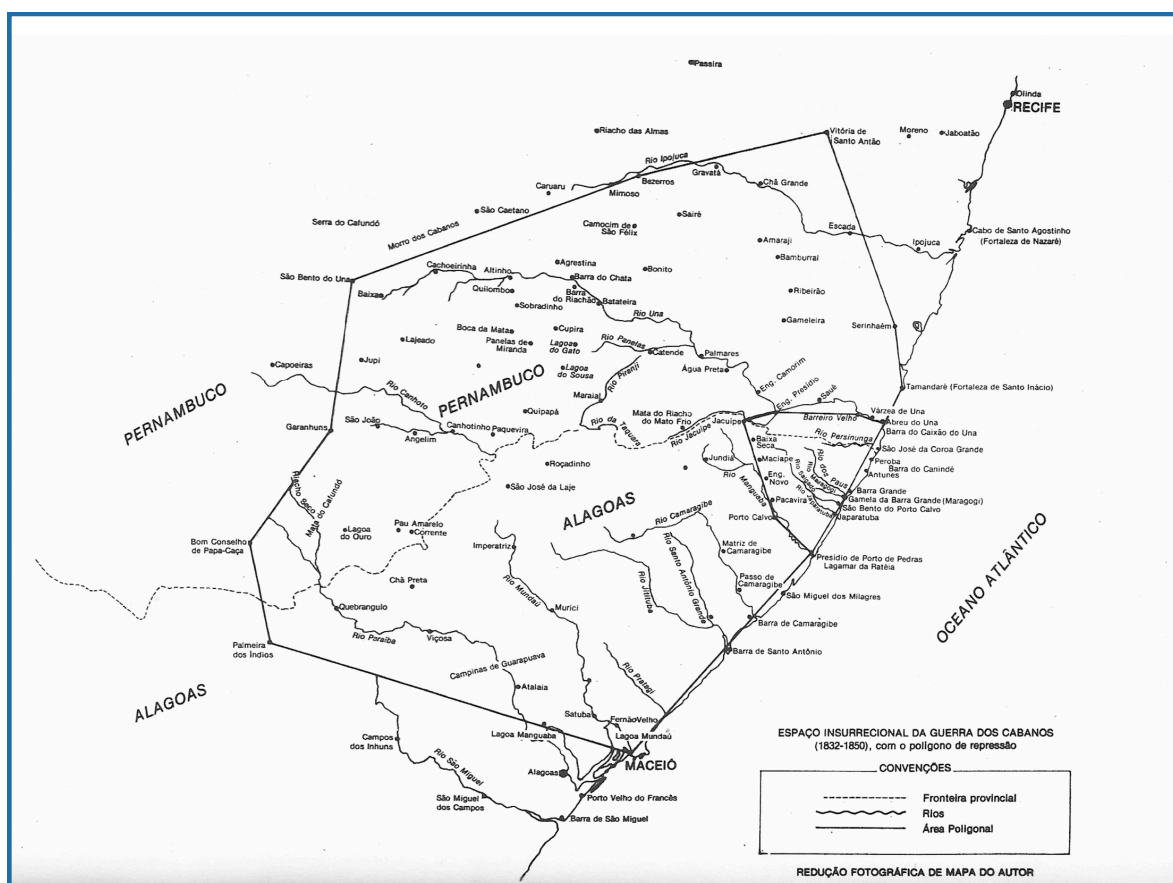
No entanto, à medida que a participação popular se tornou mais intensa e novas reivindicações surgiram, o movimento cabano adquire características de uma revolta social, ameaçando até mesmo a liderança das elites regionais que haviam iniciado.

Capítulo 3: A Guerra dos Cabanos (1832 - 1835)

Devido ao fato de seus protagonistas residirem em simples cabanas às margens de rios ou nas matas ao Norte de Alagoas e Sul de Pernambuco, O movimento recebeu o nome de Guerra dos Cabanos ou Cabanada.

Podemos observar que a área de abrangência dos combates vai do litoral ao agreste e partes do sertão, estendendo-se de Pernambuco à Alagoas.

MAPA DO CONFLITO:



CONCLUSÃO

Contando com a liderança, inicialmente, de uma parcela da elite provincial alagoana e pernambucana, que estava inconformada com os privilégios perdidos a partir da Abdicação de Dom Pedro I e durante o Período Regencial, a Guerra dos Cabanos entrou para história por ter se transformado numa revolta popular que marcou a região Nordeste e ficou no imaginário como uma rebelião de pobres que viviam em cabanas pelas matas, espaço de liberdade e existência digna.

Devemos nos apegar a característica por excelência desse movimento e deixar de lado a ideia de que a luta foi liderada pelas elites, enquanto a população foi manipulada. Pelo contrário, esse movimento demonstrou que os segmentos populares estavam submetidos a condições desfavoráveis e aproveitaram das disputas entre poderosos para buscar melhores condições de existência.

Durante anos a Guerra dos Cabanos foi interpretada por uma historiografia a que chamamos oficial ressaltando apenas seu caráter contraditório, ou seja, uma rebelião de pobres em nome de interesses da elite econômica provincial. Porém ao fazer tal interpretação salientava-se a falta de consciência política da população, considerando que ela se comportava como massa de manobra.

No entanto, quando essa mesma população reagia e combatia as forças governistas de igual para igual, resistindo para alcançar seus objetivos, foi tratada como

Conclusão

um bando de arruaceiros, bandidos, criminosos, selvagens e facínoras, entre outros adjetivos.

O objetivo deste caderno temático foi ressaltar os protagonismos dos segmentos populares representados por indígenas, negros e mulheres, demonstrando que mesmo havendo interesses específicos, estiveram mobilizados contra uma ordem social injusta que os/as oprimia.

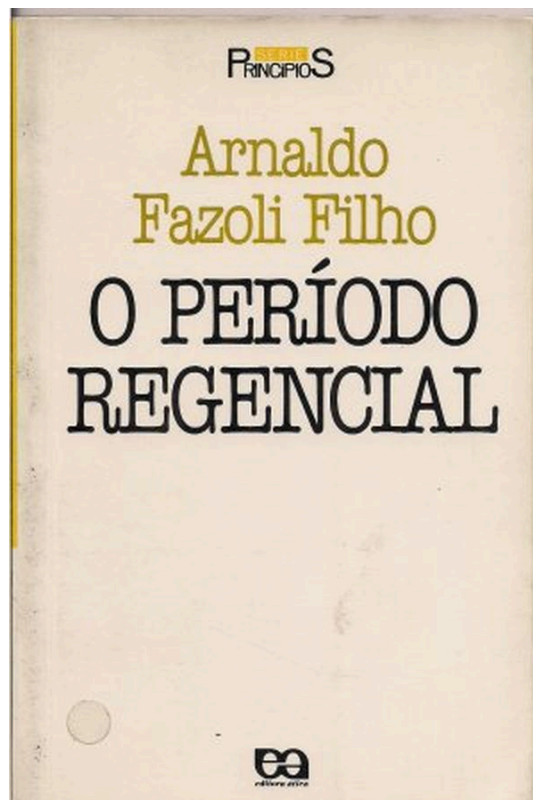
O nome Guerra dos Cabanos não foi obra do acaso. É uma indicação incontestável da sua característica mais evidente, ou seja, pessoas pobres que souberam reagir no momento que lhes parecia mais propício.

Como afirmou o historiador Marcos Morel, rebelar e revelar já foram uma só palavra, portanto, a Guerra dos Cabanos revelou práticas, propostas e protagonismos de agentes históricos silenciados.

DICAS DE LEITURA

LIVRO
1

O Período Regencial,
Arnaldo Fazoli Filho

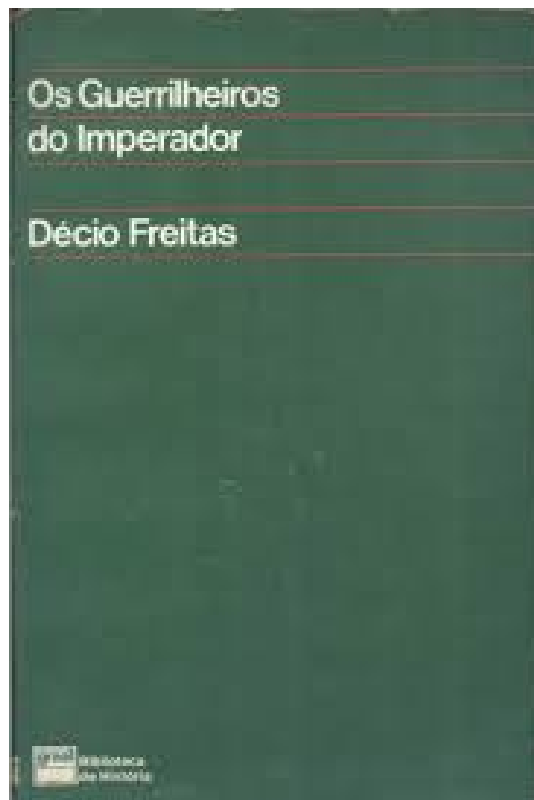


A obra investiga os diversos interesses políticos e sociais que se confrontaram durante a formação do Estado brasileiro no período regencial, analisando os papéis desempenhados pelos diferentes atores.

Fonte: <https://www.amazon.com.br/Periodo-Regencial-Fazoli-Filho-Arnaldo/dp/8508036361>. Acesso em 10 maio 2025.

LIVRO
2

Os Guerrilheiro do Imperador,
Décio Freitas

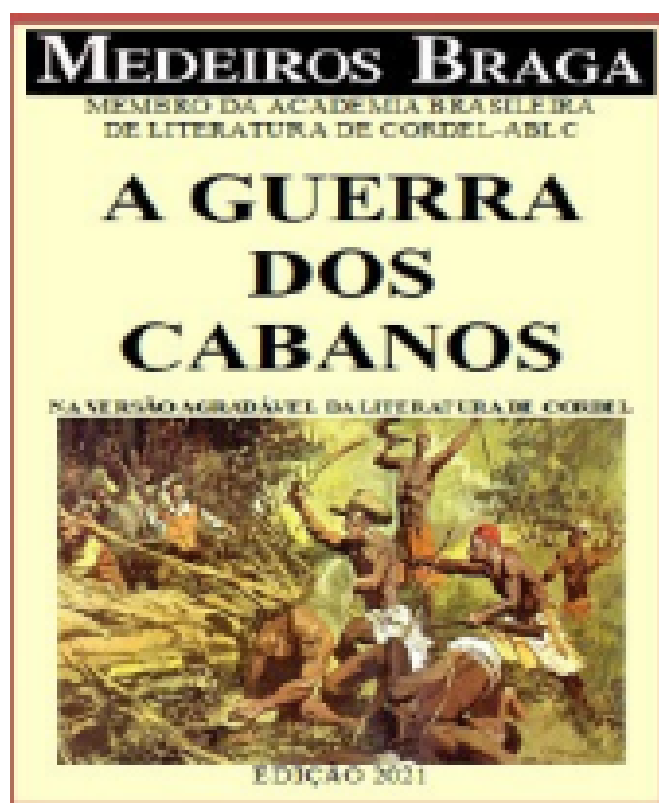


O livro descreve a Guerra dos Cabanos, passando por todas as fases, dedicando-se também a análise das motivações dos conflitos e participação de seus principais personagens.

Fonte: <https://shopee.com.br/OsGuerrilheiros-do-Imperador-autor-Décio-Freitas-i.338081934.19197726991>. Acesso em: 10 maio 2025.

LIVRO
3

A Guerra dos Cabanos,
Medeiros Braga



A Guerra dos Cabanos é descrita neste cordel como um acontecimento protagonizado pelos segmentos populares. O autor demonstra conhecimento do tema apresentando todo contexto histórico anterior ao conflito, realçando os protagonismos dos segmentos populares e a atuação do líder Vicente Ferreira de Paula.

Fonte: <https://ler.clubedeautores.com.br/books/381815>. Acesso em 10 maio 2025.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula: Capitão de todas as matas**. Maceió: Edufal, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.html. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.html. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei14986-25-setembro-2024-796400-publicacaooriginal-173212-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2024.

FAZOLI FILHO, Arnaldo. **O Período Regencial**. São Paulo: Ática, 1990.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada: rebelião de pobres nas Matas do Tombo Real**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MARQUES, Danilo Luiz. **Sob a “sombra” de Palmares: escravidão, memória e resistência na Alagoas oitocentista**. 2018. 375 f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

REFERÊNCIAS

MOREL, Marco. **O Período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SILVA, K. V. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

TAVARES, Ismélia da Penha Balduce. **Mulheres na Guerrilha: práticas e estratégias femininas na guerra dos cabanos Alagoas e Pernambuco (1832-1850)**. Dissertação (Mestrado em História) 2020. 110 f. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

DANTAS, Mariana Albuquerque. **Dimensões da participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848)**. 2015. 321 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

BRAGA, Medeiros. **A Guerra dos Cabanos**. Cordel. 2021.

MOREL, Marco. **O Período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

FREITAS, Décio. **Os guerrilheiros do Imperador**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

<https://incrivelhistoria.com.br/guerra-conceito-regras/>. Acesso em: 31 maio 2025.

<https://conceito.de/rebeliao>. Acesso em 31 maio 2025.

<https://www.sohistoria.com.br/dicionario/palavra.php?id=89>. Acesso em 31 maio 2025.

Caderno Temático para a
Educação de Jovens e Adultos – EJA

**MULHERES,
NEGROS E
INDÍGENAS NA
GUERRA DOS
CABANOS**

JOSÉ AILTON DOMINGOS SOARES